



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
LICENCIATURA INDÍGENA
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Manaus – Amazonas
2012



Administração Superior

Márcia Perales Mendes Silva
Reitora

Hedinaldo Narciso Lima
Vice-Reitor

Rosana Cristina Pereira Parente
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Francisco Adilson dos Santos Hara
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação

Selma Suely Baçal de Oliveira
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda
Pró-Reitor de Extensão e Interiorização

Valdelário Farias Cordeiro
Pró-Reitor de Administração

Francisco Benedito Gaspar de Melo
Pró-Reitor para Assuntos Comunitários

Cícero Augusto Mota Cavalcante
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Maria do Perpétuo Socorro Chaves
Pró-Reitora de Inovação Tecnológica

Nelson Matos de Noronha
Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL)

Ivani Ferreira de Faria
Coordenadora do Curso



MEMBROS DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Núcleo Docente Estruturante (Portaria N.º)

Presidente

Prof^a.Phd Ivani Ferreira de Faria

Membros

Prof. Dr. José Exquiel Basini Rodriguez

Prof.Dr. Frantomé Bezerra Pacheco

Prof. MSc. Lino Joao de Oliveira Neves

Prof. Msc. Raimundo Nonato Pereira da Silva

Prof. Msc. Mateus Coimbra de Oliveira

ASSESSORIA TÉCNICA

Profa. MSc. Tereza Cristina T. S. Barbosa

Diretora do Departamento de Apoio ao Ensino – DAE/PROEG

Neylanne Aracelli de Almeida Pimenta

Técnica em Assuntos Educacionais – DAE/PROEG

Fabíola Rodrigues Costa

Pedagoga/DAE/PROEG



SUMÁRIO

Apresentação	5
Unidades Acadêmicas	6
1 MARCO REFERENCIAL	9
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	9
1.1.1 . Histórico	9
1.1.2 – Perfil do curso	15
1.1.3 - Perfil do docente	16
1.1.4 - Formação de Pessoal e Mercado.....	16
1.1.5 - Campos de Atuação Profissional	21
1.1.6 - Regulamento e Registro da Profissão.....	21
1.1.7 - Perfil do Profissional a ser formado.....	22
1.1.8. Competências Gerais/ Habilidades/Atitudes/Valores	22
1.1.9 OBJETIVOS DO CURSO	23
1.2 - CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	24
1.2.1 Política Linguística: a valorização e fortalecimento da cultura	29
1.2.2 - Produção Literária.....	33
1.3- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	34
1.3.1.Titulação.....	34
1.3.2. Modalidades	34
1.3.4 Turno	35
1.3.5 Local de Funcionamento	35
1.4 MATRIZ CURRICULAR.....	36
1.4.1 - A proposta metodológica como princípio de autonomia.....	37
1.4.2 Componentes Curriculares - currículo pós-feito	38
1.4.3 Periodização por turma	40
1.4.3.1 - Turma Tukano.....	40
1.4.3.2 - Turma Nheengatu	42
1.4.3.3 - Turma Baniwa	44
1.4.4 Prática Profissional.....	46
1.4.5 TCC	46
1.4.6. Projetos Especiais – (conteúdo integrador).....	47
1.4.7 Objetivos, Ementas e Referências Básicas das Práticas Investigativas	49
1.4.7.1 – Currículo Tukano	49
1.4.7.2 – Currículo Nheegatu	82
1.4.7.3- Currículo Baniwa.....	107
1.5 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	136
1.5.1. Avaliação do Projeto Pedagógico.....	136
1.6- Gestão do Curso.....	137
1.7 - RELAÇÃO ENSINO-PESQUISA-PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO	139
2 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA.....	141
3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	142
ANEXOS	143



Apresentação

A Universidade Federal do Amazonas

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criada em 17 de janeiro de 1909, é considerada a primeira universidade brasileira - a Escola Universitária Livre de Manaus. Uma semente que foi lançada por Eulálio Chaves, elegendo diretamente Astrolábio Passos como seu primeiro diretor geral, com os votos dos docentes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências e Letras e Faculdade de Engenharia que, juntas, constituíram a Universidade de Manaus.

Para sua implantação, convergiram forças de toda a sociedade amazonense, desde a contribuição financeira do simples cidadão, ansioso pelo advento do ensino superior no Amazonas às subvenções do Estado e dos municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamin Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás, comprometendo, desde então, a nossa universidade com o homem do interior, como efetivamente ocorre nos dias atuais.

Foram grandes as dificuldades pelas quais passou a Universidade de Manaus, até a sua desintegração em cursos isolados. Maior ainda foi à determinação da sociedade amazonense de refundar a sua universidade em 12 de junho de 1962, por força da lei federal 4.069-A, de autoria do seu idealizador, o senador Arthur Virgílio Filho, sendo rebatizada com o nome de Universidade do Amazonas, e constituída pela reintegração das instituições de ensino superior isoladas que atuavam em nosso Estado. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas.

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral, artigo 1º. – A Universidade do Amazonas, com sede na cidade de Manaus, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada nos termos da Lei nº. 4.069-A, de 12 de junho de 1962, do Decreto nº. 53.699, de 13 de março de 1964, mantida pela União, como entidade da administração indireta na forma da legislação em vigor. E em seu artigo 2º. – A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão



financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com mais de um século de existência, completados em janeiro de 2009, a UFAM revelou-se numa iniciativa de sucesso e exemplo de busca de melhor qualidade de vida para o povo amazônico, principalmente pela socialização do conhecimento.

Nesse sentido, vem contribuindo para a formação de recursos humanos alicerçada na autonomia e no espírito democrático que, hoje permeia a comunidade universitária, respeitando à pluralidade de ideias, na produção técnica e científica nas diferentes áreas do conhecimento, atuando nos três níveis: do ensino, da pesquisa e da extensão; ampliando cada vez mais o conhecimento e a atuação na região Amazônica.

A capacidade que nossa universidade tem demonstrado de crescer nas adversidades vem da sua construção coletiva, desde a sua origem, da consciência da relevância da pluralidade da sua comunidade, da certeza de que para cumprir plenamente seu papel social precisa de todos os seus talentos, de todas as suas competências e de todas as posições ideológicas, sem espaço para exclusões.

Para desempenhar seu papel a UFAM conta com 14 unidades acadêmicas na capital e 05 espalhadas pelo interior do Estado, conforme listado abaixo.

Unidades Acadêmicas

CAPITAL

- [Instituto de Ciências Biológicas](#) (ICB)
- [Instituto de Ciências Exatas](#) (ICE)
- [Instituto de Ciências Humanas e Letras](#) (ICHL)
- [Faculdade de Ciências Agrárias](#) (FCA)
- [Faculdade de Ciências Farmacêuticas](#) (FCF)
- [Faculdade de Direito](#) (FD)
- [Faculdade de Educação](#) (FACED)
- [Faculdade de Estudos Sociais](#) (FES)
- [Faculdade de Educação Física e Fisioterapia](#) (FEFF)
- [Faculdade de Odontologia](#) (FAO)
- [Faculdade de Psicologia](#) (FAPSI)



- [Faculdade de Tecnologia](#) (FT)
- [Faculdade de Medicina](#) (FM)
- [Escola de Enfermagem](#) (EEM)

Interior

- [Instituto de Natureza e Cultura](#) - *Campus* do Pólo Alto Solimões - Benjamin Constant
- [Instituto de Saúde e Biotecnologia](#) - *Campus* do Pólo Médio Solimões – Coari
- [Instituto de Agricultura e Meio Ambiente](#) - *Campus* do Pólo Vale do Rio Madeira – Humaitá
- [Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia](#) *Campus* Universitário "Dourval Varela Moura" – Parintins
 - [Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia](#) - *Campus* Universitário "Moisés Benarrós Israel" – Itacoatiara.
 - E o Centro Universitário Indígena do Alto rio Negro, em processo de construção no município de São Gabriel da Cachoeira.

Atualmente, a UFAM oferece por meio de suas unidades acadêmicas 96 cursos de graduação; em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, são mais de 30 os cursos oferecidos anualmente; 39 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* credenciados pela Capes, sendo 31 cursos de Mestrado e 08 de Doutorado.

Entre os alunos dos cursos regulares de graduação ministrados em Manaus e no interior do Estado e dos cursos de graduação conveniados, a Universidade reúne mais de 20 mil estudantes. Nos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e *Lato Sensu* são mais de 2 mil estudantes.

A Instituição oferece inúmeros laboratórios e bibliotecas para a prática acadêmica e a pesquisa; dispõe também de inúmeros grupos de pesquisa e de núcleos de estudos e pesquisas, registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculados aos departamentos de graduação e pós-graduação; além de realizar atividades de extensão nas diferentes áreas do conhecimento, tanto na capital quanto pelo interior do Estado.

A Universidade realiza anualmente dois tipos de seleção para o ingresso no Ensino Superior: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Processo Seletivo Contínuo (PSC), com 50% de vagas para cada um deles. E ainda oferece vagas



pelo Processo Seletivo Extra Macro (PSE) para ocupação de vagas nas modalidades transferência facultativa, reopção de curso, portador de diploma e complemento de habilitação.

Por fim, a implantação dessa universidade amazônica que, tanto orgulho dá ao povo amazonense, por meio de suas unidades acadêmicas, das pró-reitorias, dos órgãos suplementares, cumpre sua *nobre missão de cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo decisivamente para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.*

Isto posto, o curso de Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), juntamente com os cursos de História, Arquivologia, Antropologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Relações Públicas – Jornalismo, Letras em Língua e Literatura Portuguesa, Línguas e Literatura Estrangeira, Filosofia, Artes Plásticas, Serviço Social.

O curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, realizado no Campus da UFAM/São Gabriel da Cachoeira, dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro de acordo com a territorialidade linguística, foi discutido amplamente com as comunidades indígenas da região do Alto Rio Negro em parceria com a Federação das Organizações Indígenas/FOIRN, Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino no período de 2005 a 2009.

O curso é regular, com ingresso bianual, com 03 turmas Baniwa, Tukano e Nheengatu, definidas a partir da territorialidade linguística, podendo ter a oferta de outras turmas conforme demanda dos povos indígenas em caráter especial, devido sua proposta metodológica.

São 120 vagas, oferecidas exclusivamente para indígenas, de acordo com a territorialidade linguística, sendo 40 vagas por turma: Nheengatu, para os falantes de da língua Nheengatu, realizada na comunidade indígena de Cucui, na calha do rio Negro; turma Tukano, para os falantes da família linguística Tukano Oriental, realizada na comunidade de Taracuí, calha do rio Uaupés e turma Baniwa, falantes das línguas Baniwa e Kuripako, na comunidade de Tunui, calha do rio Içana.



A proposta metodológica é o ensino via pesquisa (DEMO, 2003; FREIRE, 1985/1996; BRANDÃO, 1982; STENHOUSE, 2007; DEWEY, 2005) que integra ensino, pesquisa e extensão na prática docente que orienta os componentes curriculares de acordo com as pesquisas e projetos educacionais por meio do currículo pós-feito.

O curso tem duração de quatro anos, organizado em 08 períodos ou semestres letivos, partir de dois momentos: **etapas intensivas e etapas intermediárias**, já que a construção do conhecimento deve ocorrer em diferentes tempos e espaços. Cada semestre letivo é composto de um período compreendendo duas etapas: uma intensiva (presencial) e outra intermediária (não-presencial), perfazendo um total de 08 etapas intensivas e 07 intermediárias com carga horária de 3.550 horas-aulas.

1 MARCO REFERENCIAL

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

1.1.1 . Histórico

O que difere esta licenciatura das demais é o fato de ter sido discutida de forma participante por meio da territorialidade linguística com os povos indígenas da região, respeitando a diversidade cultural e linguística, onde a base do conhecimento produzido será por meio do ensino via pesquisa, na qual a estrutura curricular é flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes sem uma grade curricular pré-elaborada contribuindo não somente para a formação pedagógica dos alunos, mas também permite a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, intercultural, uma discussão e uma gestão territorial de suas comunidades em Terras Indígenas.

O curso nasceu das discussões do movimento indígena (FOIRN e COPIARN) e a UFAM no município de São Gabriel da Cachoeira como descrito a seguir.

A discussão sobre uma Universidade para os Povos Indígenas do Rio Negro e de cursos superiores diferenciados não é recente na UFAM. Desde a implantação em 1992 da Licenciatura em Filosofia, o primeiro curso de graduação oferecido pela



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Universidade Federal do Amazonas em São Gabriel da Cachoeira, lideranças, associações e estudantes já reivindicavam cursos específicos para atender a uma demanda em uma região composta de 23 povos indígenas de 5 famílias linguísticas diferentes (Tukano Oriental, Maku, Aruak, Yanomami e Nheengatu) em um estado (Amazonas) onde existem 70 povos indígenas.

O projeto foi aprovado em assembléia geral dos povos indígenas do Alto Rio Negro realizada no período de 29 a 30 de novembro de 2005 após discussão em 10 comunidades da região, aprovado pelo Conselho Universitário da UFAM em 29 de janeiro de 2007 e novamente referendado no período de 03 a 11 de novembro de 2009 pelos povos indígenas do Alto Rio Negro e pela sua representante jurídica a Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN) e também pela organização dos professores indígenas do alto rio Negro (COPIARN e APIARN).

Em 1998, a UFAM implantou nesse município mais 2 cursos de graduação, as licenciaturas em Geografia e em Ciências Sociais, formando 80 profissionais e em 2002, mais 3 cursos, de Pedagogia, de Letras e de Matemática além da oferta, em Barcelos, dos cursos de Ciências, Matemática e Pedagogia. Em 2002, foi oferecido no município um curso de Especialização em Ecoturismo e Gestão Territorial, que formou 42 profissionais. Ao todo, em nível de graduação e pós-graduação *lato Sensu*, foram formado um total de 430 profissionais; destes, cerca de 95% são indígenas.

Existem na região atualmente, cerca de 3.000 pessoas com ensino médio completo, na sua maioria indígenas e 14 graduados pela UFAM com títulos de mestrado em várias Universidades do Brasil bem como da UFAM.

No ano de 2004, como resultado do Seminário sobre o Ensino Médio promovido pela SECAD/MEC, FOIRN e COPIARN (Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro), assim como durante a semana Acadêmica, solicitou-se, através da Carta de São Gabriel, que a UFAM discutisse e implantasse cursos específicos para indígenas.

Pretendia-se, com isso, a formulação de cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizem a cultura e o conhecimento indígena, articulado com o conhecimento não indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual com base na realidade da região,



vinculados a projetos que possam promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se ao estado de abandono em que se encontram e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência, contendo, assim, o êxodo indígena das comunidades e reforçando a identidade dos povos constituintes do município e o desenvolvimento.

Durante a I Semana Acadêmica do Pólo da UFAM/São Gabriel da Cachoeira, *Wakotinay Yauara Akanga: Políticas Públicas e etnodesenvolvimento para a região do Rio Negro*, realizada em 2005, foi criada uma comissão para formatar a proposta do primeiro curso de graduação dirigido especificamente para indígenas a ser implantado pela UFAM na região, seguindo os princípios já discutidos, composta por representantes de diversas organizações (FUNAI/SGC, Escola Agrotécnica Federal/SGC, FOIRN, SEMEC/SGC, COPIARN, APIARN, IPOL, MEC, ISA, Diocese de São Gabriel da Cachoeira, UFAM, FEPI, coordenadorias regionais da FOIRN - CAIARNX, COITUA, COIDI, CABE e CAIMBRN) reiterados pelo item 12 do Termo de Compromisso assinado em fevereiro de 2005 entre FOIRN, UFAM, ISA, MEC, SEMED/SGC, SEDUC/SGC, EAF/SGC, FEPI, FUNAI/SGC, COPIARN, APIARN e SSL durante o Seminário “Construindo a educação indígena da região do Rio Negro” promovido pela SECAD/MEC e FOIRN realizado no período de 18 a 20 de fevereiro/2005.

Neste sentido, como resultado dessas discussões, propôs-se que o **CAMPUS DA UFAM DEVERIA TRANSFORMAR-SE, NO FUTURO PRÓXIMO, NA UNIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO**, caracterizada pelo fato de que todos os cursos a serem implantados teriam como princípio atender às necessidades das comunidades:

- articulando o conhecimento indígena e CONHECIMENTOS não-indígenas, intercultural, visando a uma formação fundamentada numa metodologia de ensino pela pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável sociocultural e econômico das comunidades;
- que a Universidade dos Povos Indígenas deverá, no futuro próximo, oferecer outros cursos, de acordo com as necessidades das comunidades indígenas da região;
- que a Universidade dos Povos Indígenas deverá promover a descentralização



do atendimento acadêmico aos discentes indígenas fora da sede do município de São Gabriel, instalando-se nas comunidades com o objetivo de evitar o êxodo e reforçar a identidade;

- Que esta descentralização seja implementada seguindo o princípio de valorizar as territorialidades linguísticas pelas calhas de rios, de acordo com as famílias linguísticas respeitando a Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu (Lei nº145 de 11 de dezembro de 2002, regulamentada pela Lei nº 210/2006) em São Gabriel da Cachoeira, o primeiro município do Brasil a ter línguas indígenas oficializadas ao lado do português;
- que a construção da infraestrutura do Centro Universitário Indígena do Rio Negro/UFAM em São Gabriel potencialize a oferta de cursos de graduação, tanto para indígenas como para não indígenas bem como de outras modalidades de curso e de outros programas da Universidade.

No período de 23 a 25 de maio de 2005, na Maloca da FOIRN/São Gabriel da Cachoeira ocorreu a primeira discussão desta comissão sobre a Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro que resultou em um conjunto de idéias que culminou na proposta da Licenciatura Indígena de Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável que tem como objetivo atender à necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas indígenas diferenciadas, tanto no ensino fundamental quanto médio bem como de pesquisadores que desenvolverão projetos de sustentabilidade de acordo com as necessidades coletivas das comunidades indígenas.

Assim, a idéia desta licenciatura foi levada para uma ampla discussão por meio de oficinas participantes, no período em 2005, no sentido de construir o projeto juntamente com as diversos povos indígenas do Alto Rio Negro das famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak, Hupdha, Yanomami das comunidades que fazem parte das coordenadorias da FOIRN CAIARNX (reuniões nas comunidades de Cucui, Juruti, Cué-Cué, na calha do Rio Negro), COIDI (reunião em Iauareté envolvendo as comunidades do alto Rio Uaupés e Papuri), COITUA (reuniões em Taracuá e Pari-Cachoeira, calas dos rios Uaupes e Tiquié), CABC (reuniões em Tunui e Assunção do Içana, compreendendo as comunidades do rio Içana e Aiari) e



CAINBRN (reuniões nas comunidades de São Jorge e Cartucho, no baixo Rio Negro e Curicuriari e em Maturacá).

Os Indígenas presentes foram divididos em grupos sob a coordenação de uma das lideranças locais indicadas por eles, onde discutiam sobre os seguintes itens: perfil do curso, objetivos, perfil do aluno que se quer formar, perfil do docente do curso, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares, tempo de duração do curso, formas de ingresso e desligamento, número de alunos por turma.

No início de novembro de 2005, ocorreu a segunda reunião da comissão que sistematizou as discussões ocorridas nas comunidades para apresentação na assembléia geral no final de novembro de 2005.

Nos dias 29 a 30 de novembro de 2005, foi realizada a Assembléia Geral do Rio Negro na maloca da FOIRN, onde foi definido por consenso, o projeto pedagógico do curso a partir das sugestões vindas das comunidades, coordenada mais uma vez pela Prof^a Ivani Faria, Prof. Raimundo Nonato Pereira da Silva, Elio Fonseca e Madalena Paiva do departamento de Educação da FOIRN, contando com a presença de mais de 100 indígenas (20 representantes de cada coordenadoria) e indígenas habitantes da sede do município e representantes da FEPI, FUNAI/SGC/Manaus, EAF-SGC, ISA, Diocese, FOIRN, APIARN, COPIARN, SSL, IBDS, SEMEC/SGC, SEDUC.

Em 2006, durante o II Seminário “Construindo a educação indígena da região do Rio Negro” o projeto final foi apresentado e a plenária reiterou o projeto alterando no nome do curso para Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento sustentável.

No dia 29 de janeiro de 2007, finalmente o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Resolução nº 028/2007), cuja relatora foi a Prof^a Dra. Arminda Mourão, diretora da Faculdade de Educação, expondo com detalhes a metodologia do ensino via pesquisa, os princípios norteadores do projeto e a política linguística do mesmo com 120 vagas distribuídas em 03 turmas conforme a territorialidade linguística da região: 40 vagas para a turma Baniwa (falantes da língua Baniwa e Kuripako); 40 vagas



para a turma Tukano (falantes da família linguística Tukano oriental) e 40 vagas para a turma Nheengatu (falantes desta língua) inicialmente.

Em 2009, foi enviado para o edital PROLIND, 2009, sendo aprovado no eixo III (portaria nº 10/2009) para rediscussão embora tenha sido enviado para o eixo I. Uma nova discussão sobre o projeto foi realizada no período de 03 a 11 de novembro de 2009 nas comunidades de Tunui, Cucui, Taracuí e sede de São Gabriel da Cachoeira. Os pontos discutidos foram: perfil do curso, objetivos, perfil do aluno que se quer formar, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares os quais foram referendados e aprovados por unanimidade.

A gestão do curso é composta pela coordenação colegiada formada pela coordenação geral, coordenadores de turmas que envolve o Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho Universitário Indígena (específico para a licenciatura em questão) formada por professores, estudantes (por turma), lideranças tradicionais (por turma) e representante da Associação Indígena.

O Conselho Universitário da licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável foi instalado no dia 10 de agosto de 2010 (em anexo) e o colegiado no dia 03 de abril de 2012 (em anexo), juntamente com a criação do Núcleo docente Estruturante.

O curso concentra inicialmente, 03 (três) turmas Tukano, Baniwa e Nheengatu que ocorrem nos turnos matutino e vespertino, regular de caráter modular, com ingresso bianual, com processo seletivo específico. Por ser um curso superior indígena amparado pela legislação da Educação escolar Indígena, a forma de ingresso pode ocorrer de forma específica, não sendo possível desta forma, o ingresso por meio do PSC e ENEM.

Deve-se ressaltar que pela natureza da proposta metodológica (ensino via pesquisa e currículo pós-feito) este curso pode ser ofertado para qualquer povo indígena respeitando as diferenças culturais e territoriais dos mesmos, não se restringindo a região do alto Rio Negro.

O curso vem somar-se ao movimento pela construção do Ensino Superior Indígena no Brasil, especificamente no Estado do Amazonas, onde se concentra a maior diversidade cultural e linguística do país significando um importante passo a



ser dado para consolidar as relações de parceria que a UFAM vem construindo junto ao Movimento Indígena do Amazonas, no sentido de saldar uma dívida com os povos indígenas e de garantir seus direitos à educação autônoma, e a universidade pública e gratuita.

1.1.2 – Perfil do curso

- Curso com turmas de licenciatura por territorialidade linguística, bilíngue conforme o contexto linguístico de cada povo indígena (40 alunos por turma);
- Curso modular intensivo, integral (8 horas/aula/dia);
- Duração de 4 anos em 08 semestres letivos com 08 etapas intensivas e 07 intermediárias com carga horária de 3.550 horas;
- Formar professor/pesquisador para atender á comunidade, no desenvolvimento de projetos que contribuam para evitar o êxodo;
- Formação específica para indígenas (professores e demais indígenas);
- Currículo pós feito (*pos factum*), voltado para discutir e pensar uma política pública educacional, linguística, cultural e de desenvolvimento comunitário sustentável para a região;
- Além das práticas como docente, didático pedagógica, o egresso também desenvolverá habilidades como pesquisa, tradução, gerenciamento de projetos, artísticas, linguísticas, comunicação-oratória-leitura e interpretação, gestão territorial, analista-crítico social);
- Curso integrado que articule o conhecimento indígena e não indígena, multicultural por meio da metodologia do ensino via pesquisa;
- Certificação/titulação: licenciado em Educação Indígena podendo atuar como professores no ensino fundamental e médio nas escolas indígenas e não-indígenas do sistema de educação público e privado; planejar, organizar, gerenciar diversos projetos, programas e ações vinculadas ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base, bem como criar e desenvolver políticas públicas culturais, linguísticas, ambientais e educacionais;
- voltado à produção de material literário e audiovisual nas línguas de acordo com a realidade e identidade cultural e territorial da região.



1.1.3 Perfil do docente

Os docentes são definidos a partir da proposta curricular de acordo com as práticas investigativas e pesquisas a serem desenvolvidas. Priorizar-se-á aqueles com conhecimento e pesquisas sobre os povos indígenas do Alto rio Negro; aqueles que desenvolvem ou desenvolveram pesquisas, projetos e ensino junto aos povos indígenas ou que tenham afinidade com a questão indígena. Além dos professores da UFAM outros poderão ser convidados como docentes para o curso. Embora a sua maioria seja da UFAM, o curso proporcionará o maior envolvimento do seu corpo docente também com colaboradores credenciados de outras IFES, INPA, UEA, SEMEC/SGC, SEDUC/AM, etc.

1.1.4 - Formação de Pessoal e Mercado

Hoje no território brasileiro, existem aproximadamente 246 povos indígenas falantes de cerca 180 línguas, e no estado do Amazonas, cerca de 70 povos e 60 línguas indígenas que resistiram ao processo colonizador.

Nesta última década, foram realizados vários encontros, seminários, conferências de educação, semanas pedagógicas e acadêmicas que discutiram uma política educacional para os povos indígenas no Amazonas. Nestes encontros, via de regra, as avaliações davam conta de que a educação oferecida na rede pública municipal, estadual e federal, iniciada, significativamente, com a missão Salesiana na região, sempre teve como princípio a integração do indígena à sociedade nacional sem respeitar as diferenças culturais e linguísticas e a legislação vigente sobre educação indígena ao promover “uma educação de branco com base na cultura do branco para indígenas”. As iniciativas da UFAM, de data bem mais recente, não fugiram à regra, apesar de representar um esforço institucional gigantesco. Ofereceram-se cursos de graduação seguindo fielmente o Projeto Pedagógico do curso da sede/Manaus.

O resultado manifesto desta filosofia, que traz com ela o elemento centralizador, é que, devido à busca pela escolarização, por novas oportunidades, está havendo um êxodo indígena das suas comunidades para a sede do município,



o que está promovendo problemas sociais de toda ordem, além de reforçar o esquecimento da língua materna (indígena) e sua substituição pelo português, uma vez que todos os cursos têm exclusivamente o português como língua de instrução.

Diante desta situação, definiu-se coletivamente (Seminário Interinstitucional fevereiro/2005) que nenhum projeto ou discussão sobre a educação devesse ser promovido pelas diversas instituições de ensino municipal, estadual e federal de forma isolada ou separada, mas que deveria seguir um caminho único, com princípios específicos para atender às necessidades e demandas da diversidade cultural indígena, de acordo com o que postulam as leis que regem a educação indígena desde o ensino fundamental até o superior.

Pretende-se, com isso, a formulação de cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizem a cultura e o conhecimento indígena, articulado com o conhecimento não indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual com base na realidade da região, vinculados a projetos que possam promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se ao estado de abandono em que se encontram e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência, contendo, assim, o êxodo indígena das comunidades e reforçando a identidade dos povos constituintes do estado do Amazonas.

Uma educação escolar que contribua para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é, agora, um direito garantido em lei. A Constituição assegura além do direito ao uso da língua materna, os processos próprios de aprendizagem, possibilitando, assim, **PROJETOS DE ESCOLAS indígenas diferenciadas, específicas, bilíngües e interculturais:** "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem"

Em 1993, concretizando os direitos conquistados na Constituição, o Ministério da Educação publica o documento intitulado "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos estados e municípios em relação à educação escolar indígena. Este documento retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação



brasileira, que passa a reconhecer o direito à diferença e a proteger as organizações sociais, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições próprias das populações indígenas:

A educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngüe, específica e diferenciada.

a) cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua;

b) cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros - formal, coloquial, etc.

c) a língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade. Novos conhecimentos são mais natural e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas.

A Lei n° 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78, também garante:

Criação de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

A mesma Lei de Diretrizes e Bases, em seu Art. 79, determina que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas



integrados de ensino e pesquisa, destacando ainda, em seu inciso 1º, que “os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas”.

O Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, dispõe no seu Art.2º-sobre os objetivos da educação escolar indígena:

I-valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II- fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;

III- formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;

IV -desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

V -elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado;

VI- afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

O artigo 9º. §1º, do mesmo Decreto, orienta os cursos de formação de professores indígenas à:

I- constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes apropriadas para a educação indígena;

II-elaboração, ao desenvolvimento e à avaliação de currículos e programas próprios;

III - produção de material didático; e

IV-utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

Decreto nº 26/91 - atribui ao MEC as ações referentes à educação indígena;□□Portaria interministerial nº 559/91:□□- prioriza a formação e/ou capacitação permanente de professores índios para prática pedagógica;□□- garante aos estudantes indígenas a necessária condição para a continuidade do seu processo de ensino-aprendizagem nas demais escolas do sistema nacional de ensino;□□

Decreto nº 1904/96 - assegura as sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural; □□



Resolução nº 003/99 - Conselho Nacional de Educação □ □ Artigo 6º, parágrafo único: “será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.” □ □ Artigo 7º: os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa. □

Plano Nacional de Educação (2001) □ Dos Objetivos e Metas: □

□ item 12 - Fortalecer e ampliar as linhas de financiamento existentes no ministério da educação para a implementação de programas de educação escolar indígena, a serem executados pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, organizações de apoio aos índios, universidades e organizações ou associações indígenas. □ □ item 17 - Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.

Desse modo, qualquer incentivo a esses programas servirá para pôr em prática um direito dos indígenas, assegurado pela Constituição: a participação ativa no planejamento de sistemas alternativos de educação, bem como na produção e divulgação de conhecimentos diferenciados.

Para as sociedades indígenas a preservação da identidade étnica significa a garantia da própria existência, e a escola passa a ser, nessa perspectiva, espaço positivo de sua reconstrução. Para que isto de fato ocorra, faz-se necessária a formação de recursos humanos indígenas, que assumam o papel de professores/pesquisadores de suas próprias culturas.

Neste sentido, o curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, é uma reivindicação destes povos há quase uma década que sempre tiveram como objetivo a formação de recursos humanos indígenas para desenvolver a região e atender as escolas indígenas.



1.1.5 - Campos de Atuação Profissional

Os licenciados em Educação Indígena podem se inserir no mercado de trabalho e no mundo do trabalho de suas comunidades étnicas, seja junto a instituições públicas, privadas e terceiro setor atuando das seguintes formas:

- no setor público para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígenas;
- nas comunidades e instituições não-governamentais indígenas e não-indígenas para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígena;
- como docente nas escolas indígenas e não-indígenas de nível fundamental e médio do sistema público e privado;
- como tradutor português/língua materna ou língua materna/português no setor público e privado governamental e não-governamental;
- como pesquisador em instituições públicas e privadas que envolve a problemática sobre cultura, ambiente, educação indígena e gestão territorial.

O egresso da licenciatura também está habilitado a prestar qualquer concurso para escolas indígenas e não-indígenas da rede pública de nível fundamental e médio bem como de nível superior.

Desta forma, o Licenciado em educação indígena é o profissional com titulação para exercer legalmente as funções de docência, do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental (antigas 5ª a 8ª série) e todo o Ensino Médio.

1.1.6 - Regulamento e Registro da Profissão

A regulamentação do professor indígena para atender as escolas Indígenas está amparado nas legislações: Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009; Resolução nº 003/99- CNE e Plano Nacional de Educação de 2001. □



1.1.7 - Perfil do Profissional a ser formado

Perfil Comum: postura ética, atuação crítica, autônoma e criativa; autonomia intelectual; respeito à pluralidade inerente aos ambientes profissionais e atuação propositiva na busca de soluções de questões demandadas pelos povos indígenas.

Perfil Específico:

- Professor/pesquisador que integre ensino, pesquisa e extensão em sua prática docente;
- professor/pesquisador comprometido que possa desenvolver, planejar, organizar, gerenciar diversos projetos, programas e ações vinculadas ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base de acordo com os interesses coletivos definidos pela sua comunidade étnica;
- professor/pesquisador bilíngue que possa compreender de forma articulada, crítica e multicultural os conhecimentos indígenas e não-indígenas por meio da metodologia do ensino via pesquisa;
- professor/pesquisador que contribua na construção e implementação de políticas públicas educacionais, valorização/afirmação cultural e linguística, ambientais e desenvolvimento comunitário dos povos indígenas da região vinculados a ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base;
- Além das práticas como docente/didático pedagógica, também desenvolverá habilidades como pesquisa, tradução, gerenciamento de projetos, artísticas, linguísticas, comunicação-oratória-leitura e interpretação, gestão territorial e analista-crítico social;
- produtor de material literário e audiovisual nas línguas indígenas de acordo com a realidade e identidade cultural e territorial de seu respectivo povo.

1.1.8. Competências Gerais/ Habilidades/Atitudes/Valores

Visando tornar realidade o desafio de formar professores indígenas qualificados, preparados para exercício da cidadania e para a vida cultural e o



mundo do trabalho, é preponderante que estes saibam articular seus conhecimentos indígenas e não indígenas para transformá-los em ação a partir da valorização da cultura, das línguas indígenas e o fortalecimento de uma educação escolar indígena específica e democrática para alcançarem a autonomia e o bem viver postulado por seus antepassados.

1.1.9 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral

Promover a formação de professores/pesquisadores proporcionando a formulação de políticas públicas educacionais e processos pedagógicos próprios respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas.

Objetivos específicos:

- a)** Aprofundar o conhecimento pedagógico e político do professor indígena, atendendo os princípios da formação diferenciada até agora experimentados no Estado e no País;
- b)** Formar professores a partir de uma proposta política pedagógica que possa ser capaz de manter os seus alunos e parentes nas suas terras indígenas, no desenvolvimento dos trabalhos dentro da comunidade, mudando o foco de visão da formação superior das cidades para a comunidade;
- c)** Ampliar a compreensão crítica das relações interculturais e multiculturais e a capacidade de atuação nos projetos de fortalecimento cultural dos povos indígenas;
- d)** Propiciar a formação profissional capaz de pensar e criar instrumentos e processos pedagógicos próprios e adequados na sua prática docente para a melhoria da qualidade de vida em suas comunidades;
- e)** Capacitar os professores indígenas para serem administradores e gestores de seus processos educativos e sociais;
- f)** Propiciar aos professores indígenas a criação de um diálogo formal com os não indígenas;
- f)** Produzir material textual nas várias linguagens, capazes de atender às demandas por material literário e audiovisual específicos para as escolas indígenas;



g) Propiciar a formação de pesquisadores indígenas, nas áreas do conhecimento de interesse dos seus povos, fortalecendo os processos interativos entre as escolas indígenas e suas comunidades, desencadeando projetos sociais e ações integradas.

1.2 - CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O ensino Via Pesquisa.

A característica emancipatória da educação exige a pesquisa como método formativo, pela razão principal de que somente um ambiente de sujeitos pode gerar sujeitos (DEMO, 2004).

Pesquisar trata-se de ler a realidade de modo questionador e de reconstruí-la como sujeito competente que se constrói permanentemente. A pesquisa é o questionamento reconstrutivo que envolve teoria e prática que envolve tanto qualidade formal quanto qualidade política.

Lawrence Stenhouse (1926-1982) foi pioneiro em falar no ensino pela pesquisa e defensor da figura do professor-pesquisador. A necessidade de utilizar a pesquisa como recurso didático já era discutida desde a década de 1930, mas foi esse inglês quem jogou luz sobre o tema, 30 anos mais tarde. "A técnica e os conhecimentos profissionais podem ser objeto de dúvida, isto é, de saber, e, conseqüentemente, de pesquisa", justificava. Assim, acreditava ele, todo educador tinha de assumir seu lado experimentador no cotidiano e transformar a sala de aula em laboratório. Em condições ideais, todos seriam capazes de criar o próprio currículo, adequado à realidade e às necessidades dos estudantes.

Ele julgava necessário que o docente tivesse pleno domínio da prática pedagógica e acreditava na investigação como único caminho para isso. Portanto, a investigação em sala de aula deve ser voltada para a prática. Não é um trabalho acadêmico e puramente teórico. Afirmava que todo professor deveria assumir o papel de aprendiz sob a premissa de quem mais precisa aprender é aquele que ensina. Quando o professor está aberto para aprender continuamente, deixa de se comportar como dono do saber. "Creio que a maior parte do ensino que se oferece nas escolas e universidades estimula esse erro", (aula inaugural na Universidade de East Anglia, na Inglaterra, em 1979, intitulada Research as a Basis for Teaching, "A



Pesquisa como Base para Ensinar”. É por isso que muitas pessoas que passaram pela escola têm com o saber uma relação de pouca autonomia, entendendo-o como reafirmação da certeza autorizada. A elas foi negado o prazer de viver a aventura do conhecimento investigativo.

Stenhouse defendeu fervorosamente que o ensino mais eficaz é baseado em pesquisa e descoberta, que fundamenta a proposta metodológica do curso.

O ‘Ensino via Pesquisa’ é uma concepção curricular que parte da idéia de que o currículo é aberto, e se estrutura sobre PROBLEMÁTICAS – perguntas formuladas pelos discentes sob a supervisão do professor, e que serão respondidas processualmente a partir de PESQUISAS, realizadas pelos estudantes, e que permitem o desenvolvimento de várias HABILIDADES intelectuais, que vão desde a capacidade de fazer as perguntas adequadas, até a capacidade de conceber métodos capazes de apreender e explicar o que se quer saber sobre cada um dos objetos de conhecimento circunscritos em cada caso. O ensino via pesquisa (doravante EvP) constrói um currículo baseado muito mais no APRENDIZADO dos alunos do que no ENSINO do professor, que organiza o tempo e os meios disponíveis para que o aluno passe por experiências de aprendizado.

Nasceu da crítica aos currículos fechados, que podiam ser reproduzidos em qualquer lugar, opacos ao contexto em que os processos educacionais ocorriam.

Essa crítica envolve ainda dois outros aspectos dos currículos disciplinares fechados: a rotinização de conteúdos prontos, repetidos sempre nos mesmos períodos, o que ocasiona normalmente baixo interesse por parte do corpo discente e a conseqüente queda no aproveitamento dos cursos e a epistemologia associada a esta rotinização, que é a de uma concepção de conhecimento enquanto produto e não enquanto processo, que frequentemente omite dos estudantes um dos aspectos mais importantes do conhecimento, que é o modo como ele emerge, sua natureza processual, histórica. É por esta razão que se tem falado de uma ‘epistemologia da repetição’, que prejudica a educação brasileira num momento em que a emergência da ‘sociedade do conhecimento’ estrutura-se crescentemente sobre a capacidade desdobrada de produção contínua de novos conhecimentos.

O ‘Ensino via Pesquisa’ (EvP) é condicionado pelo contexto educacional local e pelos interesses do grupo de educandos que se encontram em processo de



formação. Trabalha a partir de uma metodologia que capta e discute os interesses e os contextos de vida dos alunos, formulando a partir desses interesses e contextos *Pesquisas* que serão realizadas por eles, e que estabelecem (os interesses) como ponto de partida, mas não como ponto de chegada.

O currículo formula-se, então, no decorrer do próprio curso, de modo que este modo de construção curricular tem sido chamado de 'CURRÍCULO POST-FACTUM', na medida em que somente ao final do curso, cumprida uma carga horária pré-estabelecida e realizados os requisitos de produção (monográficos, TCC, etc.) se tem uma descrição completa do currículo. Os componentes curriculares para cômputo e organização da carga horária são: pesquisas, práticas investigativas, prática profissional (Estágio supervisionado) e projetos especiais, especificados posteriormente.

Desta forma, o currículo é construído à medida que se desenvolve, por meio das problemáticas definidas coletivamente pelos discentes a partir de seus cotidiano e contexto sociocultural e econômico, sobremaneira que este nunca se repete pois os discentes não serão os mesmos nas próximas turmas.

Utiliza-se para abertura das problemáticas (pesquisas) e das práticas investigativas o mapa conceitual que consiste em representações gráficas semelhantes a diagramas, que indicam relações entre conceitos ligados por palavras ou perguntas. Representam uma estrutura que vai desde os conceitos mais abrangentes até os menos inclusivos. São utilizados para auxiliar a ordenação e a sequenciação hierarquizada dos conteúdos de ensino, de forma a oferecer estímulos adequados ao aluno.

Esta abordagem dos mapas conceituais está embasada em uma teoria construtivista, entendendo que o indivíduo constrói seu conhecimento e significados a partir da sua predisposição para realizar esta construção. Servem como instrumentos para facilitar o aprendizado do conteúdo sistematizado em conteúdo significativo para o aprendiz.

O EvP é hoje a forma de ensino amplamente utilizada na formação de professores indígenas no Brasil. Esse fato advém, muito simplesmente, de que se trata de uma forma de ensino amigável aos contextos locais, flexível, capaz de refletir as preocupações e interesses dos grupos étnicos específicos envolvidos no



processo de formação. Além disso, e não menos importante, trata-se de uma proposta não-disciplinar, ¹[1]e que portanto considera o fato muito importante que o conhecimento não está organizado em todas as culturas nas mesmas chaves cognitivas e epistemológicas com que foram organizados na tradição disciplinar Ocidental moderna, que divide (pretensamente claramente) o que é a matemática do que é a física ou a química.

Trabalhar com disciplinas implicaria em formatar os conhecimentos indígenas dentro de princípios ideológicos e epistemológicos ocidentais de pensamento dentro da qual eles perdem totalmente sua funcionalidade e sua operatividade, transformando-se em arremedos folclóricos das suas próprias possibilidades. A experiência de outros cursos superiores e médios voltados para a formação de docente ou profissionais indígenas mostra que os cursos disciplinares, voltados à *transmissão* de conhecimentos, não se torna relevante para os diversos desafios que os indígenas no mundo atual.

Mesmo na tradição escolar ocidental há hoje, uma série de críticas à forma disciplinar de ensino – expressas na discussão da interdisciplinariedade, transdisciplinariedade e não-disciplinariedade dos currículos, dada a percepção crescente de que a fragmentação dos conhecimentos despotencializa o aluno e sua atuação no mundo à medida que este não consegue integralizar e estabelecer relações entre os conhecimentos ‘passados’ de forma separada (de modo que o aluno não consegue relacionar o que se chama de ‘português’ como o que se chama de ‘matemática’ ou ‘geografia’).

Críticos atuais relacionam a escola disciplinar com o *fordismo* da produção, em que se exigia do trabalhador apenas uma especialização em uma tarefa única ou em poucas tarefas, e a escola via pesquisa com os modernos e flexíveis modos de produção, em que todo o trabalhador precisa compreender muito mais do trabalho que realiza – o que envolve ter iniciativas para transformá-los a todo o momento – já que os processos mecânicos e repetitivos de trabalho tem sido crescentemente substituídos pelo processo de automação da produção, o mesmo ocorrendo com o

¹ [1] Não há hoje dúvidas sobre o fato de os povos indígenas terem feito e continuarem fazendo pesquisas sobre os mais diversos aspectos da vida humana, o que se reflete, para dar um exemplo, no amplo domínio botânico e farmacológico sobre a região de maior diversidade botânica do planeta, a



chamado 'trabalho intelectual repetitivo', próprio da sociedade pós-moderna e do concepção de cidadão crítico.

A pesquisa não é disciplinar, mas transcende as fronteiras do que seriam as chamadas disciplinas? - matemática, português, biologia, geografia. Essas áreas são formas cristalizadas da nossa tradição escolar (e da nossa tradição ocidental), mas não aprendemos ou atuamos com nosso conhecimento separando rigidamente os limites simples que as disciplinas procuram nos impor. Quando localizamos um conjunto de problemáticas e perseguimos honestamente a solução das questões envolvidas, o conhecimento gerado ou aprendido vai aparecendo em ordens diversas, em percursos e combinações próprias, sem as amarras das fronteiras das disciplinas tradicionais. Portanto, a pesquisa não se fixa nos limites de disciplina e, assim, não é uma pesquisa em matemática, em português, ou em geografia, já que não é assim que lidamos com o mundo.

As disciplinas são uma forma específica de organização do conhecimento que tem uma função didática em muitos casos, mas que não deve ser a chave organizadora da construção do conhecimento na pesquisa, sob o risco de justamente desrespeitar os interesses dos participantes? que não se expressam nessa forma de organização dos conhecimentos - e de fragmentar os percursos em vários? pedaços? que não se comunicam entre si. Nossa sociedade se organiza institucionalmente dessa forma, mas a forma como nós adquirimos conhecimento não se organiza necessariamente ou prioritariamente assim.

Desse modo, o EvP é expressão tanto do que há de mais avançado e atual nos processos de produção de ponta dos países centrais como dos processos de produção dos conhecimentos indígenas, que nunca foram retirados do seu contexto de aplicação. Desse modo, é muito importante que a licenciatura ora oferecida pela UFAM como primeiro curso da futura Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro caminhe *pari passu* com estes novos desenvolvimentos pedagógicos.

O EvP permite que os conhecimentos indígenas sejam tratados nas suas cosmovisão, respeitando assim a forma de divisão do mundo própria dos povos indígenas envolvidos no processo educacional. Permite ao mesmo tempo que os

Amazônia, e que tem sido motivo de cobiça por parte das grandes indústrias farmacológicas dos países centrais.



envolvidos expressem suas necessidades de conhecimento e interesses sobre os conhecimentos ocidentais e de outros povos, integrando de várias formas (comparativa, contrastiva, histórica, etc.) estes conhecimentos à sua própria experiência histórica e cultural, ressignificando-os ou não, permitindo assim, controlar as forças de transformação do sistema-mundo e reafirmando a suas autonomias.

O EvP, ainda, permite um processo contínuo de criação de conhecimentos e de objetos culturais associados a eles (livros, filmes, discos, objetos artísticos, etc.) que institui a Autoria Indígena, isto é, que possibilita que os indígenas se tornem autores reconhecidos nas suas próprias culturas e no exterior dela, e não somente 'informantes' dos cientistas não-indígenas, brasileiros ou estrangeiros, que coletam informações e escrevem seus trabalhos acadêmicos, com pouco ou nenhum retorno para as comunidades indígenas. Se tornem donos de sus próprios destinos e do devir.

1.2.1 Política Linguística: a valorização e fortalecimento da cultura

O Alto Rio Negro é a região mais plurilíngüe do continente americano, com um sistema ecolinguístico de 23 diferentes línguas indígenas de cinco troncos linguísticos diferentes: Tupi (Nheẽgatu), Tukano Oriental (Tukano, Tuyuka, Desana, Wanano, Piratapuya, etc.), Aruak (Baniwa, Kuripako, Tariano, Werekena) e Maku (Nadëb, Daw, Yuhup, Hupda), Yanomami, além de duas línguas da família românica, o Português e o Espanhol. Uma licenciatura em tais condições culturais e sociolinguísticas é um empreendimento muito diferente de todos os contextos em que a universidade brasileira já funcionou, e nesse sentido a UFAM será a primeira universidade do país a desenvolver esse '*savoir faire*' pedagógico.

Além disso, o Alto Rio Negro é o único lugar do mundo em que as regras de matrimônio se baseiam na chamada EXOGAMIA LINGUÍSTICA, isto é, na obrigatoriedade do casamento com mulher falante de outra língua. Este tipo de regra matrimonial conduz a indivíduos bilíngües precoces coordenados ou, mais freqüentemente ainda, à proficiência em várias línguas, dado que numa comunidade há falantes potenciais de várias línguas (de 3 ou 4 até 12 línguas diferentes).



A legislação brasileira (Constituição Federal de 1988, LDB/2006, Resolução 03 do CNE, etc.) e internacional (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos) reconhecem aos povos minorizados em geral e aos indígenas em particular o direito de uso das suas línguas próprias nos processos educacionais em todos os níveis escolares. Além disso, São Gabriel da Cachoeira goza de uma legislação municipal própria sobre o assunto, expressa nas Leis nº145 de dezembro de 2002 e nº210 de outubro de 2006, da Câmara dos Vereadores do Município de São Gabriel da Cachoeira, que CO-OFICIALIZA E REGULAMENTA AS LÍNGUAS TUKANO, NHEËGATU E BANIWA, atribuindo-lhes estatuto de uso obrigatório no sistema educacional, na mídia e no atendimento público aos cidadãos (95% dos cidadãos de São Gabriel da Cachoeira são indígenas).

Uma destas três línguas co-oficializadas é dominada por praticamente todos os cidadãos indígenas do município, independente de falarem também outra língua da sua própria etnia, já que estas três grandes línguas são línguas veiculares de territórios linguísticos específicos²: O Tukano é a língua veicular da bacia do Uaupés, incluindo os afluentes Tiquié, Papuri e Umari; o Nheëgatu é a língua veicular do Rio Negro a jusante de Santa Izabel até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, incluindo-se ainda o rio Xié até Anamoim, o baixo curso do Içana e o rio Cubate; o Baniwa, finalmente, domina o médio e o alto curso do rio Içana e o rio Aiari. A política de co-oficialização destas três grandes línguas veiculares beneficia, portanto, todos os cidadãos indígenas, e não somente os das três etnias 'donas' das três línguas. Diga-se de passagem que a própria Lei no. 145/2002, regulamentada pela Lei nº 210/2006, prevê o direito das outras etnias de disporem de educação básica nas suas línguas étnicas, para evitar e mesmo reverter os processos de 'tukanização' e de deslocamento pelo Nheengatu iniciados na década de 40 e ainda em curso em alguns contextos sociolinguísticos.

Como exemplo da expressão da nova visão de formação de professores tendo por LINGUAS DE INSTRUÇÃO as três línguas co-oficiais do município o CURSO

² A única exceção são os Yanomami, que não dominam nenhuma destas línguas veiculares porque estão fora da área cultural rionegrina propriamente dita. Os povos Maku, em geral, têm conhecimento também do Tukano, especialmente os homens, e esta proficiência tem crescido à medida que os Hupda e Yuhup se aproximam das comunidades falantes de Tukano nas margens dos rios, abandonando, em muitos casos, seus territórios tradicionais no centro da floresta.



DE MAGISTÉRIO INDÍGENA II, da Secretaria Municipal de Educação, que está formando a nova geração de professores para as cerca de 170 escolas municipais das comunidades indígenas. São 315 cursistas de 14 etnias diferentes que estudam segundo a TERRITORIALIDADE linguística em que seu povo está inserido. Os cursistas foram apontados pelas comunidades, de modo que representam os planos político-pedagógicos destas comunidades para suas próprias escolas.

O Curso de Magistério Indígena II, assim como as escolas piloto Tuyuka Utapinoponã, Baniwa Paamáli, Tukano Yupury, FOIRN/ISA com assessoria do IPOL e Tukano Yepá Mahsã com assessoria da UFAM, criadas há 08 anos projeto em parceria é um campo de provas para a proposta pedagógica via pesquisa e para a política linguística proposta nesta licenciatura.

Trata-se de uma política linguística de promoção das línguas veiculares co-oficiais, e de sua equipagem para que possam ocupar funções cada vez mais sofisticadas no mundo do letramento e da administração pública. A Licenciatura está estabelecida sobre as mesmas bases conceituais, e inclusive territorial, complementando assim o trabalho já iniciado na formação de professores para a formação básica e em consonância com ele, evitando as desastrosas contradições freqüentes no sistema educacional brasileiro, em que muitas vezes uma instituição destrói o que outra instância educacional está fazendo.

A UFAM com esta licenciatura, mostra sua capacidade de perceber os contextos sociopolíticos e socioeducacionais em que trabalha, e soma esforços com a Secretaria Municipal da Educação, que é responsável pelo Magistério Indígena II e com a Federação das Organizações Indígena (FOIRN), parceiras deste esforço.

Essa experiência prévia é muito importante, porque dispomos de dados sobre o funcionamento de cursos deste tipo, dispomos de assessores pedagógicos, antropológicos e linguísticos conhecedores da região e de sua especificidade e de conhecimento do terreno para as necessidades logísticas que este tipo de trabalho demanda. No Magistério, ainda, foram feitos levantamentos que permitem entender melhor a necessidade educacional e cultural da região, e tem sido um campo de provas para um corpo docente, da UFAM e de outras Universidades Federais que poderá ser convidado a prestar seus serviços à licenciatura.



A visão pedagógica do EvP é complementar à política linguística perseguida pelo curso, que é a de garantir soluções plurilíngues para uma região plurilíngue, garantindo ao mesmo tempo que as línguas indígenas não só não sejam deslocadas pelo Português nos seus ambientes tradicionais de uso, mas ainda que sejam potencializadas como línguas de trabalho, como línguas de produção científica e como línguas de administração, para citar apenas alguns dos seus novos usos, em conformidade com a legislação vigente.

Por isso, uma das tarefas da licenciatura é a da EQUIPAGEM das línguas indígenas envolvidas tanto como línguas de trabalho (as línguas de todas as etnias presentes no curso, e na qual os alunos trabalharão nas suas respectivas comunidades) como muito especialmente das línguas co-oficiais, e que na licenciatura tem caráter de Língua de Instrução. A equipagem linguística se dá através da criação de INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS capazes de propiciar que estas línguas possam ser usadas nos mais variados contextos exigidos pelas comunidades de falantes.

Além dos instrumentos linguísticos usualmente considerados, como a gramática e o dicionário, é também muito importante a constituição de um corpo de material escrito diversificado, de acordo com as necessidades dos falantes. Isso implica na constituição de literatura narrativa, histórica ou beletrística, na constituição de léxicos terminológicos específicos, apropriados para permitir a tradução das e para as línguas envolvidas, e na constituição de um corpo de profissionais capacitados não só para as atividades docentes, mas também para as atividades de criação textual, digitalização das línguas, tradução, etc.

O EvP é um canal pelo qual essas tarefas podem ser assumidas, mesmo que parcialmente, pelos próprios indígenas em formação que, ao final do curso, através das suas pesquisas, terão contribuído com uma política linguística de afirmação das suas próprias línguas. Evidentemente, esta política de formação de quadros não se esquece do papel do letramento qualificado em português e em línguas estrangeiras, muito especialmente do espanhol, ambas as línguas veículos importantes para as comunicações mundializadas e para o estabelecimento de alianças com outros povos do Brasil e do exterior. Será uma das metas do curso garantir um grau alto de letramento em Português, através de uma política de leitura



que estará em curso durante todas as etapas da licenciatura. Igualmente, através de oficinas, será desenvolvido no corpo docente a proficiência em espanhol, para o que serão convidados docentes colombianos e venezuelanos, ou ainda de outras nacionalidades, e que ministrarão oficinas nesta língua.

Portanto, salienta-se que cada língua dos povos indígenas do Rio Negro terá um papel a desempenhar na licenciatura indígena, desenvolvida nas três turmas:

- a língua de instrução, as co-oficiais em cada pólo;
- as línguas de trabalho, as que são faladas/ empregadas pelos discentes sendo ou não co-oficializadas;
- línguas não indígenas: indispensáveis para o uso em situação de contato com a sociedade nacional e outros povos, funcionando neste caso, como língua que serve para estabelecer relações de contato interétnico, com indígenas que falam línguas diferentes das do Alto Rio Negro.

Neste sentido, face ao multilinguismo da região, ao mesmo tempo que fortalece a identidade, a cultura e a organização do movimento indígena no Alto Rio Negro, através do uso das línguas co-oficializadas pela Lei Municipal nº210/2006 como línguas de instrução, este curso busca fortalecer as demais línguas maternas que são empregadas como línguas de trabalho tanto na oralidade quanto na escrita durante o desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas e culturais.

1.2.2 - Produção Literária.

Coleção Saberes Indígenas envolve 03 cadernos de pesquisa (Tukano, Baniwa e Yegatu) elaborados anualmente que tem como objetivo divulgar os resultados das pesquisas realizadas pelos estudantes da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Amazonas, cuja edição na língua materna visa promover a valorização das línguas indígenas e o fortalecimento de uma educação superior indígena específica e democrática.

- **Cadernos Tukano**, denominado **Ohpekō Di'ta**, que significa mae terra, que o povo tupi chama de Pindorama.
- **Cadernos Yegatu**, denominado de **Yegatú Resewá**, que significa falando sobre o Yegatu.



- **Cadernos Baniwa**, denominado de *Baniwanai lanheekh*, que significa conhecimento ou saberes do povo Baniwa.

Ressalta-se que os nomes foram criados pelos estudantes das referidas turmas.

Coleção Contos e Histórias indígenas, que tem como objetivo publicar histórias e contos dos povos indígenas visando difundir a escrita e leitura das línguas na região devido a ausência de material literário para o ensino fundamental e comunidade em geral. Serão escritos na língua materna e em alguns casos na língua portuguesa.

Também há a publicação semestral do boletim informativo por turma. *Diawi*, é o nome do Boletim da turma Tukano; *Wakotinay*, da turma Baniwa e o da turma Yegatu esta em discussão.

1.3- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

1.3.1. Titulação

Ao final do curso o egresso receberá o título de Licenciado em Educação Indígena.

1.3.2. Modalidades

Licenciatura Plena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável.

1.3.3. Número de vagas oferecidas pelo curso

Para ingresso no Curso, via processo seletivo contínuo e macro, são 40 vagas definidas por territorialidade linguística e por povos: turma Tukano (LIT-40 vagas), turma Baniwa (LIB-40 vagas) e turma Nheengatu (LIN-40 vagas), oferecido para os povos indígenas do Alto Rio Negro, conforme solicitação dos mesmos respeitando a legislação federal e estadual vigente bem como a Lei municipal nº 210/2006 de co-oficialização das línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu no município de São Gabriel da Cachoeira.

A proposta metodológica e curricular do curso permite que se possa ter várias turmas conforme os aspectos socioculturais e linguísticos de cada povo indígena.



Poderá ser ofertada em caráter especial conforme demanda para os demais povos indígenas habitantes do estado do Amazonas.

1.3.4 Turno

O curso é oferecido no turno matutino e vespertino de forma modular. Atividades de campo e de laboratórios podem ser realizadas também no turno matutino, vespertino e noturno.

1.3.5 Local de Funcionamento

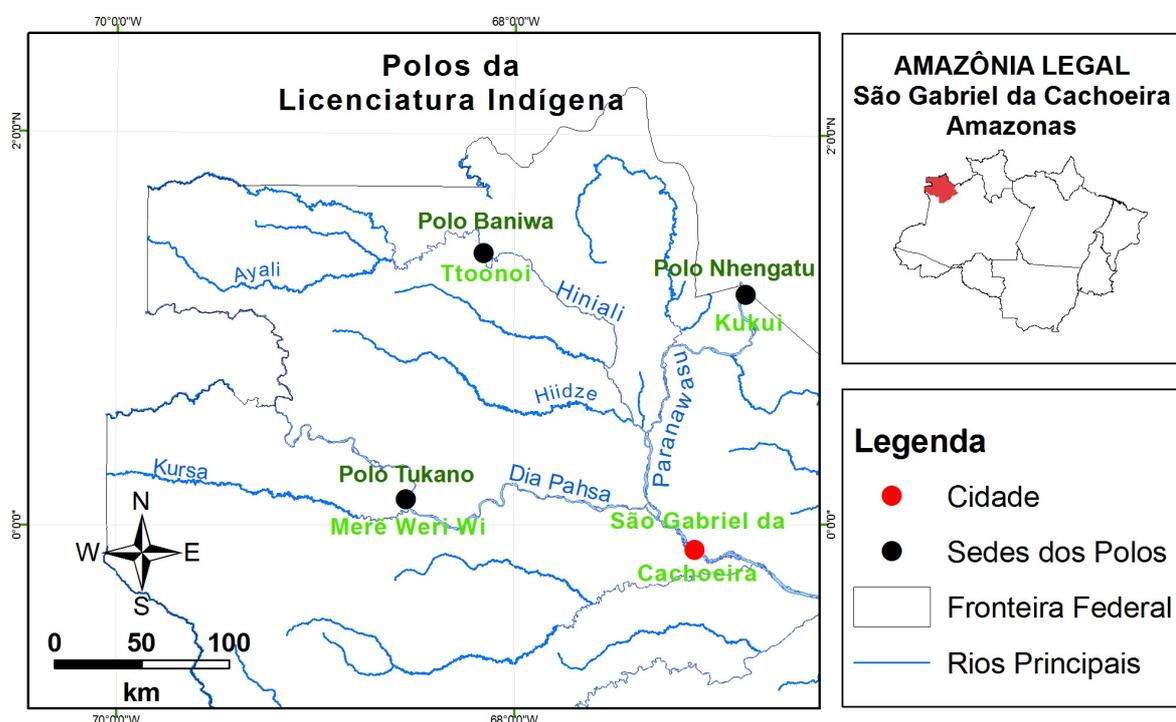
O curso de Licenciatura está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras funciona no Campus de São Gabriel da Cachoeira, em construção, que receberá a denominação de Centro Universitário Indígena do Rio Negro. Devido a proposta ideológica do curso, fortalecer a identidade dos povos indígenas, deslocar o foco da cidade para as comunidades visando conter o êxodo, as turmas funcionam em comunidades localizadas na Terra Indígena em escolas pertencentes à rede estadual de educação, porém, de propriedade da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, na Cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, Brasil.

São Gabriel da Cachoeira fica distante 870 km em linha reta de Manaus, cujos meios de transporte são **aéreo**, cuja viagem tem duração em média 02 horas; **fluvial**, por barco de linha com duração de 03 dias de viagem e por lancha expressa com duração de 01 dia.

A Turma Tukano, funciona da comunidade de Taracúá, localizada no rio Uaupés, distante 07 horas de São Gabriel por via fluvial. O deslocamento é feito por meio de deslizadores com motor 40 HP.

A turma Nheengatu, funciona da comunidade de Cucui, localizada no rio Negro, na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Colômbia, distante 07 horas de São Gabriel, por via fluvial, utilizando-se deslizadores com motor 40HP como meio de transporte.

A turma Baniwa, funciona na comunidade de Tunui, rio Içana, distante em média de 08 a 10 horas de São Gabriel, por via fluvial utilizando-se deslizadores com motor 40 HP como meio de transporte (figura 01).



Org. Schwade, 2012. Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazonia/UFAM

1.4 MATRIZ CURRICULAR

O curso de Licenciatura Indígena da UFAM está configurado para formação de docente com organização curricular modular por créditos, composto pelos componentes curriculares (Pesquisas, Práticas Investigativas, Projetos Especiais, Prática Profissional) distribuídas em 08 (oito) períodos letivos.

Comporta 03 turmas (LIB – Baniwa; LIT – Tukano e LIN – Nheengatu) com currículos distintos.

A matriz curricular está em conformidade com o que preceitua as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CES 1/2002 e 02/2002), Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78, 79; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009



1.4.1 - A proposta metodológica como princípio de autonomia

A proposta metodológica é o ensino via pesquisa (DEMO, 2003; FREIRE, 1985/1996; BRANDÃO, 1982; DEWEY, 2004; STENHOUSE, 2010) que integra ensino, pesquisa e extensão na prática docente que orientam os componentes curriculares de acordo com as pesquisas e projetos educacionais.

O curso acontece simultaneamente nos 03 pólos com duração de quatro anos, 08 períodos letivos, organizados a partir de dois momentos: etapas intensivas e etapas intermediárias, já que a construção do conhecimento deve ocorrer em diferentes tempos e espaços. Cada semestre letivo é composto de uma etapa intensiva (presencial) e uma etapa intermediária (não-presencial), perfazendo um total de 08 etapas intensivas e 07 intermediárias perfazendo um total de 3.550 horas-aulas.

Cada etapa Intensiva ocorre semestralmente, em cada pólo/turma, nos meses de janeiro e/ou fevereiro e julho, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos estudantes. Nesta etapa serão realizadas as práticas investigativas que fornecem subsídios teóricos e metodológicos, bem como conhecimentos e informações pontuais que permitem melhor compreensão dos objetos de pesquisa e de metodologias pedagógicas ora em discussão bem como sistematização e orientação de dados das pesquisas e dos trabalhos escolares e demais atividades das práticas investigativas.

A etapa intermediária ocorre nos períodos entre uma etapa intensiva e outra, nos meses de março/abril e junho/agosto/setembro/outubro/novembro/dezembro, permitindo, assim, que os estudantes conciliem suas atividades docentes nas escolas com as atividades do curso as quais são: pesquisas, leituras, projetos especiais e estágio etc, com orientação do coordenador local por pólo e de um professor que está à disposição em cada pólo.

As etapas são orientadas no sentido de formar o professor-pesquisador, criando a possibilidade de que este projeto, além de contribuir diretamente para a construção de uma escola diferenciada e responder à demanda imediata de escolarização dos povos indígenas, possa também atender à necessidade de se



construir, no Brasil, espaços de pesquisa e excelência em questões relacionadas ao universo cultural indígena.

O currículo do curso é organizado através das pesquisas educacionais, que foram definidas na primeira etapa de acordo com o interesse coletivo dos estudantes e de suas comunidades, que estruturam a abordagem dos componentes curriculares de natureza científico-cultural, assim como situam as diferentes atividades acadêmicas: Prática Investigativa, Práticas Profissionais (estágio profissional), Pesquisas e Projetos Especiais.

1.4.2 Componentes Curriculares - currículo pós-feito

Os componentes contemplam atividades acadêmicas didático-pedagógicas, de pesquisa, de tradução, gerenciamento de projetos, artísticos, linguísticos, de comunicação (oratória-leitura) e interpretação, de gestão territorial, e de análise crítico-social.

O Material literário e audiovisual são produzidos ao longo do curso por cada estudante ou grupo de estudantes de acordo com a identidade cultural e territorial da sua comunidade nas respectivas línguas de seu povo/comunidade, onde a oralidade terá lugar fundamental.

O currículo do curso é organizado através das problemáticas (pesquisas educacionais), definidas no primeiro período, nas turmas Baniwa, Tukano e Nheengatu de acordo com o interesse coletivo do estudante e da sua comunidade, que estruturam a abordagem dos componentes curriculares de natureza científico-cultural, assim como situam as diferentes atividades acadêmicas: Prática Investigativa, Prática Profissional (Estágio supervisionado), e Projetos Especiais.

Cada turma, definida a partir da territorialidade linguística, têm problemáticas diferentes porque seus problemas, desafios e perspectivas não são os mesmos, pois trata-se de povos diferentes. Deste modo, temos 03 currículos diferentes, 01 por turma, embora o curso seja o mesmo. As problemáticas são abertas no final do período e planejadas para o período seguinte por meio do mapa conceitual e do plano de trabalho, definidos pelos alunos, dos quais se projetam as práticas investigativas que por sua vez, também elaboram mapas conceituais para orientar os professores no seu desenvolvimento.



Desta forma, o currículo se constrói à medida que o curso é realizado, completando-se somente no início do 8º período.

1) Pesquisa – o currículo estrutura-se como uma seqüência em média de 08 pesquisas, cujas problemáticas são determinadas pelos alunos (alternando-se trabalhos individuais e coletivos). Cada pesquisa é discutida com o corpo docente, apresentada aos colegas em diversos momentos da sua elaboração, e finalmente apresentada formalmente num seminário final. Ao final do curso a carga horária total materializa-se em um conjunto de pesquisas que formam o *Portfólio* do aluno, e que mostra os aprendizados realizados durante o curso nas várias habilidades necessárias para a obtenção do título de graduado-licenciado, desde os conhecimentos linguísticos e expressivos até os conhecimentos técnicos e matemáticos.

Serão em média 08 pesquisas desenvolvidos na etapa intermediária e intensiva com carga horária de 1200, que orientam as práticas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2) Práticas Investigativas – componente integrante das pesquisas, apresentam o conteúdo com carga horária teórica e prática de natureza científico-cultural cuja carga horária pode variar entre 45 a 60 horas. Fornecem subsídios teóricos e metodologias, bem como conhecimentos e informações pontuais que permitem melhor compreensão dos objetos de pesquisa ora em discussão perfazendo um total de 1.440 h, de acordo com as necessidades e ficam sob a responsabilidade de professores selecionados pela sua capacidade naquele objeto em particular.

3) Prática Profissional (Estágio Supervisionado) – terá como norte a reflexão das experiências nas escolas indígenas, além da observação e análise de experiências em escolas não indígenas, no ensino fundamental e médio, visando um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos e a produção de novas pedagogias e metodologias de ensino de acordo com a realidade sociocultural e territorial da região com carga horária de 420 h.

Na qualidade de curso de formação de professores com um recorte mais amplo, compatível com a demanda das comunidades e do movimento indígena por uma educação associada aos seus projetos socioculturais, a licenciatura em



questão dá muita atenção às práticas na formação do professor-pesquisador. As práticas ocorrem, em ambas etapas (intensiva e intermediária) a partir da responsabilidade de assumir várias tarefas no sistema escolar indígena, não só em sala de aula mas também na administração escolar (departamento de educação da FOIRN, SEMED, SEDUC, coordenação do curso superior da UFAM, etc.). Não ocorrerão apenas no sistema escolar, mas também nas comunidades, por exemplo, em que os professores com conhecimentos linguísticos limitados da sua língua comunitária possam viver um semestre ou dois em comunidades onde aquela língua é vivamente praticada.

4) Projetos Especiais (conteúdo integrador) - permitem articular outros conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso, de ensino/pesquisa e extensão, com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena e sobretudo atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc., oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias à produção do conhecimento e conseqüentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso. A carga horária total de 400 h realizadas nas etapas intermediárias. Equivalem ao conteúdo integrador e as práticas curriculares conforme a Resolução n° 02 CNE/CP de 2002.

1.4.3 Periodização por turma

1.4.3.1 - Turma Tukano



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



PERÍODO	CÓD.	NOME	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
			CRÉD.	TEOR.	PRAT. TOTAL		
OBRIGATORIAS							
1º	LIT004	PESQUISA I - QUAIS FORAM AS DISCUSSÕES PARA UNIFICAR A ORTOGRAFIA DAS LÍNGUAS NO MUNDO?	5		150	150	
1º	LIT010	QUAIS AS METODOLOGIAS DE APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA?	2	15	30	45	
1º	LIT002	QUAIS OS USOS ORTOGRAFICOS DA LÍNGUA TUKANO?	3	30	30	60	
1º	LIT001	QUAL A IMPORTANCIA DA ORALIDADE E ESCRITA NAS LÍNGUAS INDÍGENAS?	3	30	30	60	
2º	LIT005	A PESQUISA PODE SER UMA METODOLOGIA DE ENSINO?	2	15	30	45	
2º	LIT013	COMO SÃO FEITAS AS PESQUISAS?	5		150	150	
2º	LIT009	O QUE É CULTURA E QUAIS AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL?	3	30	30	60	
2º	LIT003	QUAIS OS PROJETOS E METODOLOGIAS DE PESQUISA NO ALTO RIO NEGRO	2	15	30	45	
3º	LIT015	PESQUISA III - COMO TÊM SIDO CUIDADOS OS VALORES DAS CULTURAS DO RIO NEGRO?	5		150	150	
3º	LIT014	QUAIS AS FORMAS JURÍDICA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO?	3	30	30	60	
3º	LIT022	QUAIS OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDÍGENA?	3	30	30	60	
3º	LIT012	QUAIS OS MOTIVOS DO DESAPARECIMENTO DAS LÍNGUAS DE ALGUNS GRUPOS ÉTNICOS DO RIO NEGRO?	2	15	30	45	
3º	LIT007	QUAIS SÃO OS PATRIMONIOS DOS POVOS INDIGENAS DO ALTO RIO NEGRO?	2	15	30	45	
4º	LIT017	PESQUISA IV - QUAIS AS LEIS QUE AMPARAM OS DIREITOS INDIGENAS?	5		150	150	
4º	LIT018	QUAIS AS LEIS QUE TRATAM DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS?	3	30	30	60	
4º	LIT019	QUAIS OS CONFLITOS EXISTENTES NA FAIXA DE FRONTEIRA NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO?	3	30	30	60	
4º	LIT016	QUAL O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS INDIGENAS?	3	30	30	60	
5º	LIT011	COMO A EDUCAÇÃO INDÍGENA PODE CONTRIBUIR NO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA E.E.I.?	3	30	30	60	
5º	LIT021	O QUE É ESCOLA DEMOCRÁTICA?	3	30	30	60	
5º	LIT020	PESQUISA V - QUAIS OS MECANISMOS POLÍTICOS FORAM USADOS PARA FIRMAR A E.E.I.?	5		150	150	
5º	LIT023	PRÁTICA PROFISSIONAL I	4		120	120	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



5º	LIT006	QUAIS TEM SIDO OS ÂNSEIOS DE EMANCIPAÇÃO DA EDU. ESC. INDI DENTRO E FORA DO MOVIMENTO INDÍGENA?	2	15	30	45
6º	LIT025	O QUE É TERRITÓRIO?	3	30	30	60
6º	LIT027	PESQUISA VI - QUAIS FORAM OS PROCESSOS USADOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS PPP NAS ESCOLAS DEMOCRÁTICAS?	5		150	150
6º	LIT024	PRÁTICA PROFISSIONAL II	5		150	150
6º	LIT026	QUAIS AS EXPERIÊNCIAS E EXEMPLOS DE ESCOLAS DEMOCRÁTICAS NO MUNDO E NO BRASIL?	3	30	30	60
6º	LIT030	QUAIS AS METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO DE PPP NAS ESCOLAS DEMOCRÁTICAS?	3	30	30	60
7º	LIT032	COMO MAPEAR O ORDENAMENTO E USO DO TERRITÓRIO?	3	30	30	60
7º	LIT028	PESQUISA VII - O QUE É GESTÃO TERRITORIAL?	5		150	150
7º	LIT037	PRÁTICA PROFISSIONAL III	5		150	150
7º	LIT033	QUAIS AS POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL PARA TERRAS INDÍGENAS?	3	30	30	60
7º	LIT031	QUAIS OS INSTRUMENTOS E PROJETOS DE GESTÃO TERRITORIAL EXISTENTES NO BRASIL?	3	30	30	60
7º	LIT008	QUAL A RELAÇÃO ENTRE AUTONOMIA E PPP?	2	15	30	45
8º	LIT036	COMO OS POVOS INDÍGENAS VEM CONTENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM SEUS TERRITÓRIOS?	3	30	30	60
8º	LIT035	O QUE É PROBLEMA AMBIENTAL PARA OS POVOS DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO?	3	30	30	60
8º	LIT029	PESQUISA VIII - QUAIS OS PROBLEMAS AMBIENTAIS EXISTENTES NO NOSSO TERRITÓRIO?	5		150	150
8º	LIT034	QUAIS AS ORIGENS DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS?	2	15	30	45
8º	LIT038	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	3		90	90
TOTAL			127			3150

1.4.3.2 - Turma Nheengatu

PERÍODO	CÓD.	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEOR.	PRAT.	TOTAL	
OBRIGATORIAS							
1º	LIN001	COMO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TEM SE RELACIONADO COM A COMUNIDADE?	2	15	30	45	
1º	LIN010	COMO FORAM CONSTRUÍDAS AS POLÍTICAS DE E.E.EI NO BRASIL?	2	15	30	45	
1º	LIN004	PESQUISA I - COMO ESTÃO FUNCIONANDO AS ESCOLAS INDÍGENAS NO ALTO RIO NEGRO?	5		150	150	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



1º	LIN007	QUAIS AS DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DA E.E.I.D NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO?	2	15	30	45
1º	LIN012	QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA PARA AUTONOMIA DA E.E.I.?	2	15	30	45
1º	LIN008	QUAL A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA?	2	15	30	45
1º	LIN003	QUAL O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO?	2	15	30	45
2º	LIN016	COMO PRODUZIR MATERIAIS PLURILINGUES NAS ESCOLAS PLURIÉTNICAS?	3	30	30	60
2º	LIN013	PESQUISA II - QUAIS AS METODOLOGIAS DE ENSINO NAS ESCOLAS PLURIÉTNICAS?	5		150	150
2º	LIN011	PORQUE AS COMUNIDADES ESTÃO DEIXANDO DE USAR A LÍNGUA MATERNA?	3	30	30	60
2º	LIN006	QUAIS AS METODOLOGIAS DE ENSINO DE LÍNGUA NAS ESCOLAS INDÍGENAS?	2	15	30	45
2º	LIN002	QUAIS OS ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DA LÍNGUA NHEENGATU?	3	30	30	60
2º	LIN015	QUAL A ORIGEM DA LÍNGUA NHEENGATU?	4	60		60
3º	LIN005	A PESQUISA PODE SER USADA COMO METODOLOGIA DE ENSINO?	2	15	30	45
3º	LIN009	COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS PPP NAS ESCOLAS DEMOCRÁTICAS?	3	30	30	60
3º	LIN014	PESQUISA III - COMO CONSTRUIR PPP NA ESCOLA DIFERENCIADA INDÍGENA?	5		150	150
3º	LIN017	POR QUE CRIAR ESCOLAS INDÍGENAS PRÓPRIAS?	3	30	30	60
3º	LIN021	QUAL A IMPORTÂNCIA DO PPPI PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS?	3	30	30	60
4º	LIN020	PESQUISA IV - COMO ESTÃO SENDO VALORIZADAS AS NOSSAS CULTURAS NAS NOSSAS COMUNIDADES?	5		150	150
4º	LIN025	QUAIS AS FESTAS RELIGIOSAS DOS ANTEPASSADOS E ATUAIS?	2	15	30	45
4º	LIN019	QUAIS AS METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO DE PPPI?	3	30	30	60
4º	LIN018	QUAIS MECANISMOS PODEM SER USADOS PARA MANTER A LÍNGUA MATERNA?	3	30	30	60
4º	LIN022	QUAIS OS ELEMENTOS QUE DEFINEM AS CULTURAS?	3	30	30	60
5º	LIN035	A NATUREZA ESTÁ SENDO VALORIZADA CULTURALMENTE?	2	15	30	45
5º	LIN033	COMO AS ESCOLAS PODEM CONTRIBUIR PARA A CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE?	2	15	30	45
5º	LIN027	PESQUISA V - A E.E.I PODE CONTRIBUIR PARA A CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA?	5		150	150
5º	LIN024	PRÁTICA PROFISSIONAL I	4		120	120
5º	LIN023	QUAIS AS LEIS QUE TRATAM DO AMBIENTE?	2	15	30	45
6º	LIN032	COMO OCORREU A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NA REGIÃO DO RIO	3	30	30	60



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



6º	LIN028	NEGRO? PESQUISA VI - PORQUE DEMARCAR TERRAS INDÍGENAS?	5		150	150
6º	LIN026	PRÁTICA PROFISSIONAL II	5		150	150
6º	LIN031	QUAIS OS PROCESSOS USADOS PARA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL?	3	30	30	60
7º	LIN029	PESQUISA VII - QUAIS OS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELOS POVOS INDÍG.DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO?	5		150	150
7º	LIN038	PRÁTICA PROFISSIONAL III	5		150	150
7º	LIN036	QUAIS AS AMEAÇAS AMBIENTAIS EXISTENTES NAS TERRAS INDÍGENAS?	3	30	30	60
7º	LIN034	QUAIS AS FORMAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO?	3	30	30	60
8º	LIN030	PESQUISA VIII - A ÁGUA DO RIO NEGRO É POTÁVEL?	5		150	150
8º	LIN037	QUAIS AS PRINCIPAIS RESERVAS DE ÁGUA DOCE DO BRASIL E NO MUNDO?	3	30	30	60
8º	LIN039	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	3		90	90
TOTAL			127		90	3150

1.4.3.3 - Turma Baniwa

PERÍODO	CÓD.	NOME	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEOR.	PRAT.	TOTAL	
OBRIGATORIAS							
1º	LIB004	PESQUISA I - PORQUE OS PROFESSORES BANIWA TEM DIFICULDADES PARA ALFABETIZAR NA LING. MATERNA E PORT?	5		150	150	
1º	LIB007	PORQUE AS CRIANÇAS BANIWA ESTÃO COM DIFICULDADES EM ESCREVER NA LÍNGUA MATERNA E EM PORTUGUÊS?	3	30	30	60	
1º	LIB012	QUAIS A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICA LINGUÍSTICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO?	2	15	30	45	
1º	LIB011	QUAIS AS DIRETRIZES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA O POVO BANIWA?	2	15	30	45	
1º	LIB002	QUAIS AS METODOLOGIAS DE ALFABETIZAÇÃO USADAS PELOS PROFESSORES BANIWA?	3	30	30	60	
2º	LIB010	COMO AS TECNOLOGIAS E ECONOMIAS INDÍGENAS SE INSEREM NA MODERNIDADE?	3	30	30	60	
2º	LIB013	COMO ERA A ORGANIZAÇÃO DO POVO BANIWA ANTES DA CHEGADA DOS COLONIZADORES?	2	15	30	45	
2º	LIB009	OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS FORTALECEM A CULTURA?	3	30	30	60	
2º	LIB006	QUAIS AS RELAÇÕES DO ESTADO NACIONAL COM O MOVIMENTO INDÍGENA?	3	30	30	60	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



2º	LIB003	QUAIS ASS CONQUISTAS DO MOVIMENTO INDIGENA EM RELAÇÃO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS?	2	15	30	45
3º	LIB017	COMO OS BANIWA FAZEM PARA MANTER E GARANTIR SUAS LEIS?	3	30	30	60
3º	LIB014	PESQUISA II - PORQUE OS BANIWA NÃO CONSEGUEM DE ORGANIZAR SOCIALMENTE?	5		150	150
3º	LIB015	PESQUISA III - QUAL É A LEI DOS BRANCOS E A LEI DOS ÍNDIOS?	5		150	150
3º	LIB008	QUAIS AS FORMAS DE PROTEÇÃO JURÍDICA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA?	2	15	30	45
3º	LIB001	QUAIS OS DIREITOS E DEVERES DOS POVOS INDÍGENAS GARANTIDOS PELO ESTADO?	2	15	30	45
4º	LIB022	COMO OS ANTEPASSADOS FAZIAM O MANEJO DAS PLANTAS?	3	30	30	60
4º	LIB021	O QUE É O MERCADO?	3	30	30	60
4º	LIB018	PESQUISA - IV QUAIS PRODUTOS NATURAIS PODEM SER UTILIZADOS PARA GERAR RENDA SEM CAUSAR PROBLEMAS AMB	5		150	150
4º	LIB020	QUAIS AS TÉCNICAS DE MANEJO UTILIZADOS PELOS BRANCOS?	3	30	30	60
4º	LIB019	QUAIS OS INSTRUMENTOS E TECNOLOGIAS PARA MAPEAR O TERRITÓRIO?	2	15	30	45
5º	LIB005	COMO ESTUDAR AS PLANTAS MEDICINAIS?	3	30	30	60
5º	LIB016	COMO OS BRANCOS E INDIOS USAM AS PLANTAS MEDICINAIS?	3	30	30	60
5º	LIB023	PESQUISA V - QUAIS AS PLANTAS MEDICINAIS MAIS USADAS PELOS ANTEPASSADOS PARA CURAR DOENÇAS?	5		150	15
5º	LIB024	PRÁTICA PROFISSIONAL I	4		120	120
6º	LIB030	COMO OS SÁBIOS BANIWA EXPLICAM A ORIGEM DO MUNDO E PREVISÃO DO FUTURO?	2	15	30	45
6º	LIB028	O QUE É MUDANÇA CLIMÁTICA?	3	30	30	60
6º	LIB029	O QUE É SUSTENTABILIDADE?	3	30	30	60
6º	LIB025	PESQUISA VI - QUAL A VISÃO DO POVO BANIWA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?	5		150	150
6º	LIB036	PRÁTICA PROFISSIONAL II	5		150	150
6º	LIB031	QUAIS AS FORMAS PARA MINIMIZAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA VISÃO DOS POVOS BANIWA E DOS OCIDENTAIS?	3	30	30	60
7º	LIB026	PESQUISA VII - QUAIS AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS REALIZADAS PELOS POVOS BANIWA/KURIPAKO?	5		150	150
7º	LIB037	PRÁTICA PROFISSIONAL III	5		150	150
7º	LIB034	QUAIS OS PROCESSOS DE ESTUDO PARA VIABILIDADE DE EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS?	3	30	30	60
7º	LIB032	QUAIS AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENCONTRADAS NA SOCIEDADE BANIWA/KURIPAKO?	3	30	30	60
7º	LIB033	QUAIS OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS BANIWA/KURIPAKO?	3	30	30	60
8º	LIB027	PESQUISA VIII - É POSSIVEL TRANSFORMAR RECURSOS NATURAIS EM PRODUTOS?	5		150	150



8º	LIB035	QUAIS AS TÉCNICAS DE TRANSFORMAÇÃO DOS RECURSOS EM PRODUTOS?				
			3	30	30	60
8º	LIB038	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			90	90
			3			90
Total			127			3150

1.4.4 Prática Profissional

A prática profissional tem carga horária de 450 horas distribuídas em Prática Profissional I, II e III realizadas nos 5º, 6º e 7º períodos.

Tem como norte a reflexão das experiências nas escolas indígenas, além da análise de experiências em escolas não-indígenas, no ensino fundamental e médio, visando um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos e a produção de novas pedagogias e metodologias de ensino de acordo com a realidade sociocultural e territorial da região e da turma/povo indígena.

Na qualidade de curso de formação de professores com um recorte mais amplo, compatível com a demanda das comunidades e do movimento indígena por uma educação associada aos seus projetos socioculturais, a licenciatura em questão dará muita atenção às práticas na formação do professor-pesquisador. As práticas ocorrerão, em ambas etapas (intensiva e intermediária) a partir da responsabilidade de assumir várias tarefas no sistema escolar indígena, não só em sala de aula mas também na administração escolar (departamento de educação de suas associações de base, secretarias municipais e estaduais de educação, de cultura, meio ambiente por exemplo). Não ocorrerão apenas no sistema escolar, mas também nas comunidades, por exemplo, em que os discentes em formação com conhecimentos linguísticos limitados da sua língua comunitária, possam viver um semestre ou dois em comunidades onde aquela língua é vivamente praticada.

1.4.5 TCC

Para concluir o curso, o discente terá que elaborar e defender o Trabalho de Conclusão de curso conforme as normas abaixo.

Artigo 1º - O trabalho de conclusão de curso compreende carga horária obrigatória perfazendo um total de 90 horas e 03 créditos práticos.



Artigo 2º - É resultante do projeto de pesquisa ou memorial de pesquisa (portfólio), ou uma proposta metodológica, mapas, vídeo/documentário, monografia realizado pelos discentes ao longo do curso com a supervisão de um professor/orientador.

Parágrafo único - O TCC pode ser elaborado individualmente ou em grupo de no máximo 04 componentes.

Artigo 3º – O orientador será definido pelo discente mediante o aceite do professor indicado.

Parágrafo único – O orientador deverá formalizar a orientação do discente à coordenação do curso.

Artigo 4º - Por se tratar de um curso bilíngue, poderá ser escrito na língua portuguesa e/ou na língua de sua comunidade étnica e apresentado oralmente na língua de trabalho do aluno e em português.

Artigo 5º - A defesa do trabalho consiste na apresentação pública a uma banca examinadora composta pelo orientador e mais dois membros convidados que, ao término da exposição e arguição irão avaliar o discente, expressando o resultado na ata de defesa pública. O presidente da banca fará a leitura da ata que, se configura no término dos créditos exigidos a obtenção do grau de licenciado em Educação Indígena.

Parágrafo único – Podem participar da banca examinadora lideranças indígenas pertencente ao grupo étnico do discente ou de outros, convidados por ele em concordância com o orientador.

1.4.6. Projetos Especiais – (conteúdo integrador)

Estão inseridas nas 400 h dos Projetos Especiais. Permitem articular conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso, de ensino/pesquisa e extensão, com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena e sobretudo, atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc., oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias à produção do conhecimento e consequentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso. A carga horária total de 400 h realizadas nas etapas intermediárias.

ATIVIDADES E CARGA HORÁRIA – [EM HORAS]

ENSINO		
ATIVIDADE	DURAÇÃO MÍNIMA DO EVENTO	CARGA MÁXIMA A SER APROVEITADA
Ministrante de curso de extensão	8	60
Palestrante e/ou debatedor em mesa redonda	2	4
Atividade de monitoria – 20 horas/semestre	2	40
Participação em eventos internacionais, nacionais, regionais e locais	02	60
Participação em curso e mini-cursos (carga horária variável)	20	200
Participação em Programa Especial de Treinamento – PET – 30 horas/ano	30	60
Disciplinas optativas excedentes 30 horas/disciplina	30	60
Estágio extra-curricular (em áreas afins) –	30	120
Realizar/freqüentar curso de idioma – 15 horas/semestre	10	80

PESQUISA		
ATIVIDADE	CARGA MÍNIMA DO EVENTO	CARGA MÁXIMA A SER APROVEITADA
Participação em Programa de Iniciação Científica	60	120
Participação em projeto de pesquisa aprovado por agências de fomentos ou pelo DAP/PROPESP/UFAM	60	120
Autor ou co-autor de artigo científico completo em revista periódica internacional com comissão editorial e com ISSN	30	60
Autor ou co-autor de artigo científico completo em revista periódica nacional, regional ou local, com comissão editorial e com ISSN.	20	60
Autor ou co-autor de artigo científico completo em Anais de congresso internacional com comissão editorial e com ISSN	20	40



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Autor ou co-autor de artigo científico completo em Anais de congresso nacional, regional ou local com comissão editorial e com ISSN.	10	30
Autor ou co-autor de capítulo de livro com ISBN – 20 horas/capítulo	20	40
Publicação de resenha de livro publicado em revista com corpo editorial e ISSN.	5	10
Premiação em trabalhos acadêmicos – 10 horas/prêmio	10	20
Apresentação oral de trabalhos em eventos técnicos ou científicos	10	20
Apresentação em <i>banners</i> de trabalhos em eventos técnicos ou científicos	5	10
Apoio a atividades de pesquisa em campo – 05 horas/atividade	5	20

EXTENSÃO		
ATIVIDADE	CARGA MÍNIMA DO EVENTO	CARGA MÁXIMA A SER APROVEITADA
Participação em projetos de extensão aprovados em agências de fomento ou na PROEXTI/UFAM – 60 horas/semestre	60	120
Participação no PIBEX ou outro projeto de extensão – 30 horas/semestre	30	60
Participação na organização de eventos técnicos ou científicos – 10 horas/evento	10	80
Representação discente em instâncias acadêmicas – 20 horas/representação/semestre	20	40
Outras atividades de extensão a critério da comissão do curso – 05 horas/atividade	05	10
Atividade cívica (exemplo: projeto Rondon) – 05 horas/atividade.	05	10

1.4.7 Objetivos, Ementas e Referências Básicas das Práticas Investigativas

1.4.7.1 – Currículo Tukano

Carga Horária Total: 3550 h

Distribuição por Componente Curricular:

Pesquisas – 1.200 h

Práticas Investigativas – 1440 h
Prática Profissional – 420 h
Projetos Especiais – 400 h
TCC – 90 h

1º Período

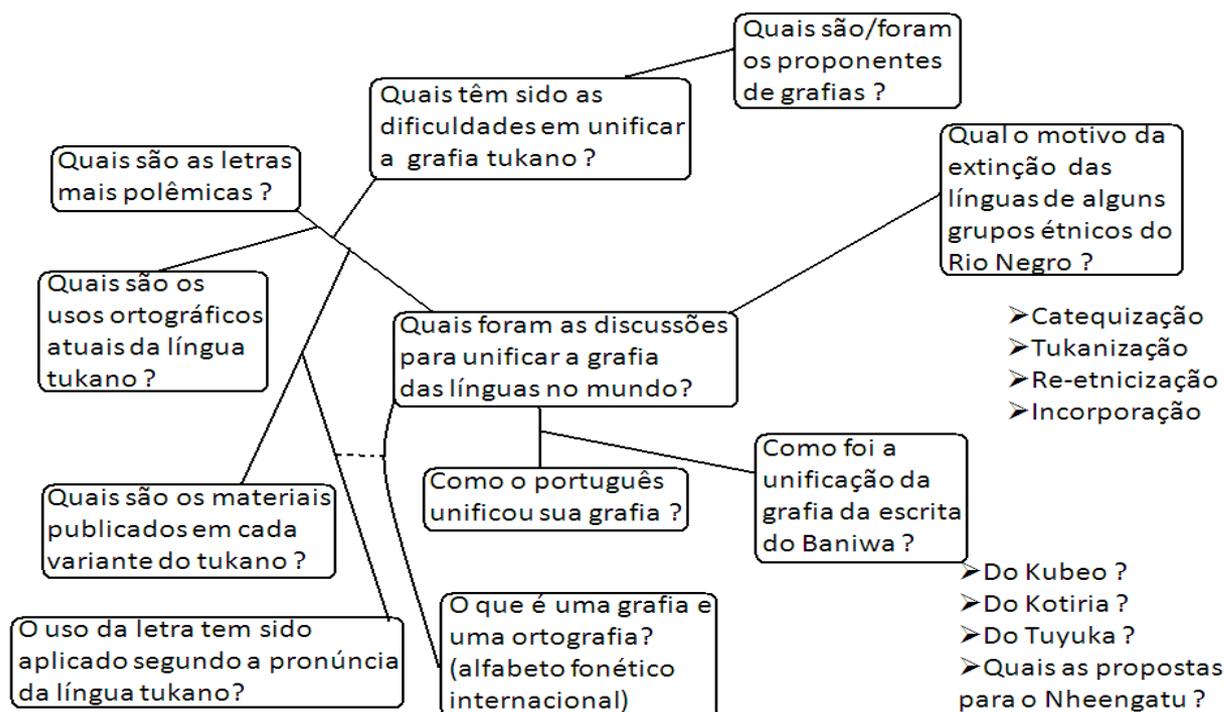
LIT 004 Pesquisa I - Quais foram às discussões para unificar a ortografia das línguas do mundo?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Fortalecimento e valorização das línguas indígenas.

Produto: Proposta de grafia da língua Tukano para o curso e das demais línguas de trabalho.

Conteúdo:



Referências:

APPEL, René y MUYSKEN, Pieter: **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Ariel lingüística, Barcelona, 1996. cap.12, pp. 207-226.

JEAN-CALVET, L. **As políticas linguísticas**. Campinas: IPOL/Mercado de Letras, 2007.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos**. Companhia das Letras, Campinas, 2003.



RAJANAGOPALAN, Kanavillil: O conceito de identidade em linguística. In: **Língua(gem) e Identidade**. Inês Signorini (Org). Ed: Mercado das Letras, Campinas, 1998, 21-46.

SCHNEUWLY. B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares - Das Práticas de Linguagem aos Objetos de Ensino. In: **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. e (Org). Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 71- 91.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT001 – Qual a importância da oralidade e escrita nas línguas indígenas?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Qual a importância da língua para os povos indígenas? Qual a origem das Línguas? Como os antepassados faziam para transmitir os conhecimentos? Qual o papel da oralidade no mundo da escrita? Como a escrita chega para os povos Indígenas? Existe diferença entre o modo de falar e escrever nas línguas indígenas?

Produto: texto escrito em português sobre a problemática.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Terra das Línguas**. 1ª ed.: Manaus, 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia Museu Paraense Emilio Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Série Antropológica. 1º Edição, V. 17. Belém – Pará, 2001.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Línguas Indígenas Precisam de Escritores?

Como Formá-los? Cefiel/IEL/Unicamp. 2005

RAMIREZ, Henri. “A fala Tukano dos YE´PÂ-MASA”. Tomo I: **Gramática**. Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia – CEDEM, 1997.

Entrevistas com velhos sabedores, lideranças, professores e gestores indígenas.



Trabalho de campo com observação direta e participante.
Oficinas participantes com a comunidade.

LIT002 – Quais os usos ortográficos da língua Tukano?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as propostas ortográficas da língua Tukano? Quais as letras polêmicas? Como foi a unificação das grafias nas escolas Tuyuka, Kotiria, Yupuri e Ye'pa Mahsã? Quais as dificuldades de unificação da grafia? Quais os materiais publicados por cada variante da língua Tukano?

Produto: Definição da grafia Tukano para o curso.

Referências:

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia Museu Paraense Emílio Goeldi. “**Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**”. Série Antropológica. 1º Edição, V. 17. Belém – Pará, 2001.

EMIRI, Loretta, MONSERRAT, Ruth M^a F (Orgs.). A conquista da escrita: encontros de educação indígena. São Paulo/Cuiabá. **Illuminuras/Operação Anchieta**, 1989. 258p.

GREGOLIN MR. R. **Identidade: objeto ainda não identificado? Estudos da linguagem**. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

RAMIREZ, Henri. “A fala Tukano dos YE'PÂ-MASA”. Tomo I: **Gramática**. Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia – CEDEM, 1997.

Entrevistas com velhos sabedores, lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT010 – Quais as metodologias de aprendizagem do português como segunda língua?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Quais as práticas de uso da linguagem? Qual a diferença entre língua e a linguagem? Quais as concepções de ensino-aprendizagem de línguas? Como usá-las nas situações didáticas?



Produto: produção de textos em língua portuguesa versando o contexto da educação escolar indígena no rio negro.

Referências:

BRANDEN, Kris Van den. **Task-based Language Education**. From Theory to Practice. Cambridge University Press. 2006.

CESTEROS, Susana Pastor. **Aprendizaje de Segundas Lenguas. Lingüística Aplicada a la enseñanza de idiomas**. Plublicaciones de la Universidad de Alicante. 2004.

DA SILVA GOMES C. Helena Maria e DOSCABERRO, Aline Signoret. **Temas Sobre la Adquisição de una Segunda Lengua**. Centro de Enseñansa de Lenguas Extranjeras. Universidad Nacional Autônoma de México, 1996.

KRASHEN S. 1982. **Principles and practices in Second Language Acquisition**. Oxford: Pergamon.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

2º Período

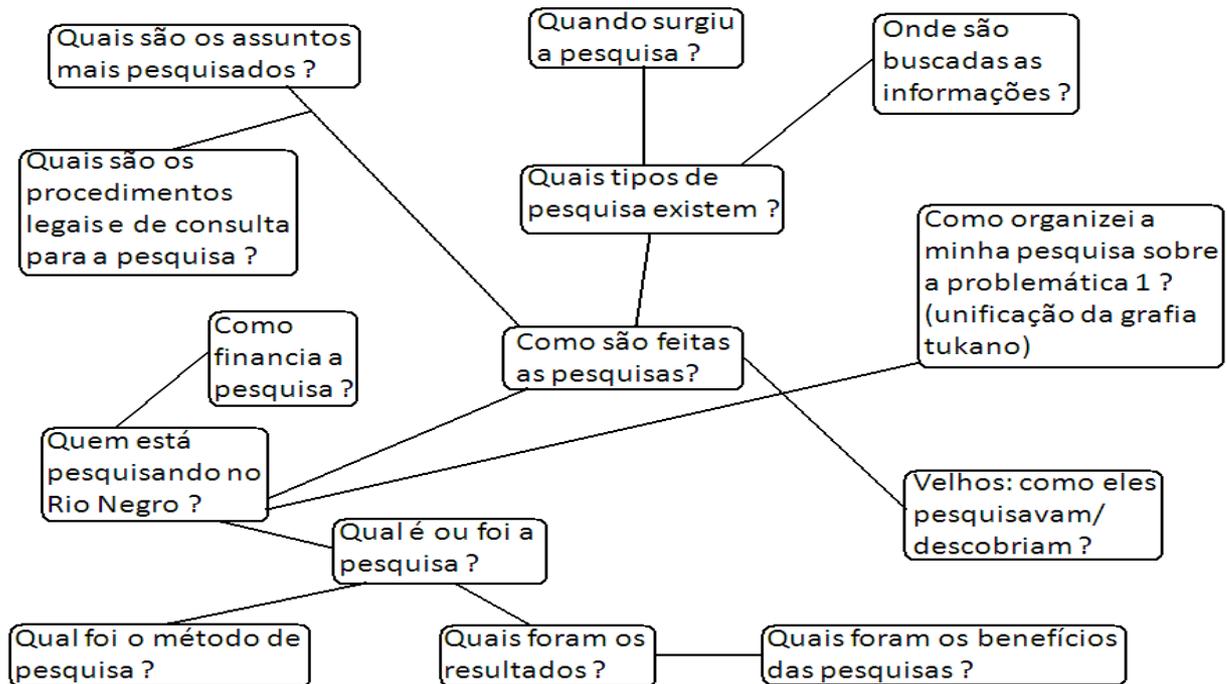
LIT013 Pesquisa II – Como são feitas as pesquisas?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Conhecer os diferentes tipos de metodologias de pesquisas e de projetos existentes na Terra Indígena Alto Rio Negro.

Produto: Elaborar uma proposta de projeto para o TCC.

Conteúdo:



Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas e pesquisadores indígenas e não-indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT003 – Quais os projetos e metodologias de pesquisa no Alto Rio Negro?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Qual a importância da pesquisa? Pesquisa para que e para quem? Quais



os tipos de pesquisa existem? Como a comunidade pode se apropriar das pesquisas? A pesquisa pode intervir na comunidade? Quais os riscos empíricos da pesquisa e da intervenção?

Produto: proposta de TCC

Referências:

DEMO, Pedro. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

BELLUZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em informação: um exercício de criatividade. IN: PASSOS, Rosemary; SANTOS, Gildenir Carolino. **Competência em informação na sociedade da aprendizagem**. 2ª ed. Rev. Bauru: Kayrós, 2005.

OLIVEIRA, GILVAN. **A pesquisa como instrumento de ensino**. Florianópolis, IPOL, 2005.

_____. **A pesquisa como princípio educativo**. www.ipol.org.br

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas, e pesquisadores indígenas e não- indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT005 – A pesquisa pode ser uma metodologia de ensino?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é pesquisa? Por que surgiu? Qualquer pessoa pode fazer pesquisa? EVP é o mesmo que Ensino com Pesquisa? Quais as vantagens da EVP em relação ao ensino convencional? Quais as limitações da EVP? Qual o papel dos projetos nas atividades da escola e da comunidade? Porque utilizar o ensino via pesquisa?

Produto: elaboração de mapa conceitual e plano de trabalho de uma pesquisa.

Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1982.



DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. **A pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 2008.

ELLIOT, Jhon. **La investigación-accion en la Educación**. 4ª ed., Madrid, Morata, 2000.

STENHOUSE, Lawrence. **La investigación como base de la enseñanza**. Madrid, Morata, 1987.

LIT009 – O que é cultura e quais as manifestações culturais no Brasil?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é cultura? O que é cultura tradicional? Qual é a cultura brasileira? As culturas se extinguem? Quais os valores culturais usados no processo de colonização? O que é aculturação? Qual a contribuição indígena para a cultura Brasileira?

Produto: produção de textos que abordam a influência da colonização sobre a cultura brasileira.

Referências:

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC, 1999.

FARIA, Ivani Ferreira. **Território e Territorialidades Indígenas no Alto Rio Negro**. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JUNQUEIRA, Carmem. **Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2002. (Série Trilhas)

Entrevistas com velhos sabedores e lideranças indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

3º Período

LIT015 Pesquisa III - Como têm sido cuidados os valores das culturas do Rio Negro?

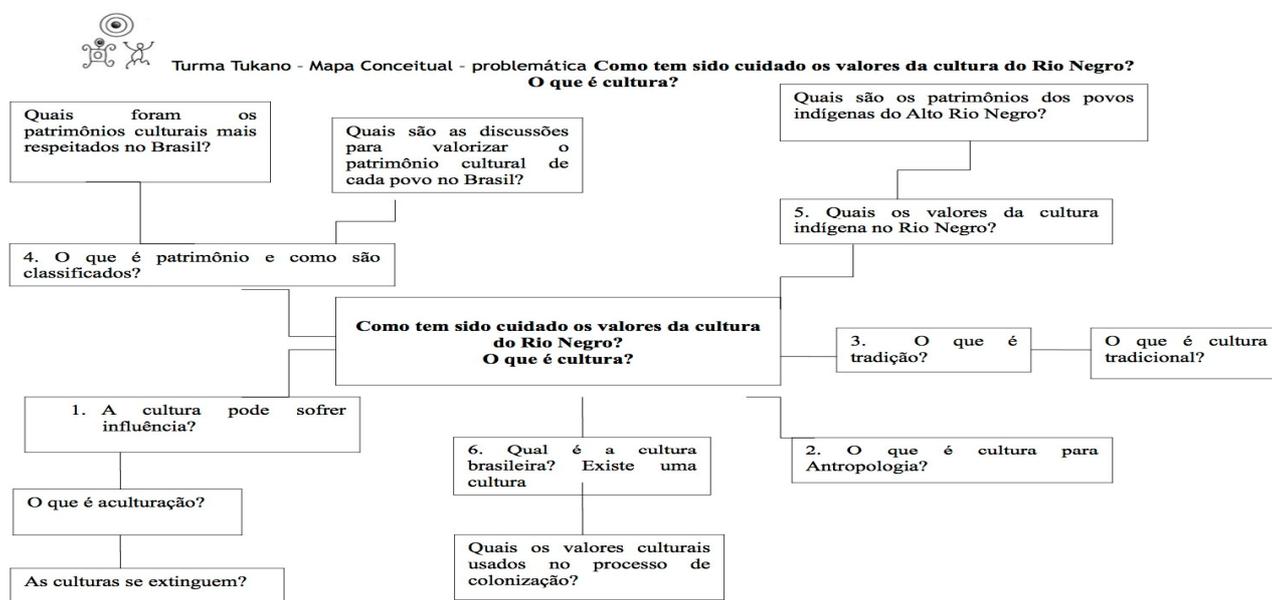
Carga Horária: 150 h

Créditos: 5.0.5

Meta: Criar mecanismos de gestão e conservação do patrimônio indígena

Produto: Mapeamento do patrimônio indígena e elaboração do glossário nas línguas de trabalho e de instrução.

Conteúdo:



Meta: criar mecanismos de gestão e conservação do patrimônio indígena
Produto: levantamento cultural/patrimonial; mapeamento do patrimônio e glossário

Referências:

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC. 1999.

FARIA, Ivani Ferreira. **Território e Territorialidades Indígenas no Alto Rio Negro**. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JUNQUEIRA, Carmem. **Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2002. (Série Trilhas)



SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em via de Extinção (Parte I). In.: **MANA**. 3(1):41-73, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em via de Extinção (Parte II). In.: **MANA**. 3(2):103-150, 1997.

Entrevistas com velhos sabedores, lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT007 – Quais são os patrimônios dos povos indígenas do Alto Rio Negro?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é Patrimônio? Como são classificados? Quais são os valores da cultura Indígena no Alto Rio Negro? Qual a importância do patrimônio para os povos indígenas?

Produto: folheto com textos que versam sobre elementos da cultura indígena dos povos aos quais os alunos pertencem em suas respectivas línguas.

Referências:

ANDRADE, LUCIA. **A marcados tempos: identidade, estrutura e mudança entre os Asurini do Trocará.** In Lux Vidal (org): Grafismo Indígena. EDUSP. São Paulo, 1992.

FREIRE, José R. Bessa. **A Descoberta do Museu pelos Índios. Cadernos de Etnomuseologia Programa de Estudos dos Povos Indígenas.** UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Arte Iconográfica Waiãpi. In Lux Vidal (org): **Grafismo Indígena.** 209-230. EDUSP: São Paulo, 1989.

Entrevistas com velhos sabedores, lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.



LIT012 – Quais os motivos do desaparecimento das línguas de alguns grupos étnicos do Rio Negro?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Quais os métodos usados para definir a política linguística? Quais ações foram implementadas para minimizar a extinção de línguas no Brasil? Que situações passaram a sofrer as línguas minoritárias do Rio Negro durante o processo de tukanização e catequização no Alto Rio Negro? Em relação aos grupos minoritários do Rio Negro? O que foi discutido e está sendo discutido para a revitalização das suas línguas?

Produto: Produção de textos com o resultado da pesquisa.

Referências:

ALTENHOFEN, Cléo V.; OLIVEIRA, G. M.. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade.. In: ALTENHOFEN, Cléo V.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso. (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

CORREA, Djane Antonucci (Org.). **A revelação social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT014 – Quais as formas jurídicas de proteção do patrimônio?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Porque proteger o patrimônio? Quais as políticas nacionais e internacionais de proteção do patrimônio?

Produto: Guia sobre as políticas e legislação sobre patrimônio.



Referências:

BRASIL. Presidência da República. [Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006.](#) Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.

BRASIL. Presidência da república. [Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.](#) Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. ESCRITÓRIO NO BRASIL.

Convenção nº 169, sobre Povos Indígenas e Tribais. Site:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Lei 210, de 31 de outubro de 2006, que dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas.

LIT022 – Quais os instrumentos de gestão e conservação do Patrimônio Indígena?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Como conservar o patrimônio indígena? Quais as propostas dos indígenas e do governo para gestão e conservação do patrimônio indígena?

Produto: cartogramas participantes sobre os patrimônios indígenas do triângulo Tukano.

Referências:

Entrevistas com velhos sabedores e lideranças indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Mapeamento participante.

4º Período

LIT017 Pesquisa IV – Quais as Leis que amparam os direitos indígenas?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

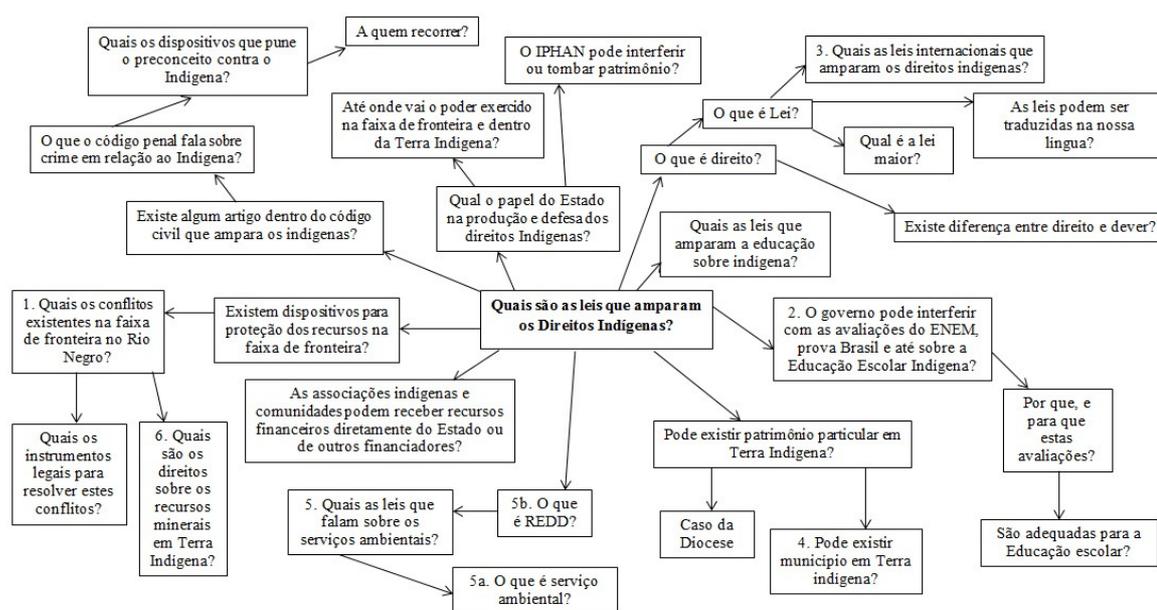
Meta: Fortalecer o movimento indígena a partir do conhecimento das leis que

amparam os direitos indígenas.

Produto: Guia da legislação em Tukano. Sinopse de cada lei

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Quais são as leis que amparam os Direitos Indígenas?



Referências:

AMAZONAS. Lei Compl. Conteúdo Nº 53 de 05 de junho de 2007. Regulamenta o inciso V do artigo 230 e o § 1º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação-SEUC, dispendo de infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**. Manaus, 05 de junho de 2007.

BRASIL. Lei Federal Nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 02 de setembro de 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 de Julho de 2000.

FEARNSIDE, Philip M. Serviços Ambientais como base para o uso sustentável de florestas tropicais na Amazônia Brasileira. In: S. Buenafuente, Sandra Maria Franco



(Org.) **Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade sócio-ambiental**. Boa Vista, RR: UFRR, 2007.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre. Um enfoque geográfico, geopolítico e jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2281, 29 set. 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/13580>.

LITTLE, Paul. Etnoecologia e direitos dos povos indígenas: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antônio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.39-47.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. 1ª Edição (1998), 7ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT016 – Qual o papel do Estado na produção e defesa dos direitos Indígenas?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é lei? Qual a diferença entre direito e dever? Quais são os direitos indígenas garantidos pelo Estado brasileiro? Quais as leis que garantem estes direitos?

Produto: Tradução da lei 210/2006 de co-oficialização e da convenção 169 da OIT nas línguas maternas.

Referências:

BRASIL. Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, que define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e estabelece as normas para o seu funcionamento. Site:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3945.htm.



BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

BRASIL. Decreto Nº 6.861, 27 de maio 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm.

BRASIL. Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e institui o Serviço Florestal Brasileiro (SBF). Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que dispõe sobre o Código Florestal. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acessado em: fev./2012.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre Crimes Ambientais. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acessado em: fev./2012.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acessado em: fev./2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta a Convenção da Diversidade Biológica e dispõe sobre acesso ao patrimônio genético e proteção do conhecimento tradicional associado e sobre a repartição



equitativa de benefícios. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm.
Acessado em: fev./2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 2.656/2007, que dispõe sobre as responsabilidades na prestação de assistência à saúde dos povos indígenas. Site: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria2656_17_10_07.pdf. Acessado em: fev./2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Resolução CEB nº 3, de 14 de dezembro de 1999. Site:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acessado em: fev./2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. ESCRITÓRIO NO BRASIL.

Convenção nº 169, sobre Povos Indígenas e Tribais. Site:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf. Acessado em: fev./2012.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Lei 145, de 11 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Site: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20021211.htm>. Acessado em: fev./2012.

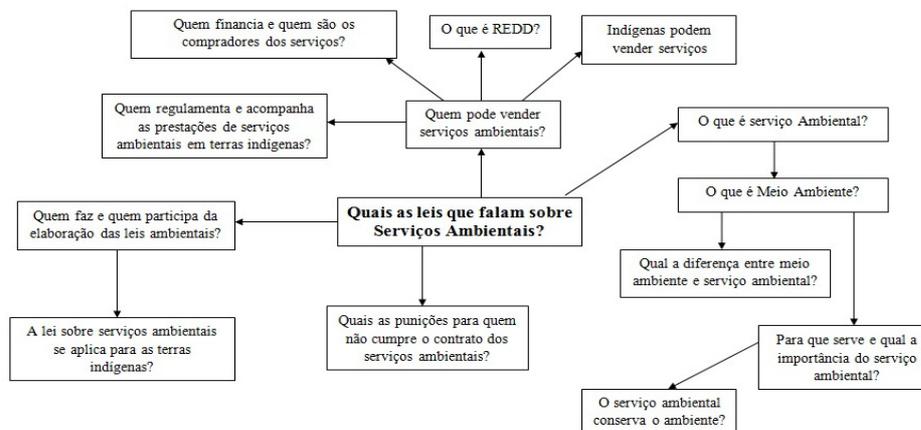
LIT018 – Quais as leis que tratam dos serviços ambientais?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Produto: Produção textual em português.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Quais as leis que falam sobre os Serviços Ambientais?



Referências:

BECKER, Bertha K. Serviços ambientais e possibilidades de inserção da Amazônia no século XXI. **T&C Amazônia**, ano VI, n. 14, junho de 2008.

ELLES, Raul Silva do Valle. **Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas – experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico**. ISA: São Paulo, 2010.

YU, Chang Man. **Sequestro Florestal de Carbono no Brasil**. São Paulo: Annablume/IEB, 2009.

Entrevistas com lideranças indígenas.

LIT019 – Quais os conflitos existentes na faixa de fronteira na região do Alto Rio Negro?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Existem dispositivos para proteção dos recursos naturais na faixa de fronteira? Até onde vai o poder do exército na faixa de fronteira? Qual a natureza dos conflitos existentes na fronteira do Alto Rio Negro? Quais os instrumentos legais para resolver estes conflitos? Pode existir município em Terra Indígena?

Produto: apresentação em grupo e debate sobre os conflitos existentes ao longo da fronteira na região do alto rio negro.



Referências:

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre. Um enfoque geográfico, geopolítico e jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2281, 29 set. 2009. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/13580>>.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A Fronteira Política: alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. IN: **Revista ACTA Geográfica**. Ano II, Nº 4, jul./dez. de 2008. P.07-15. Disponível em

<<http://ufrr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/191/370>>.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

5º Período

LIT020 Pesquisa V – Quais os mecanismos políticos foram usados para firmar a EEI?

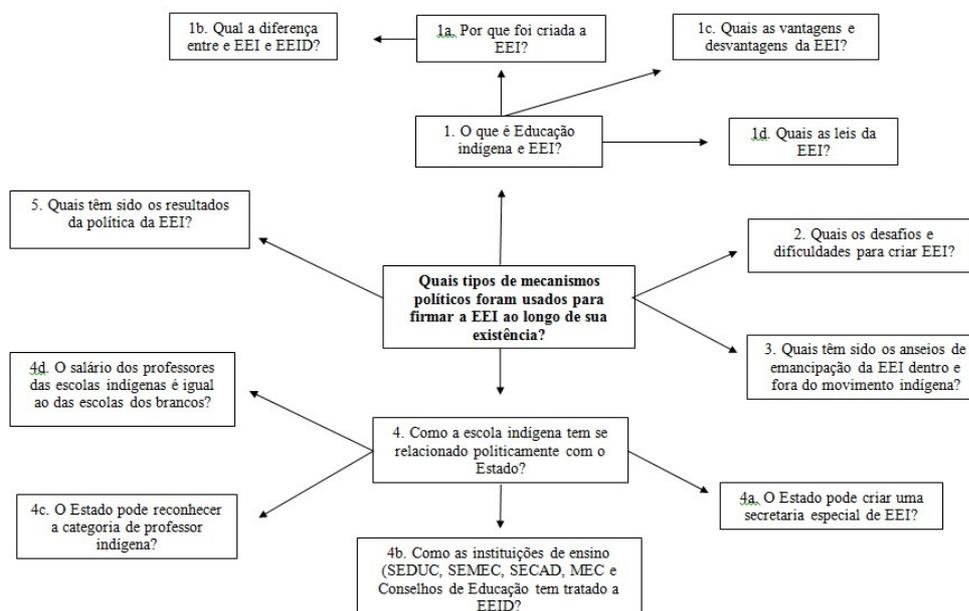
Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Consolidar a EEI nas escolas e comunidades.

Produto: Documentário sobre EEI.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Que tipo de Mecanismos Políticos foi usado para firmar a Educação Escolar Indígena ao longo de sua existência?
 16 de julho de 2011.



Referências:

BELFORT, Andila Inácio. “A formação dos primeiros professores indígena no sul do Brasil”. In.: **Cadernos de educação escolar indígena – 3º grau indígena**. Barra dos Bugres: UNEMAT, v.4, n.1, 2005.

Os povos indígenas e as universidades: o difícil caminho da descolonização. <http://www.cimi.org.br/imagens/spacer.gif>. -

FARIA, Ivani Ferreira de (org). **Anais do Workshop Nas Trilhas e redes do Saber: universidade e ensino superior indígena**. Manaus: EDUA, 2009.

REBOLLEDO, Nicanor. **Cultura, Escolarización y etnografía: los Palikur en el Amazonas brasileño del Bajo Uaçá**. Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 1. ed., 2009.

REZENDE, Justino Sarmiento. **Escola indígena municipal Utãpinopona – Tuyuka e a construção da identidade Tuyuka**. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2010.

_____. **A educação na visão de um Tuyuka**. Campo Grande, 2005. 371p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el Saber, Reinventar el Poder**. Ediciones Trilce-Extensión universitaria. Universidad de La Republica, 2010.

VEIGA, Juracilda e D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Orgs.). **Escola indígena, identidade étnica e autonomia**. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB; Instituto de Estudos da Linguagem. 2003.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT006 – Quais têm sido os anseios de emancipação da Educação Escolar Indígena dentro e fora do movimento Indígena?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Qual a diferença entre Educação Indígena e Educação Escolar Indígena? Quais as propostas de Escola Indígena? Porque foi criada a EEI? Quais as vantagens e desvantagens da EEI? Como a Escola Indígena tem se relacionado politicamente com o Estado?

Produto: Vídeo com entrevistas de lideranças.

Referências:

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU e PASSERON, Pierre e Jean Claude. “Fundamentos de uma teoria da violência simbólica”. In. **A reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3º Edição.

CAZAR e PERALTA, Fernando Guerrero e Pablo Ospina. “**El poder de la comunidad – Ajuste estructural y movimiento indígena em los Andes ecuatorianos**”. 1º Edição. Buenos Aires: Clacso, 2003: 167-214.

FLOR, Francisco Hidalgo. “Los movimientos indígenas y la lucha por la hegemonia el caso de Ecuador”. In. **Pueblos Indígenas, Estado e Democracia**. Compilador Páblo Dávalos. Buenos Aires: CLACSO, 2005: 341-347.

Os povos indígenas e as universidades: o difícil caminho da descolonização.



<http://www.cimi.org.br/imagens/spacer.gif>. -

LABIAK, Araci Maria. **Bases legais de uma educação escolar indígena diferenciada – no Brasil**. Curitiba, Set/2008. Digitalizado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. “Fundamentos Gerais da Educação Escolar Indígena”. In.: **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

VEIGA, Juracilda e D’ANGELIS, Wilmar da Rocha (Orgs.). **Escola indígena, identidade étnica e autonomia**. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2003.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT011 – Como a Educação Indígena pode contribuir no processo de afirmação da EEI?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Como os conhecimentos eram transmitidos pelos antepassados? Como surgiu a escola para os povos indígenas? Qual a importância dos saberes ancestrais no processo educacional? Como inserir estes conhecimentos na EEI?

Produto: dramatização de como os antepassados transmitiam os conhecimentos e como acontece atualmente nas escolas.

Referências:

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In. **Escritos de Educação**. 5ª edição. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Editora Vozes, 2003:39-79.

MACAS, Luíz. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. In. **Pueblos Indígenas, Estado e Democracia**. Compilador Pablo Dávalos. Buenos Aires: CLACSO, 2005: 35-66.



REBOLLEDO, Nicanor. **Cultura, Escolarización y etnografía: los Palikur en el Amazonas brasileño del Bajo Uaçá**. Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 1. ed., 2009.

REZENDE, Justino Sarmiento. **Escola indígena municipal Utãpinopona – Tuyuka e a construção da identidade Tuyuka**. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2010.

_____. **A educação na visão de um Tuyuka**. Campo Grande, 2005. 371p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT021 – O que é escola democrática?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é democracia? Como e porque surgiram as Escolas democráticas? Quais as leis que amparam as escolas democráticas?

Produto: Debate sobre a democracia nas Escolas Indígenas.

Referências:

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. “**John Dewey: Uma lógica da Democracia**”. DEWEY, John. **Democracia y Educación**. Madrid, Morata, 2004.

ELLIOT, Jhon. **La investigación-acción en la Educación**. 4ª ed., Madrid, Morata, 2000.

GENTILI, Pablo. “Educar contra la humillación” In. **Cuadernos de Pedagogia**. Grupo Praxis Editorial, Barcelona. Marzo 2007.

_____. “La exclusión y la escuela: el apartheid educativo como política de ocultamiento” In. **Códigos para la ciudadanía. La formación ética como práctica de la libertad**. Buenos Aires, Santillana, 2000.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

LIT023 - Prática Profissional I

Carga Horária: 120 h **Créditos:** 4.0.4

Conteúdo: Reflexão das experiências nas escolas indígenas e não indígenas no ensino fundamental e médio, visando um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos.

6º Período

LIT 027 Pesquisa VI – Quais foram os processos usados para a construção dos PPP nas Escolas Democráticas?

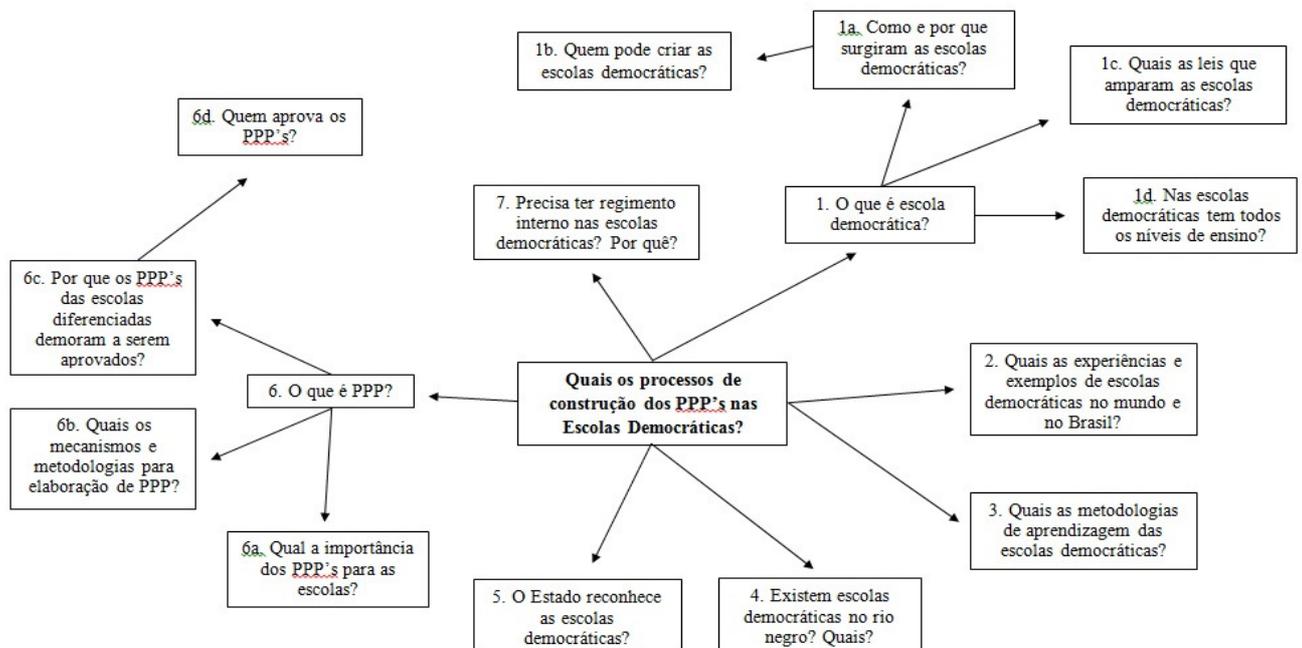
Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Propor metodologias participantes para a elaboração de PPPI's nas escolas indígenas do Rio Negro.

Produto: Proposta de metodologia para elaboração de PPPI's

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Quais os Processos de Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos nas Escolas Democráticas?
16 de julho de 2011.





Referências:

APPLE, Michael W., e Beane, James. **Escuelas Democráticas**. Madrid, Morata, 1997.

DEWEY, John. **Democracia y Educación**. Madrid, Morata, 2004.

ELLIOT, Jhon. **La investigación-acción en la Educación**. 4ª ed., Madrid, Morata, 2000.

STENHOUSE, Lawrence. **La investigación como base de la enseñanza**. Madrid, Morata, 1987.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 11-3.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT024 - Prática Profissional II

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Conteúdo:

Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas de base e/ou escolas indígenas e/ou instituições públicas de educação, cultura e ambiente.

LIT025 – O que é Território?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Como nasce um território? Existe diferença entre território e territorialidade? O que é etnoterritório? Quais as diferenças entre território federal e território indígena? Quais as concepções de território do Estado, dos cientistas e dos indígenas?

Produto: mesa redonda com debate sobre as concepções de território.

Referências:

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidade Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus. Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.



HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em via de Extinção (Parte I). In.: **MANA**. 3(1):41-73, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em via de Extinção (Parte II). In.: **MANA**. 3(2):103-150, 1997.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas, cientistas e representantes governamentais.

Oficinas participativas com a comunidade.

LIT026 - Quais as Experiências e exemplos de Escolas Democráticas no mundo e no Brasil?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Porque surgiram? Quais as dificuldades e desafios encontrados do ponto de vista metodológico e ideológico? Quais foram as reações do Estado e das comunidades? Existem escolas democráticas na região do alto rio negro? Quais as metodologias de aprendizagem das escolas democráticas?

Produto: dramatização com exemplos abordados.

Referências:

APPLE, Michael W., e Beane, James. **Escuelas Democráticas**. Madrid, Morata, 1997. SANTOS e ALMEIDA FILHO, Boaventura de Sousa e Naomar. **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra, outubro de 2008.

<http://escolapoliteia.com.br>

<http://www.escoladaponte.com.pt>

<http://www.amorimlima.org.br>

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

LIT030: Quais as metodologias de elaboração de PPP nas escolas democráticas?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as escolas indígenas do Rio Negro possuem PPPI? Como foi o processo de construção? Quais as metodologias de ensino dessas escolas? Porque os PPP's das escolas indígenas diferenciadas demoram para serem aprovados?

Produto: documentário em vídeo sobre as experiências de construção dos PPPI's e realização de oficinas para elaboração de PPPI nas comunidades.

Referências:

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Oficinas participantes com a comunidade.

7º Período

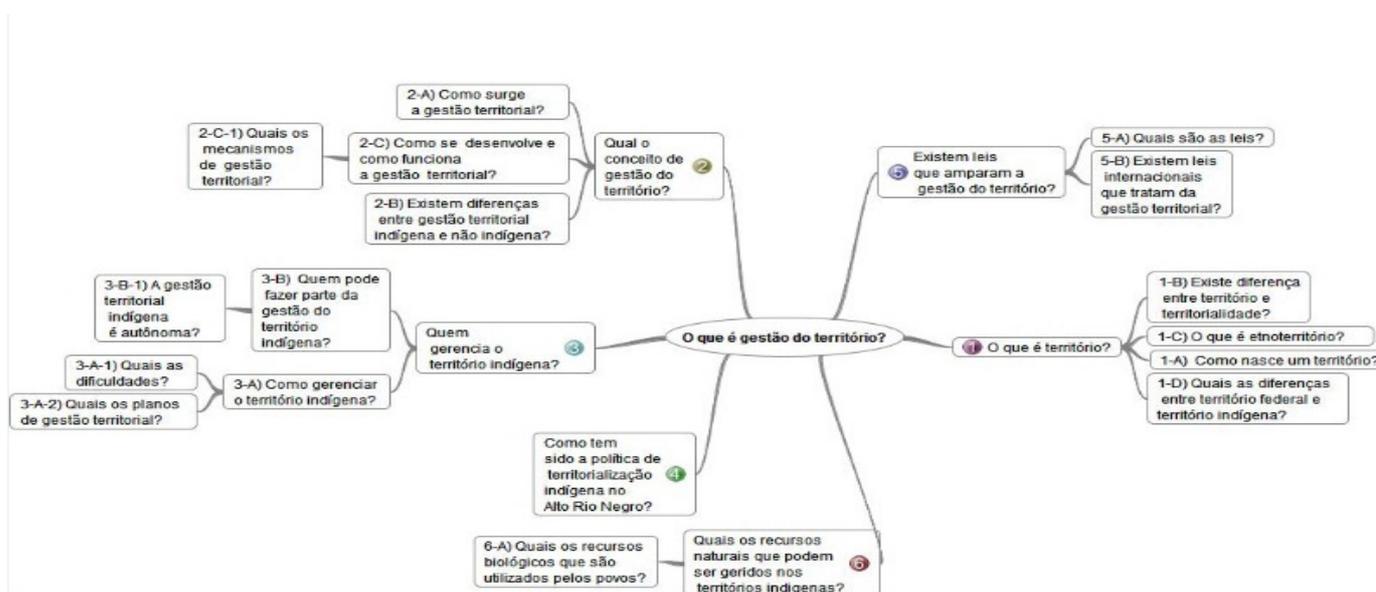
LIT 028 - Pesquisa VII – O que é gestão territorial?

Carga Horaria: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: propor formas de uso do território visando à sustentabilidade.

Produto: mapeamento das formas de uso e ocupação do território do triângulo Tukano.

Conteúdo:





Referências:

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a Globalização. In: **A Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Acesso: www.planalto.gov.br

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidade Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus. Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

HAESBAERT, Rogério da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Leff, Enrique Leff. **Ecologia, Capital e Cultura. A Territorialização da racionalidade ambiental**. São Paulo: Vozes, 2009.

RAMOS, Alcida Rita & ALBERT, Bruce (org.). **Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Edunesp/IRD/Imprensa Oficial. 2002

RIBEIRO, Wagner Costa. **A nova Ordem Internacional**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT008 – Qual a relação entre autonomia e PPP?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é PPP? Qual a importância do PPP para a escola? O que é autonomia para os indígenas e para os não-indígenas? Quem elabora e aprova o PPP? Como as comunidades podem participar dessa discussão? O que significa participação?

Produto: Guia na língua de instrução dos processos de elaboração de PPP.



Referências:

FARIA, Ivani Ferreira. **Ecoturismo Indígena, Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia (2003 a 2007)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. (Tese de Doutorado).

Entrevistas com velhos sabedores, lideranças, professores e gestores indígenas.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT 031 – Quais os instrumentos e projetos de gestão Territorial existentes no Brasil?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Qual o conceito de gestão do território? Como surge a gestão territorial? Existem diferenças entre gestão territorial indígena e não indígena? Como se desenvolve e como funciona a gestão territorial? Quais os mecanismos de gestão territorial?

Produto: Produção textual na língua de instrução.

Referências:

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a Globalização. In: **A Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIT 032 – Como mapear o ordenamento e uso do Território?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é mapa e escala? Como são elaborados? Quais as diferenças entre mapa, imagem e cartogramas participantes? Como e qual a importância de se organizar o território?

Produto: mapeamento participante do território do triângulo Tukano.

Referências:

CORREIA, Cloude. “Mapeamentos participativos e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre”, em AMARAL, José; LEANDRO, Ederson (Orgs).

Amazônia e Cenários Indígenas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.



DIEGUES, A & Moreira, A. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP**, p.125-138. 2001

Oficinas participantes.

LIT033 – Quais as Políticas de Gestão Territorial para Terras Indígenas?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quem gerencia o território indígena? Como gerenciar o território indígena? Quais as dificuldades? Quais os planos de gestão territorial? Quem pode fazer parte da gestão do território indígena? A gestão territorial indígena é autônoma? Como tem sido a política de territorialização indígena no Alto Rio Negro? Existem leis que amparam a gestão do território?

Referências:

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Acesso: www.planalto.gov.br

FARIA, Ivani Ferreira (2010). “Território e Autonomia: Novas tecnologias e metodologias para a gestão de terras indígenas”, em AMARAL, José; LEANDRO, Ederson (Orgs). **Amazônia e Cenários Indígenas.** São Carlos: Pedro e João Editores.

FARIA, Ivani Ferreira de. Geopolítica ambiental: reflexões sobre gestão do território e políticas ambientais do estado do Amazonas. **Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.** Florianópolis - Santa Catarina 4 a 7 de outubro de 2010.

LIT037 Prática Profissional III

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Conteúdo: Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas e comunidades indígenas.

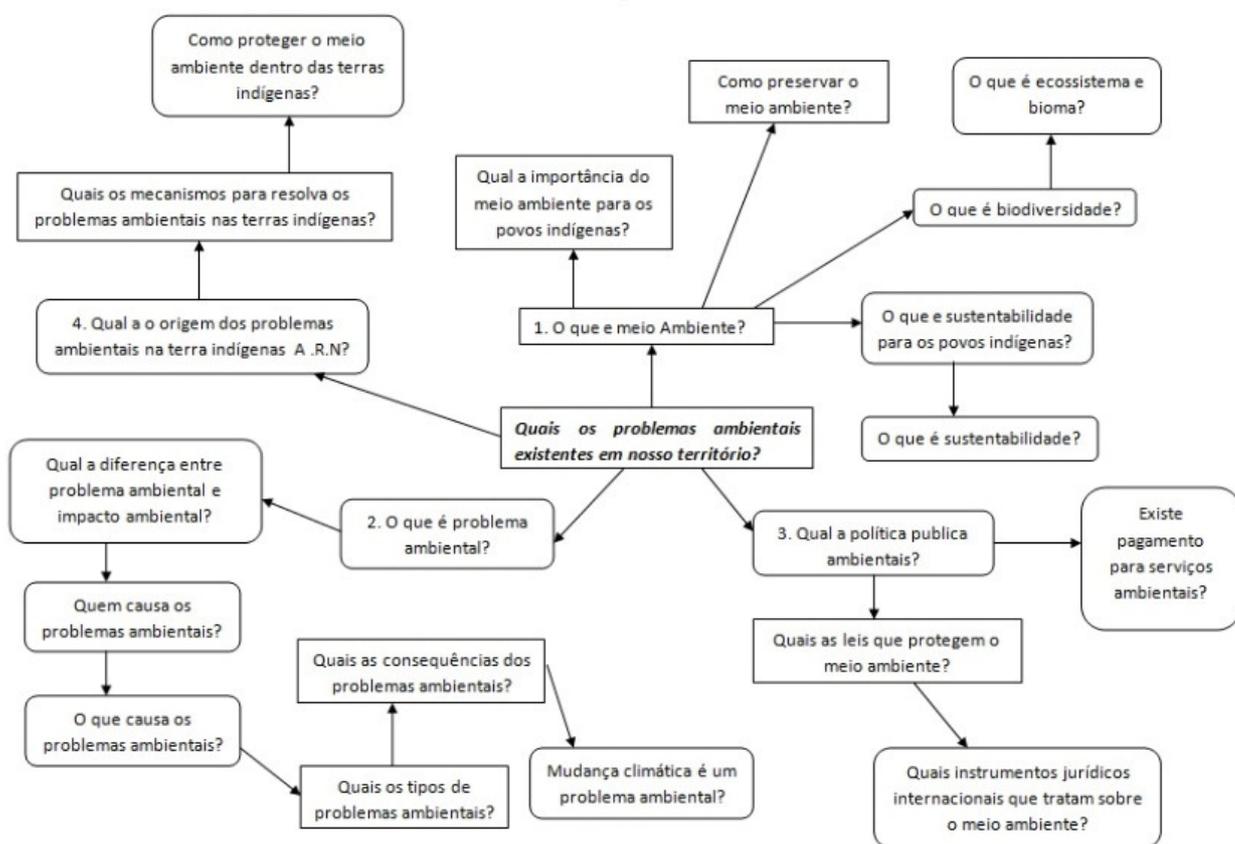
8º Período

LIT 029 Pesquisa VIII – Quais os problemas ambientais existentes em nosso território?

Carga Horária: 150 h Créditos: 5.0.5

Meta: difundir e sensibilizar a escola comunidade indígena e não indígena sobre as questões ambientais; conhecer e por em prática a valorização da importância do meio ambiente; defender com propriedade a relação homem e ambiente.

Produto: produzir materiais literário bilíngüe sobre os problemas ambientais, publicar no informativo **diawi** os problemas ambientais do alto rio negro.



Conteúdo:

Referências:

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.



DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito Moderno da natureza intocada**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico/84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.

VIEIRA, Paulo Freire (org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas, representantes de instituições ambientais governamentais e não-governamentais.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIT 034 – Quais as origens dos problemas ambientais?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é ambiente e impacto ambiental? Como e quando surgiram os problemas ambientais? Qual a relação do capitalismo com o ambiente? Existe diferença entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade? O que é ecossistema e bioma? O que é ecodesenvolvimento, ecocapitalismo e ecosocialismo? Quais os países e povos que mais sofrem com problemas ambientais? Quais os tipos de problemas ambientais?

Referências:

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.



TRANNIN, Maria Cecília. Mídia, você é Verde? In: **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. IRVING, Marta Azevedo org. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção editorial Aquarius, 2006.

LEIS, Héctor. **A Modernidade Insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideu: Coscoroba, 2004.

LIT 035 – O que é problema ambiental para os povos da Terra Indígena Alto Rio Negro?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais os problemas ambientais encontrados na Terra Indígena Alto rio Negro? O que é sustentabilidade para os povos indígenas? Quais os mecanismos para resolver os problemas ambientais em Terra Indígena?

Referências:

Entrevistas com lideranças, professores, alunos do ensino fundamental, médio e superior e velhos sabedores indígenas.

Observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT 036 – Como o povo indígena vem contendo os problemas ambientais em seus territórios?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais são os principais problemas ambientais existentes nas terras indígenas? Como e quando começaram? O que está sendo feito para resolver? Quais os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais para conter os problemas ambientais?

Referências:

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.



Entrevistas com lideranças, professores e velhos sabedores indígenas.

Observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT 038 - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Carga Horária: 90 h Créditos: 3.0.3

Conteúdo: Resultante do projeto de pesquisa e/ou memorial de pesquisa realizado por cada aluno ou em grupo ao longo do curso com a supervisão de um professor/orientador definido por ele. Por se tratar de um curso bilíngue, poderá ser escrito na língua portuguesa e/ou na língua de sua comunidade étnica e apresentando oralmente na língua de trabalho do aluno e em português.

A defesa do trabalho será mediante a apresentação pública a uma banca examinadora composta pelo orientador e mais dois membros convidados que, ao término da exposição e arguição irão avaliar o discente, expressando o resultado na ata de defesa pública. O presidente da banca fará a leitura da ata que, se configura no término dos créditos exigidos a obtenção do grau de licenciado em Educação Indígena.

Projetos Especiais

Carga Horária: 400 h

Conteúdo:

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias a produção do conhecimento e consequentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso.

Permitem articular conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso, de ensino/pesquisa e extensão, com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena e sobretudo atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc.,

oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

1.4.7.2 – Currículo Nheegatu

Carga Horária Total: 3550 h

Distribuição por Componente Curricular:

Pesquisas – 1.200 h

Práticas Investigativas – 1440 h

Prática Profissional – 420 h

Projetos Especiais – 400 h

TCC – 90 h

1º Período

LIN004- Pesquisa I – Como estão funcionando as escolas indígenas no Alto Rio Negro?

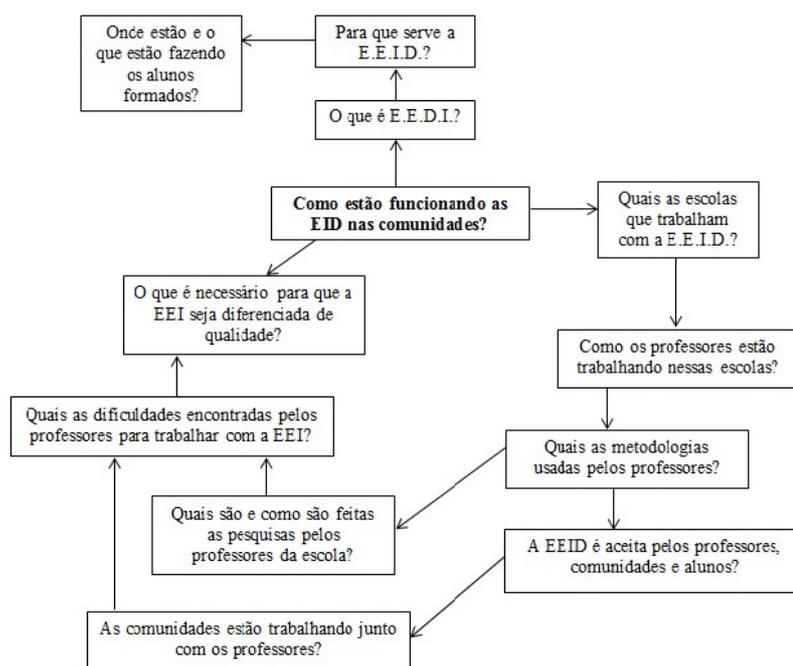
Carga Horária: 150 h

Créditos: 5.0.5

Meta: Fortalecer e valorizar a EEI

Produto: Diagnóstico sobre as EID na região do Rio Negro falantes de Nheegatú.

Conteúdo:





Referências:

- VEIGA, Juracilda e D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Orgs.). **Escola indígena, identidade étnica e autonomia. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB.** Instituto de Estudos da Linguagem. 2003
- LABIAK, Araci Maria. **Bases legais de uma educação escolar indígena diferenciada – no Brasil.** Curitiba, Set/2008. Digitalizado.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. “Fundamentos Gerais da Educação Escolar Indígena”. **In.: Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- REBOLLEDO, Nicanor. **Cultura, Escolarización y etnografía: los Palikur en el Amazonas brasileño del Bajo Uaçá.** Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 1. ed., 2009.

Práticas Investigativas:

LIN001 – Como a EEI tem se relacionado com a comunidade?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Qual a diferença de Educação, educação indígena e educação escolar Indígena? Quais os diferentes modelos de Escola Indígena.

Como a escola vem se relacionando com a comunidade? Há integração da Escola e a comunidade? Como a escola está valorizando os sábios da comunidade?

Referências:

- VEIGA, Juracilda e D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Orgs.). **Escola indígena, identidade étnica e autonomia. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB.** Instituto de Estudos da Linguagem. 2003
- LABIAK, Araci Maria. **Bases legais de uma educação escolar indígena diferenciada – no Brasil.** Curitiba, Set/2008. Digitalizado.

LIN003 – Qual o papel da língua portuguesa nas escolas indígenas do Rio Negro?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Quais as práticas de uso da linguagem? Qual a diferença entre língua e



a linguagem? Quais as concepções de ensino-aprendizagem de línguas? Como usá-las nas situações didáticas?

Produto: produção textual em português em diversos gêneros.

Referências:

CESTEROS, Susana Pastor. **Aprendizaje de Segundas Lenguas. lingüística Aplicada a la enseñanza de idiomas.** Plublicaciones de la Universidad de Alicante. 2004.

DA SILVA GOMES C. Helena Maria e DOSCABERRO, Aline Signoret. **Temas Sobre la Adquisição de uma Segunda Lengua.** Centro de Enseñansa de Lenguas Extranjeras. Universidad Nacional Autônoma de México, 1996.

KRASHEN S. 1982. **Principles and practices in Second Language Acquisition.** Oxford: Pergamon.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

LIN007 – Quais as dificuldades na implantação da EEID no Rio Negro?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Porque as escolas do Rio Negro não trabalham com a E.E.I.? Quais as dificuldades encontradas pelos professores? As comunidades aceitam a EEI? Porque os jovens tem resistência a EEI? Como podemos trabalhar com a educação diferenciada indígena nas comunidades?

Produto: Dramatização

Referências:

Entrevistas com professores, alunos, pais e lideranças indígenas.

Observação e oficinas participantes nas escolas e comunidades.

LIN008 – Qual a influência da política linguística na EEI?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é política Linguística? Qual a origem das línguas? Porque unificar as grafias? Como a colonização influência a língua e educação e um povo? O que é diglossia?



Referências:

- CORREA, Djane Antonucci (Org.). **A revelação social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. 1ªed.São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas Indígenas Precisam de Escritores? Como Formá-los?** Cefiel/IEL/Unicamp. 2005.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.
- Trabalho de campo com observação direta e participante.

LIN010 – Como foram construídas as políticas de EEI no Brasil?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Qual a importância da EEI para os povos indígenas? Como surgiu a EEI no Brasil? Quais as leis que garantem a EEI? Como a EEI tem sido tratada pelas secretarias de Educação municipal de SGC e do Amazonas?

Referências:

- LABIAK, Araci Maria. **Bases legais de uma educação escolar indígena diferenciada – no Brasil**. Curitiba, Set/2008. Digitalizado.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. “**Fundamentos Gerais da Educação Escolar Indígena**”. In.: Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- VEIGA, Juracilda e D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Orgs.). **Escola indígena, identidade étnica e autonomia**. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB. **Instituto de Estudos da Linguagem**. Campinas, 2003.
- Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.
- Oficinas participantes com a comunidade.

LIN012 – Qual a contribuição do movimento indígena para a autonomia do EEI?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Quais as origens das discussões sobre a EEI pelo movimento indígena no Brasil? Estas discussões tiveram influência de movimentos externos? Quais as associações indígenas que contribuíram para a criação da EEI? Quais as



associações indígenas educacionais ou de profissionais indígenas de educação vem contribuindo para esta discussão no país e no estado do Amazonas?

Referências:

CAZAR e PERALTA, Fernando Guerrero e Pablo Ospina. “**El poder de la comunidad – Ajuste estructural y movimiento indígena em los Andes ecuatorianos**”. 1ª Edição. Buenos Aires: Glacso, 2003: 167-214.

FLOR, Francisco Hidalgo. “**Los movimientos indígenas y la lucha por la hegemonia el caso de Ecuador**”. In. Pueblos Indígenas, Estado e Democracia. Compilador Páblo Dávalos. Buenos Aires: CLACSO, 2005: 341-347.

Os povos indígenas e as universidades: o difícil caminho da descolonização.
<http://www.cimi.org.br/imagens/spacer.gif>.

2º Período

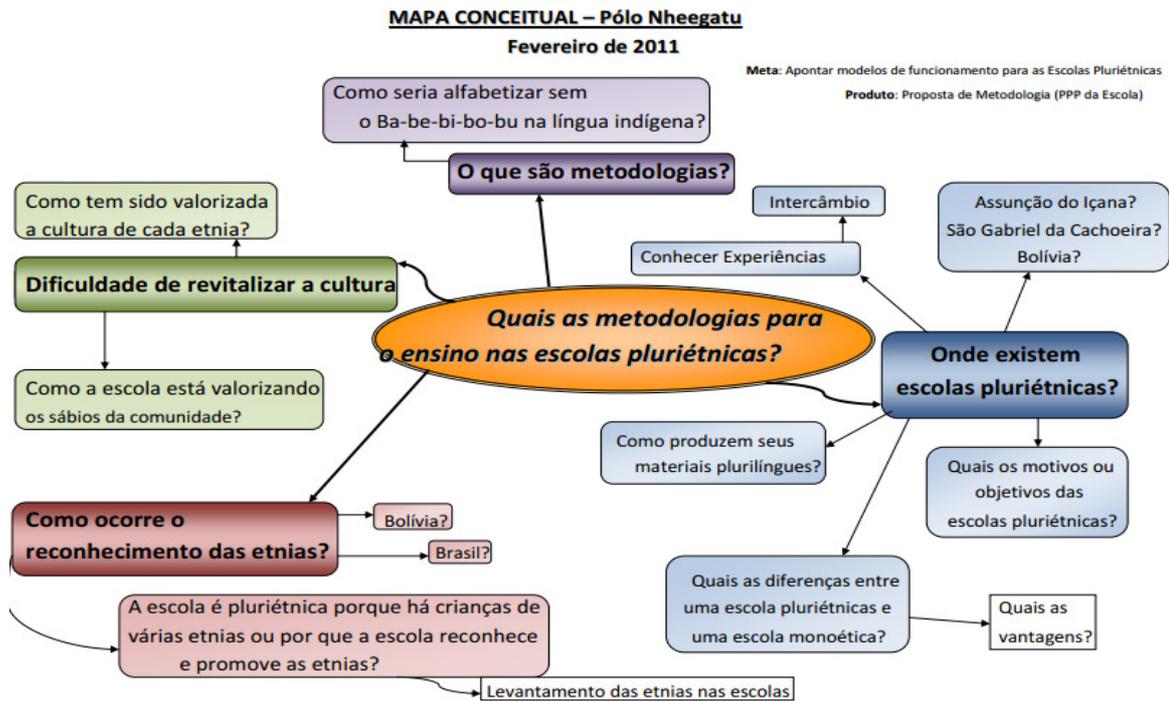
LIN013 - Pesquisa II – Quais as metodologias de ensino nas escolas pluriétnicas?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Apontar modelos de funcionamento para as escolas pluriétnicas

Produto: Proposta de metodologia (PPP da escola)

Conteúdo:



Referências:

ALTENHOFEN, Cléo V.; OLIVEIRA, G. M. . **O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade.** In: ALTENHOFEN, Cléo V.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso.. (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

SILVA, Maria do Socorro Pimental da. **Situação de ensino de línguas indígenas no contexto escolar.** IN: ENCONTRO DO CELSUL, 5. Anais. Curitiba – PR, 2003, p. 958-961.

QUEIXALÓS, Francisco; RENAULT-LESCURE, Odile (Org.) **As línguas amazônicas hoje.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 15-28.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola - Caderno SECAD 3.** Brasília: MEC, 2007, 133p.

Entrevistas com professores das escolas indígenas da calha do rio Negro.

Observação direta e participante.

Práticas Investigativas:

LIN002 – Quais os aspectos sociolinguísticos da língua Nheegatu?



Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais os usos da língua Nheegatú? Quais lugares do Brasil é falada? Quem são os falantes? Existem diferenças regionais na escrita e na fala Nheegatú? Como foi o processo de oficialização da língua no Rio Negro?

Produto: Seminário sobre as diferentes falas do Nheegatú.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (org.). **Terras das Línguas: Lei Municipal de Oficialização de Línguas Indígenas.** Manaus: FAPEAM, 2007.

ESTRADELLI, Ermano. **Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de gramática nheengatu-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatu porandua.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, ano 104, n. 158, p. 9-768, 1929.

_____. Rio Babel, **A história das línguas na Amazônia.** Rio de Janeiro: Eduerj/Atlântica, 2004.

FREIRE, José R.; ROSA, Carlota (Org.). **Língua geral e política de línguas.** 1º Colóquio sobre Língua Geral. Rio de Janeiro: Eduerj. 2003.

LIN006 – Quais as metodologias de ensino de línguas nas escolas indígenas?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é metodologia? Como os professores vêm ensinando línguas na escola? Quais os instrumentos utilizados? Por onde começar pela escrita ou pela oralidade? Como tem sido o processo de alfabetização e em quais línguas?

Produto: Exposição das diversas metodologias de ensino de línguas.

Referências:

ALTENHOFEN, Cléo V.; OLIVEIRA, G. M. . **O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade.** In: ALTENHOFEN, Cléo V.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso.. (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.



SILVA, Maria do Socorro Pimental da. **Situação de ensino de línguas indígenas no contexto escolar**. IN: ENCONTRO DO CELSUL, 5., Anais. Curitiba – PR, 2003, p. 958-961.

QUEIXALÓS, Francisco; RENAULT-LESCURE, Odile (Org.) **As línguas amazônicas hoje**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 15-28.

Yasu Yampinima Yanenhenga: método experimental de Alfabetização para falantes de Nheengatú. Manaus: Inspeção Salesiana, 1995.

Entrevistas com professores das escolas indígenas da calha do rio Negro.

Observação direta e participante.

LIN011 – Porque as comunidades estão deixando de usar a língua materna?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais os lugares de uso das línguas maternas? Qual a faixa etária dos falantes? Em quais ocasiões é falada? Os pais conversam com os filhos na língua materna? Os jovens gostam de falar na língua materna? Quais as vantagens e desvantagens do uso da língua escrita e falada?

Referências:

Entrevistas com pais, lideranças e jovens indígenas.

Observação direta e participante nas comunidades.

LIN015 – Qual a origem da língua Nheegatu?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 4.4.0

Conteúdo: Quais os documentos históricos que permitem reconstruir a gênese do Nheengatu? Quais as dificuldades para classificá-los e interpretá-los?

Produto: produção textual em Yegatu.

Referências:

FREIRE, José R. Bessa. **Da fala boa ao português na Amazônia brasileira**.

Ameríndia: Revue d'Ethnolinguistique amérindienne publié par le Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, avec le concours du CNRS, v. 8, p. 39-83,



1983. Republicada em Amazônia em Cadernos, Universidade Federal do Amazonas, v. 6, p. 1-65, 2000.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília, 2006. (digitalizado).

Disponível em <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/>

LIN016 – Como produzir materiais plurilíngues nas escolas pluriétnicas?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as diferenças entre uma escola pluriétnica e monoétnica? Quais as vantagens? Como a cultura de cada etnia pode ser valorizada nas escolas pluriétnicas? Onde existem escolas pluriétnicas? Quais os tipos de materiais produzidos?

Produto: folheto e boletim informativo em Nheegatú.

Referências:

QUARESMA, Francinete de Jesus Pantoja, FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. Políticas Nacionais para o Ensino das Línguas Indígenas: inclusão e identidade. **Revista Eletrônica RECORTE.** UNINCOR, Ano 8 – N° 2.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola** - Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007, 133p.

Atividades práticas nas escolas.

3º Período

LIN014 - Pesquisa III – Como construir PPP na escola diferenciada indígena?

Carga Horária: 150 **Créditos:** 5.0.5 **Código:**

Meta: propor metodologias para construção de PPPI

Produto: proposta orientação para elaboração de PPPI para as escolas em Yegatu

Conteúdo:



Meta: Parecer da prof Ivani Faria (coordenadora da Licenciatura Indígena SGC)

Práticas Investigativas:

LIN005 – A pesquisa pode ser usada como metodologia de ensino?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é pesquisa? Por que surgiu? Qualquer pessoa pode fazer pesquisa? EVP é o mesmo que Ensino com Pesquisa? Quais as vantagens da EVP em relação ao ensino convencional? Quais as limitações da EVP? Qual o papel dos projetos nas atividades da escola e da comunidade? Porque Utilizar o ensino via pesquisa?

Produto: elaboração de mapa conceitual e plano de trabalho de uma pesquisa.

Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.



_____. **A pesquisa Participante.** São Paulo: Cortez, 2008.

ELLIOT, John. **La investigación-acción en la Educación.** 4ª ed., Madrid, Morata, 2000.

STENHOUSE, Lawrence. **La investigación como base de la enseñanza.** Madrid, Morata, 1987.

LIN009 – Como são construídos os PPP's nas escolas democráticas?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que democracia? Como surgem as escolas democráticas? Porque recebem este nome? Como os PPP foram construídos? Quais as experiências de escolas democráticas no mundo? Quais as metodologias de ensino são usadas nestas escolas? Quais as dificuldades encontradas para sua implantação?

Produto: construção de diretrizes para elaboração de PPPI

Referências:

[Escola Democrática.wmv - YouTube](#)

[Givol - Escola Democrática - YouTube](#)

[Escolas Democráticas - Mundo de Oz](#) www.mundodeoz.wordpress.com

LIN017 – Porque criar escolas indígenas próprias?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Como chegou a escola para os indígenas? Qual a influencia das missões religiosas e a escola na região do rio Negro? Porque a escola é importante hoje para os indígenas? A escola que existe é a que queremos? Qual a relação de escola e cultura? A escola pode fortalecer nossa identidade e nossa cultura?

Produto: debate sobre a educação escolar na região do Rio Negro

Referências:

REZENDE, Justino Sarmiento. **Escola indígena municipal Utãpinopona – Tuyuka e a**

construção da identidade tuyuka. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2010.

_____. **A educação na visão de um Tuyuka.** Campo



Grande, 2005. 371p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.
Entrevistas com pais, professores indígenas e padres.

LIN021 – Qual a importância do PPPI para as escolas indígenas?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as experiências de construção de PPI bem sucedidas no âmbito da educação escolar indígena em São Gabriel da Cachoeira? Como construir PPP para escolas indígenas de forma participante? Quais são as dificuldades encontradas para a elaboração de PPPI na região? Os sistemas públicos de ensino Municipal e Estadual aceitam e reconhecem o PPPI?

Referências:

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública.** Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Ilma Passos, **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva.** Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Entrevistas com professores, gestores indígenas, pedagogos e Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

4º Período

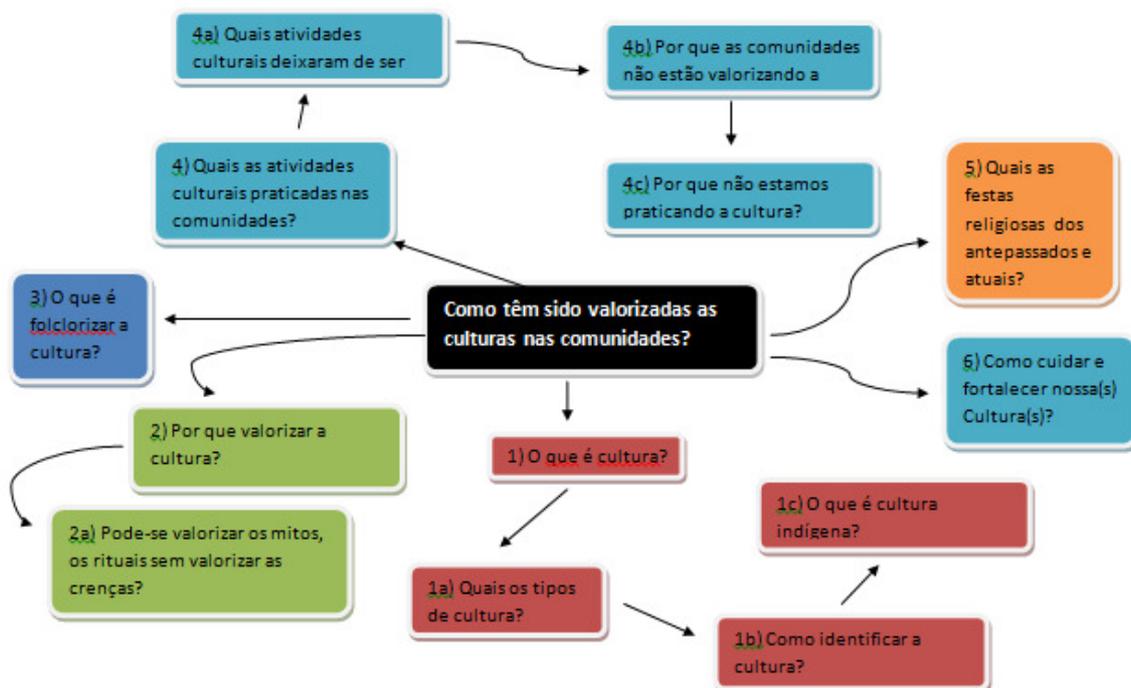
LIN020 - Pesquisa IV – Como estão sendo valorizadas as nossas culturas nas nossas comunidades?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Fortalecer através da prática a identidade cultural dos povos indígenas do Rio Negro.

Produto: Registro em vídeo e livro

Conteúdo:



Práticas Investigativas:

LIN018 - Quais mecanismos podem ser utilizados para manter a língua materna?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Porque manter a língua materna? Qual a importância do uso da língua materna para um povo? Como podemos afirmar a língua materna diante da pressão da língua dos colonizadores?

Referências:

APPEL, René y MUYSKEN, Pieter: **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Ariel lingüística, Barcelona, 1996. cap.12, pp. 207-226.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Declaração **Universal Dos Direitos linguísticos**. Companhia das Letras, Campinas, 2003.

Entrevistas com lideranças, professores e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.



LIN019 – Quais as metodologias de elaboração de PPPI?

Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1

Conteúdo: Como pensar com a comunidade os componentes curriculares da escola? Que metodologias podem ser usadas para envolver a comunidade na elaboração do PPPI da escola? Porque é importante falar sobre as metodologias de ensino da escola no PPPI? Como organizar o calendário da escola de acordo com a realidade da comunidade? É possível estruturar uma proposta curricular prevendo o uso de vários idiomas (escola plurilíngue)? Como as datas e festejos tradicionais vão figurar no calendário da escola? Para que e como avaliar o desempenho do estudante, do professor e da escola?

Referências:

Dias, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico:** Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Ilma Passos, **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/** Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LIN022 – Quais os elementos que definem as culturas?

Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1.

Conteúdo: O que é cultura? Quais os tipos de cultura? O que é cultura indígena? Como identificar as culturas? Como fortalecer a cultura?

Produto: folheto com histórias, danças e música.

Referências:

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC.1999.

FARIA, Ivani Ferreira. **Território e Territorialidades Indígenas no AltoRio Negro.** Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JUNQUEIRA, Carmem. **Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil.** São Paulo: EDUC, 2002. (Série Trilhas)



Entrevistas com velhos sabedores e lideranças indígenas.
Trabalho de campo com observação direta e participante.
Oficinas participantes com a comunidade.

LIN025 – Quais as festas religiosas dos antepassados e as atuais?

Carga Horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é folclorização da cultura? Como a cultura dos povos indígenas do rio negro esta sendo folclorizada? Quais as festas e rituais estão sendo realizados? Qual a influencia da cultura ocidental na cultura Indígena?

Referências:

Entrevistas com velhos sabedores e lideranças indígenas.
Trabalho de campo com observação direta e participante.
Oficinas participantes com a comunidade.

5º Período

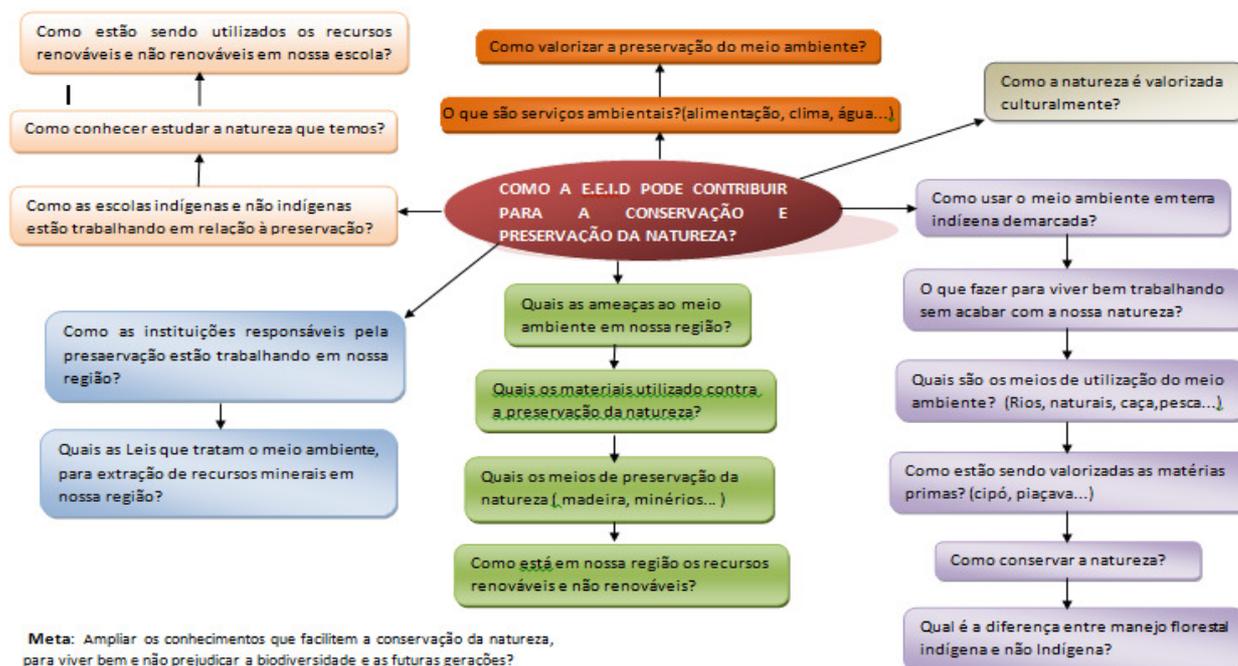
Pesquisa V – A EEI pode contribuir para a conservação e preservação da natureza?

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5 **Código:** LIN027

Meta: Ampliar os conhecimentos que facilitem a conservação da natureza, para viver bem e não prejudicar a biodiversidade e as futuras gerações?

Produto: livro, cartilhas, vídeos DVD,CD (panfletos, folder, banner, revista)

Conteúdo:



Referências:

- ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: Anais do I congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol.I. Conferências e Palestras, pag. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.
- BRASIL. Lei Federal Nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 02 de setembro de 1988.
- BRASIL. Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 de Julho de 2000.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.
- BENATTI, Heder. MCGRATH, David G. OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. **Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia**. Ambiente & Sociedade. Vol. VI. Nº 2, Jul./dez.2003.



CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade Sustentável**. 4ed. São Paulo: Cortez. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, Paulo Freire (org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Práticas Investigativas:

LIN023 – Quais as leis que tratam do Ambiente?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.2.1

Conteúdo: O que é ambiente? Quais as formas de utilização do ambiente? O que são recursos naturais renováveis? Como estão sendo usados na região? Qual a diferença entre conservação e preservação? Quais as políticas públicas ambientais?

Referências:

BRASIL. Lei Federal Nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 02 de setembro de 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 19 de Julho de 2000.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **A natureza da globalização ou a globalização da natureza**. São Paulo: Contexto, 2006.



LIN024 - Prática Profissional I

Carga horária: 120 h **Créditos:** 4.0.4

Conteúdo: Reflexão das experiências nas escolas indígenas e não-indígenas no ensino fundamental e médio, visando um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos.

LIN033 – Como as escolas podem contribuir para a conservação do ambiente?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que tem sido feito para conservar o ambiente? O que professores e estudantes pensam sobre o assunto? Como o lixo é tratado nas escolas do rio negro?

Produto: campanha nas escolas sobre a conservação ambiente e estabelecer coleta seletiva de lixo.

Referências:

SANTOS, Elizabeth da Conceição; MEDINA, Nana Minini. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Educar para conservar/educar para conscientizar/educar para as mudanças**. Manaus: mimeo, 2007.

DIAS, Daniella Maria dos S. **Enunciações de um Educador ambiental: o utópico é possível em Educação**. Belém, UFPA, NUMASECTAM, Ministério Público, 1997.

LIN 035 - A natureza está sendo valorizada Culturalmente?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é natureza para os povos indígenas? Qual a relação entre cultura e ambiente?

Produto: video/documentário

Referências:

Entrevistas com lideranças, velhos sabedores, professores e jovens indígenas.

CORREA, Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

GIANNINI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a Natureza. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **Índios do Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

6º Período

LIN028 - Pesquisa VI – Porque demarcar Terras Indígenas?

Carga horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: afirmar a identidade indígena; garantir os direitos/posse da terra. Conscientizar a importância da TI.

Produto: folheto escrito em Yegatú, exposição (fotos e documentário) sobre a demarcação da TI Alto Rio Negro

Conteúdo:



Referências:

CASTRO, Eduardo Viveiros. **A autodeterminação indígena como valor**. Anuário Antropológico/81, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.233-244, 1983.
 CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
 DALLARI, Dalmo. Os direitos dos Índios: ensaios e documentos. São Paulo:



Brasiliense, 1987. FARIA, Ivani Ferreira de. Território e Territorialidades indígenas do Alto Rio Negro. Manaus: EDUA, 2003.

HASBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. LITTLE, Paul. Etnoecologia e direitos dos povos indígenas: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.39-47.

PESSOA, Mário. **O Direito da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1971. OIIVEIRA,

SAHLINS, Marshall. **“O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”**. Mana. V.3 n.1. Rio de Janeiro/Museu Nacional, abril de 1997. SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. Índios e o Direito: o jogo duro do Estado. In: Negros e Índios no Cativo da Terra. Rio de Janeiro: FASE, Coleção “Seminários” no 11, p.6-17, 1989.

_____. **A cidadania e os Índios**. In: VIDAL, L. (Coor.). O Índio e a Cidadania. São Paulo: Brasiliense/ Comissão Pró-Índio, 1983. p.44-51.

Práticas Investigativas:

LIN 026 - Prática Profissional II

Carga horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Conteúdo: Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas de base e/ou escolas indígenas e/ou instituições públicas de educação, cultura e ambiente.

LIN031 – Quais os processos usados para a demarcação de Terras Indígenas no Brasil?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Existe diferença entre terra, reserva e território indígena? Como surgiu a necessidade de demarcar terras para indígenas? Quais as leis que asseguram a demarcação? Como é feito o processo? Quais os direitos assegurados na Terra Demarcada? Qual a contribuição do movimento indígena para esta conquista?

Produto: Folheto em Yegatú



Referências:

CASTRO, Eduardo Viveiros. **A autodeterminação indígena como valor**. Anuário Antropológico/81, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.233-244, 1983.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1996) 9.ed. São Paulo: Atlas

DALLARI, Dalmo. **Os direitos dos Índios: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. **Índios e o Direito: o jogo duro do Estado**. In: **Negros e Índios no Cativo da Terra**. Rio de Janeiro: FASE, Coleção "Seminários" no 11, p.6-17, 1989.

_____. **A cidadania e os Índios**. In: VIDAL, L. (Coor.). **O Índio e a Cidadania**. São Paulo: Brasiliense/ Comissão Pró-Índio, 1983. p.44-51.

LIN032 – Como ocorreu a demarcação das terras indígenas da região do rio Negro?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quando começou a reivindicação pela demarcação da T.I. Alto Rio Negro? Quem participou deste processo? Como o território era organizado antes da demarcação? Porque demarcar a terra contínua? Quais foram os obstáculos enfrentados?

Produto: Exposição com fotos, documentário sobre o processo de demarcação da TI Alto Rio Negro.

Referências:

Buchillet, Dominique. **Os Índios Tukano e o Projeto Calha Norte**. Brasília. [mimeografado].1993

_____. **Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do Projeto Calha Norte**. In: CEDI. Povos indígenas no Brasil 87/88/89/90. São Paulo: CEDI. p. 107-115. 1991

_____. **Índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação**

das terras. Laudo antropológico. Brasília: FUNAI. 1993

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidades indígenas do Alto Rio Negro.** Manaus: EDUA, 2003.

7º Período

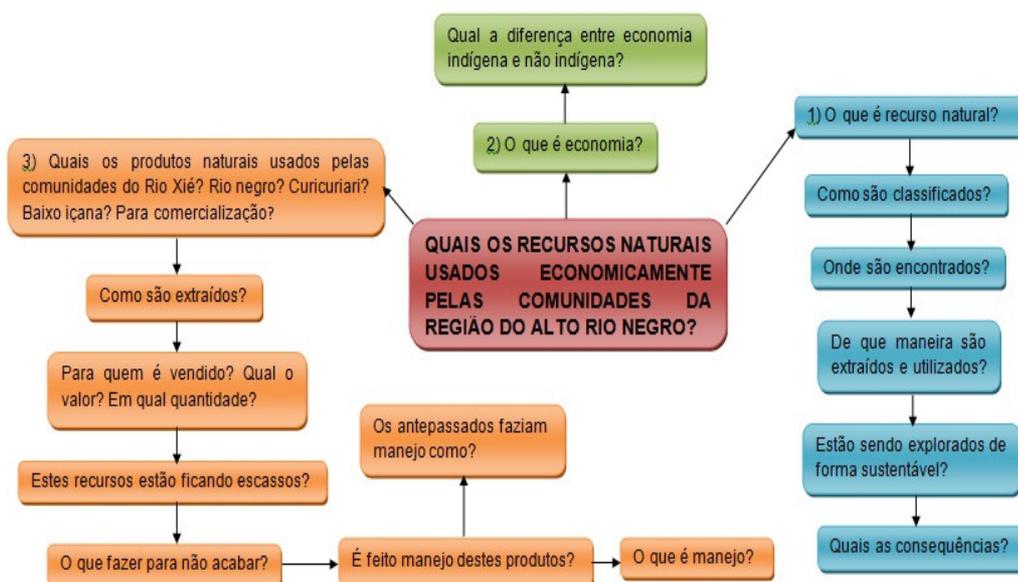
LIN 029 - Pesquisa VII – Quais os recursos naturais utilizados economicamente pelas comunidades da região do Alto Rio Negro?

Carga horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Conhecer e praticar formas de conservação dos recursos naturais

Produto: oficina de manejo de recursos florestais não-madeireiros

Conteúdo:



Referências:

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs).

Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação. Novos Rumos para a conservação da natureza.** 2 ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2000.



SCHROEDER, Peter. **Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal.**

Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

Entrevistas com lideranças indígenas.

Práticas Investigativas:

LIN 034 – Quais as formas de usos dos recursos naturais pelos povos indígenas da região do Alto rio Negro?

Carga horária: 60h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Qual a diferença entre economia indígena e não-indígena? O que é recurso natural? Como são classificados? Quais os recursos naturais comercializados nas comunidades do Rio Xié, Negro e baixo Içana? Como são extraídos? O que fazer para não acabarem? O que manejo?

Produto: oficina de manejo de recursos florestais não-madeireiro

Referências:

SCHROEDER, Peter. **Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal.**

Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília, 2002.**

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores indígenas.

LIN036 – Quais as ameaças ambientais existentes nas Terras Indígenas?

Carga horária: 45 h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Em quais terras indígenas existem problemas ambientais no Brasil? Como surgiram? O que tem sido feito para contê-los?

Produto: Texto em Yegatu

Referências:

ALBERT, B. **Ecologia, Território e Contato na Amazônia Indígena: o caso dos índios Yanomami.** Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. Xerox, 34p. s/d.

_____. **Pacificando os Brancos.** São Paulo: UNESP, 2002.

LIN038 - Prática Profissional III

Carga Horária: 150 h **Créditos:**5.0.5

Conteúdo: Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas e comunidades indígenas.

8º Período

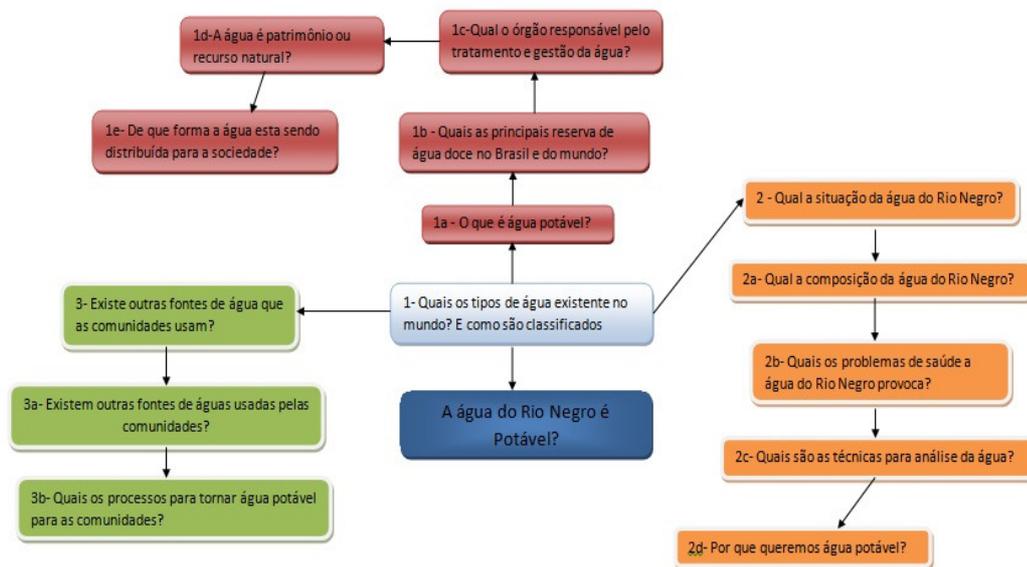
LIN 030 - Pesquisa VIII – A água do rio negro é potável?

Carga horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Conhecer os meios de obtenção e preservação da água potável para melhorar a situação da saúde da população do Rio Negro.

Produto: demonstrar os meios para obtenção de água potável (cisterna, poço artesiano, filtro, ferver água etc).

Conteúdo:



Referências:

COUBET, Christian. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS,



Rodrigo & VALENCIO, Norma (Orgs.). **Uso e Gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.

TUNDISI, José G. **Água no século XXI: enfrentamentos e escassez**. São Carlos: RiMA, 2004.

Práticas Investigativas:

LIN037 – Quais as principais reservas de água doce do Brasil e no mundo?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é água potável? Como são classificadas as águas? Quais os tipos de água existentes no mundo? A água é patrimônio ou recurso Natural? Como a água vem sendo distribuída para a sociedade?

Produto: oficina de armazenamento de tratamento de água.

Referências:

COUBET, Christian. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS, Rodrigo & VALENCIO, Norma (Orgs.). **Uso e Gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.

TUNDISI, José G. **Água no século XXI: enfrentamentos e escassez**. São Carlos: RiMA, 2004.

LIN 039 – Trabalho de Conclusão de curso

Carga horária: 90 h **Créditos:** 3.0.3

Conteúdo: Resultante do projeto de pesquisa e/ou memorial de pesquisa realizado por cada aluno ou em grupo ao longo do curso com a supervisão de um professor/orientador definido por ele. Por se tratar de um curso bilíngue, poderá ser escrito na língua portuguesa e/ou na língua de sua comunidade étnica e apresentando oralmente na língua de trabalho do aluno e em português.

A defesa do trabalho será mediante a apresentação pública a uma banca examinadora composta pelo orientador e mais dois membros convidados que, ao



término da exposição e argüição irão avaliar o discente, expressando o resultado na ata de defesa pública. O presidente da banca fará a leitura da ata que, se configura no término dos créditos exigidos a obtenção do grau de licenciado em Educação Indígena.

Projetos Especiais

Carga Horária: 400 h

Conteúdo:

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias a produção do conhecimento e conseqüentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso.

Permitem articular conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso, de ensino/pesquisa e extensão, com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena e sobretudo atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc., oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

1.4.7.3- Currículo Baniwa

Carga Horária Total: 1550 h

Distribuição por Componente Curricular:

Pesquisas – 1.200 h

Práticas Investigativas – 1440 h

Prática Profissional – 420 h

Projetos Especiais – 400 h

TCC – 90 h

1º Período

LIB 004 Pesquisa I – Porque os professores Baniwa/Kuripako têm dificuldades para alfabetizar na língua materna e em português?

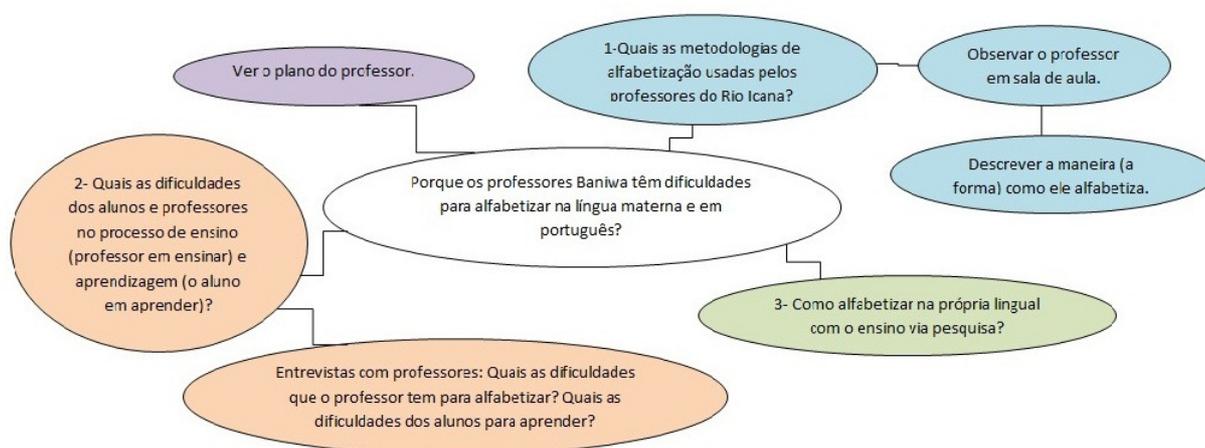
Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Fortalecer a língua materna no processo de escolarização.

Produto: Propor metodologias de alfabetização por meio do ensino via pesquisa.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Porque os Baniwa têm dificuldades para alfabetizar na língua materna e em português?



Referências:

APPEL, René y MUYSKEN, Pieter. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Ariel lingüística, Barcelona, 1996. cap. 12, pp. 207-226. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, 1998.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003. 128p.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 125p.

WEIGEL, V. A. C. M. **Escolas de branco em malokas de índio**. Manaus: EDUA, 2000.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.



Trabalho de campo com observação direta e participante.
Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 002 – Quais as metodologias de alfabetização usadas pelos professores Baniwa/Kuripako?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quem trouxe a escola para os indígenas? Porque era escola rural e agora é Escola Indígena? Como surgiu a Educação escolar indígena diferenciada? Qual a diferença entre alfabetização e letramento? Quais as metodologias para aquisição do sistema de escrita em língua materna?

Referências:

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003. 128p.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 125p.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 007 – Porque as crianças Baniwa/Kuripako estão com dificuldades em escrever na língua materna e em português?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Qual a importância da língua materna para os povos indígenas? Porque é chamada de língua materna? Quais as dificuldades dos professores em ensinar na língua materna? Quais as dificuldades dos estudantes de aprender a escrita Baniwa/Kuripako? Quais as experiências de alfabetização em língua materna por outros povos indígenas? Quais as experiências de letramento nas escolas Baniwa/Kuripako?



Referências:

APPEL, René y MUYSKEN, Pieter. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Ariel Lingüística, Barcelona, 1996. cap. 12, pp. 207-226. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, 1998.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003. 128p.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 125p.**

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 011 – Quais as diretrizes e desafios da Educação Escolar Indígena para os povos Baniwa/Kuripako?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Qual a importância de uma Educação Escolar Indígena no alto Rio Negro? Como a Escola chegou para os povos indígenas? Quais as características da escola indígena e da escola não indígena? Quais os desafios para implantação de uma educação diferenciada indígena no Brasil?

Referências:

KAHN, Marina; FRANCHETTO, Bruna. **Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios**. Em Aberto. Brasília, no 63: p. 38-53, jul/set, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Secretaria de Educação Fundamental. Referência Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, 1998.

WEIGEL, V. A. C. M. **Escolas de branco em malokas de índio**. Manaus: EDUA, 2000.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.



Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 012 – Qual a importância das políticas linguísticas no processo de alfabetização?

Carga Horária: 45h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O que é política Linguística? Como ela pode influenciar no processo educacional? Qual o papel da língua no currículo? Como as línguas vêm sendo ensinada nas escolas? A comunidade pode contribuir na definição da(s) na alfabetização?

Referências:

CAÑULEF, ELISEO. **Introducción a la Educación Intercultural Bilingüe. Instituto de Estudios Indígenas.** Universidad de la Frontera. Temuco. Chile, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Secretaria de Educação Fundamental. Referência Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília, 1998.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

2º Período

LIB 014 Pesquisa II – Por que os Baniwa/Kuripako não conseguem de organizar socialmente?

Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Fortalecer as organizações de base do povo Baniwa/Kuripako a partir de uma reflexão política.

Produto: Textos em Baniwa/Kuripako e um banco de dados sobre as Associações de base Baniwa/Kuripako.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Por que os Baniwa não conseguem se organizar socialmente?



Referências:

BAINES, Stephen Grant. **Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988**, Série Antropologia, Vol. 418. Brasília: DAN/UnB, 2008.

CARVALHO, M. R. de. Os índios pedem passagem. **Ciência e Cultura**, 2007, v. 59, n. 2, p. 29-31

HECK, E., LOEBENS & P. D. CARVALHO. “Amazônia indígena: conquistas e desafios”. **Estudos Avançados 53 (Dossiê Amazônia Brasileira I)**, p. 237-257, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. Lideranças Indígenas acima e abaixo do Equador. In: **Anuário Antropológico/80**. Fortaleza: Edições UFA, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 321-325, 1982.

OLIVEIRA NEVES, L. J. “Olhos mágicos do Sul: lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil”. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 111-151, 2003.

UNIVERSIDAD INTERCULTURAL AMAWTAY WASI. Aprender en la Sabiduría y el Buen Vivir / Sumak Yachaypi Alli Kawsaypipash Yachaikuna /Learning Wisdom and the Good Way to Live. **Colección Amawta Runakunapak Yachay ARI No. 1**. Primera Edición. Quito, 2004.

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores indígenas.



Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 003 - Quais as conquistas do movimento indígena em relação as Políticas Educacionais?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.1.1

Conteúdo: Quais as relações das Políticas de Estado e políticas educacionais indígenas? O que são saberes tradicionais e saberes universais? Quais as origens do movimento indígena na América Latina, Brasil e Amazonas? Quais as contribuições do movimento indígena para a educação Escolar indígena?

Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Educação? Educações: aprender com o índio.” e “A esperança na Educação”. In: **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, p. 07-26 e 98-110, 1981.

OLIVEIRA NEVES, Lino João de. “Olhos Mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para Libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 113-151, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Los movimientos étnicos indígenas y el estado nacional em América Latina”. **Civilización: Configuraciones de la Diversidad**, nº 2. México: CADAL, p. 181-204, 1984.

VARESE, Stefano. “Estratégia étnica ou Estratégia de Classe?”. In: JUNQUEIRA, Carmen e CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, p. 119-129, 1981.

MONTOYA ROJAS, Rodrigo. “Movimento indígenas na América do Sul: potencialidades e Limites”. In: BARSOTTI, Paulo e PERCÁS, Luiz Bernardo (Orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2ª. Edição. São Paulo: Xamã Editora, p. 165-182, 1999.



LIB 006 – Quais as relações do Estado Nacional com o Movimento Indígena?

Carga Horária: 60h Créditos: 3.2.1

Conteúdo: O que é o Estado-nação e como surgiu? Estado-nação pode ser pluriétnico? Qual a relação do Estado-nação, o movimento indígena e a identidade étnica? Quais os processos organizativos das identidades étnicas na América Latina, Brasil e Amazonas? Quais as demandas étnicas na atualidade?

Referências:

RIBEIRO, João Ubaldo. “Que coisa é a Política”, “Como a Política interessa a todos e a cada um”, “O Estado”, “Estado e nação”, “Soberania” e “O que o Estado faz”. In: **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 9-13, 15-23, 25-34, 35-40, 41-43, 51-60.

VIEILLESZAZES, François. “O que é o Estado?” (excerto de “A antropologia política”. In: AKOUN, André (Dir.). **Dicionário de Antropologia**. Viseu: Editorial Verbo, 1983, p. 474.

MAYBURY-LEWIS, David. “Identidade étnica em estados pluriculturais”. In: SCOTT, Parry, ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária, 2003, p. 11-18.

MEIRA, Márcio. “Articulações Políticas e Identidade Étnica no Alto Rio Negro”. In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 335-342.

SILVA, Raimundo Nonato Pereira da.

“Passos e Compasso. O desafio na Terra das Línguas”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Terra das Línguas: Lei Municipal de Oficialização de Línguas Indígenas. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fund. Ford, 2007, p. 65-70.

SACCHI, Ângela. “Mulheres indígenas: o processo organizativo e as demandas de gênero”. In: VERDUN, Ricardo (Org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa Livraria/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 141-161.



NEVES, Lino João de Oliveira. 'Marcha Indígena' e 'Conferência Indígena'. In: **"Volta ao Começo: Demarcação Emancipatória das Terras Indígenas no Brasil"**. Tese de Doutorado ainda não defendida.

LIB 009 – Os conhecimentos tradicionais fortalecem a cultura?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3. 2.1

Conteúdo: Qual a origem da humanidade? As culturas são iguais? O que difere uma cultura de outra? Existe diferença entre conhecimento tradicional e conhecimento científico? Qual a origem destes conhecimentos? Qual a importância dos saberes indígena? Como os saberes indígenas se articulam com a ciência?

Referências:

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 010 – Como as tecnologias e economias indígenas se inserem na modernidade?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que tecnologia? Quais as tecnologias utilizadas pelos povos indígenas? Como elas usadas atualmente? Como relacionar as tecnologias indígenas com economia Solidária?

Referências:

PINHO, Breno. **Redistribuição de Renda e Sustentabilidade Produtiva a partir da Economia Popular e Solidária: Perspectivas para o Caso do Território Indígena Xakriabá**. Disponível em www.ecoeco.org.br

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.332, 2002, 32p.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos. Avançados**. Vol.22, nº.62, São Paulo: Jan./Apr. 2008. Disponível em www.scielo.br



COLMAN, Rosa S., BRAND Antonio J., COSTA, Reginaldo B. **Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local.** Disponível em www.scielo.br.

LIB 013 – Como era a organização dos povos Baniwa/Kuripako antes da chegada dos colonizadores?

Carga Horária: 45h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Quais as formas de organização social, política, cultural e econômica dos Baniwa/Kuripako? Quais os rituais e conhecimentos perdidos com a vinda dos colonizadores? Qual a influência da igreja e da escola na vida dos povos Baniwa/Kuripako?

Referências:

Entrevistas com lideranças, professores, gestores e velhos sabedores indígenas.
Trabalho de campo com observação direta e participante.
Oficinas participantes com a comunidade.

3º Período

LIB 015 Pesquisa III – Qual é a Lei dos Brancos e a Lei dos Índios?

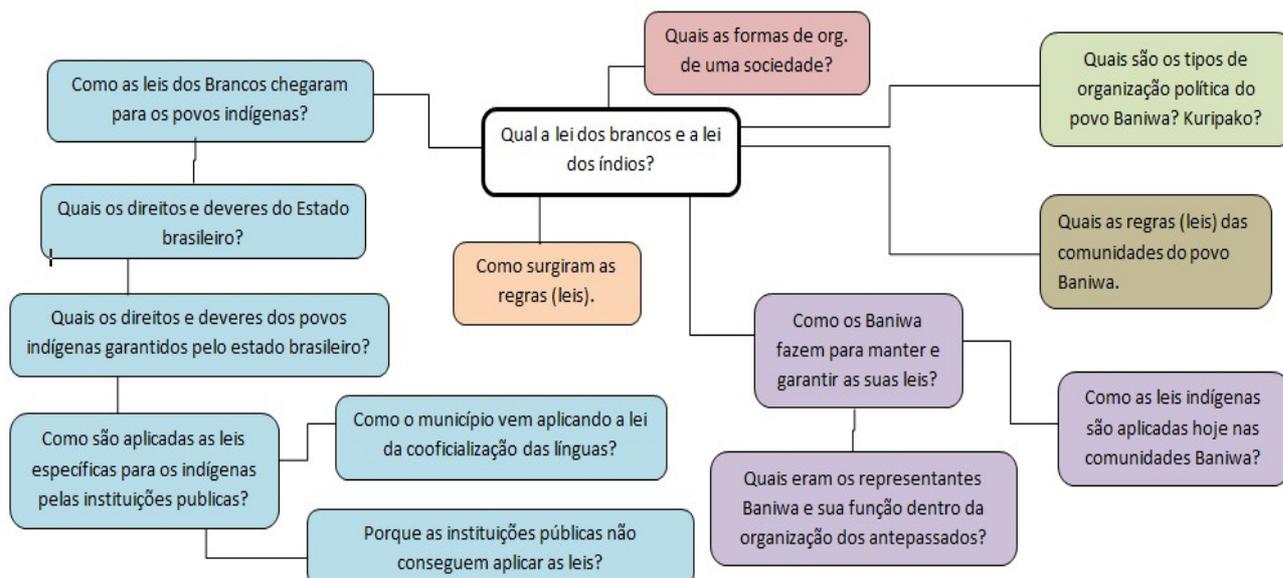
Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Possibilitar as comunidades o conhecimento das leis que amparam os direitos indígenas por meio da língua materna.

Produto: Catálogo das Leis.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Qual a lei dos brancos e a lei dos índios?





Referências:

BARRETO, H. G. **Direitos indígenas: vetores constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas**. Resolução CEB nº 3, de 14 de dezembro de 1999. Site: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acessado em: fev/2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. ESCRITÓRIO NO BRASIL. **Convenção nº169, sobre povos Indígenas e Tribais**. Site: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf. Acessado em: fev/2012.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos e gestores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 001 – Quais os direitos e deveres dos Povos indígenas garantidos pelo Estado?

Carga Horária: 45h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: O direito a partir do direito: os direitos costumeiros. O direito indígena na sociedade pluralista. Novos sujeitos de direito e o regime de tutela. Direito de participação e de consulta; Direitos territoriais. Proteção do conhecimento tradicional associado a biodiversidade.

Referências:

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro DE 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Site:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

Acessado em: fev/2012.

BRASIL. Decreto Nº 6.861, 27 de maio 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Site:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm.

Acessado em: fev/2012.

BRASIL. Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Site:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm. Acessado em: fev/2012.

BARRETO, H. G. **Direitos indígenas: vetores constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

LIB 008 – Quais as formas de proteção jurídica do patrimônio indígena?

Carga Horária: 45h **Créditos:** 2.1.1

Conteúdo: Existe diferença entre direito indígena e indigenista? Quais os instrumentos internacionais de proteção? A cultura é um direito? O que é jusdiversidade e autodeterminação? Existe relação entre conhecimentos tradicionais, biodiversidade e proteção jurídica? O que é biopirataria e o que são patentes?

Referências:

BRASIL. Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta a Convenção da Diversidade Biológica e dispõe sobre acesso ao patrimônio genético e proteção do conhecimento tradicional associado e sobre a repartição equitativa de benefícios. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm.

Acessado em: fev/2012.

BRASIL. Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, que define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e estabelece as normas para o seu funcionamento. Site:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3945.htm. Acessado em: fev/2012.

BRASIL. Presidência da República. [Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006](#). Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.

BRASIL. Presidência da República. [Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007](#). Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. ESCRITÓRIO NO BRASIL. Convenção nº 169, sobre Povos Indígenas e Tribais. Site:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf. Acessado em: fev/2012.

LIB 017 – Como os Baniwa/Kuripako fazem para manter e garantir suas leis?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é lei para o povo Baniwa/Kuripako? Como os antepassados passavam as leis e as regras do povo Baniwa/Kuripako? Quem passava? Quais os instrumentos usados para o povo conhecer e respeitar as Leis?

Referências:

Entrevistas com lideranças, professores, gestores e velhos sabedores indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

4º Período

LIB 018 Pesquisa IV – Quais os produtos naturais podem ser utilizados para gerar renda sem causar problemas ambientais?

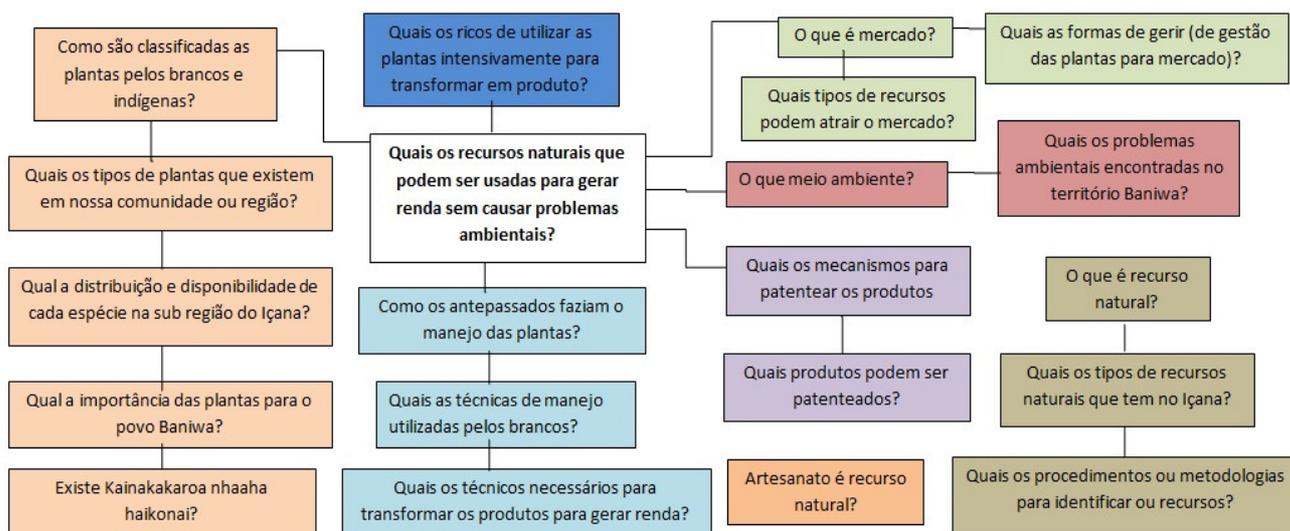
Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Levantamento das plantas com potencial de aproveitamento, com sua descrição botânica para confecção do catálogo das plantas úteis.

Produto: Banco de dados sobre os recursos naturais e cadeia produtiva.

Conteúdo:

Mata Conceitual: Quais os recursos naturais que podem ser usadas para gerar renda sem causar problemas ambientais?



Referências:

Ribeiro, F.A.N **Sociedades Indígenas e o Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia: o caso dos Asuriní do Xingu.** III Encontro da ANPPAS. 23 a 26 de maio de 2006 Brasília – DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. COMISSAO PRÓ-INDIO. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre.** Brasília, 2002.

RIBEIRO, J.E.L. da S. et al. **Flora da Reserva Ducke: Guia de identificação das Plantas Vasculares de uma Floresta de Terra-Firme na Amazônia Central.** Manaus: INPA, 1999. 396-397.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 019 – Quais os instrumentos e tecnologias para mapear o território?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1



Conteúdo: como mapear o território ? Quais os instrumentos aplicados ao mapeamento? Quais as diferenças entre mapa, carta e imagem? O que é escala? O que georreferenciamento? O que são mapas temáticos? Quais softwares podem ser utilizados no mapeamento? Como construir um banco de dados georreferenciado? Quais os critérios para delimitar os territórios propostos? Qual a diferença diferença entre o mapeamento indígena e o mapeamento técnico ocidental?

Produto: mapas temáticos dos territórios propostos.

Referências:

FITZ, PAULO. **Geoprocessamento sem complicações**. Oficina de Textos, 2005.

_____. **Cartografia Básica**. Oficina de Textos, 2001.

FLORIANO, Tereza. **Interpretação de imagens de satélite**. Oficina de Textos, 2006.

IBGE. **Manual Técnico de Cartografia**. 2006.

LIB 020 – Quais as técnicas de manejo utilizadas pelos Brancos?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que manejo? Quais os recursos podem ser manejados? Existem tipos de manejos diferentes? Qual a importância do manejo?

Referências:

BENATTI, Heder. MCGRATH, David G. OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. **Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. Ambiente & Sociedade**. Vol. VI. Nº 2, Jul./dez.2003.

ROTTA, G. W.; MICOL L.; SANTOS, N. B. **Manejo sustentável no portal da Amazônia: um benefício econômico, social e ambiental**. Alta Floresta – MT: IMAZON, 2006. 24 p.

IBGE. **Mapa de biomas do Brasil, primeira aproximação**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br.

LIB 021 – O que é mercado?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é mercado? Como funciona o(s) mercado(s)? Qual a relação entre mercado e a economia indígena? Como as comunidades indígenas estão



participando do mercado? Que produtos podem ser vendidos no mercado? Como saber se é vantajoso ou não para a comunidade comercializar uns produtos?

Referências:

SCHROEDER, Peter. **Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal.**

Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

Entrevistas com lideranças indígenas.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs).

Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002.

LIB 022 – Como os antepassados faziam o manejo das plantas?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Qual a diferença entre preservação e conservação? Quais os recursos naturais usados pelos antepassados? Como os Baniwa/Kuripako tem usados os produtos florestais não madeireiros? Quais as plantas de interesse industrial existentes?

Referências:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. COMISSAO PRÓ-INDIO. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre.** Brasília, 2002.

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores indígenas.

5º Período

LIB 023 Pesquisa V – Quais as plantas medicinais mais usadas pelos antepassados para curar doenças?

Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Proporcionar os conhecimentos sobre plantas medicinais para praticar junto à comunidade e fortalecer os conhecimentos tradicionais.

Produto: Banco de dados sobre as plantas medicinais.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Quais as plantas medicinais mais usadas pelos antepassados para curar doenças?



Referências:

CASTELLUCCI, S. et. al. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v.3, n.1, p.51-60, 2000.

GARNELO, L. SAMPAIO, L. ET AL. Medicina Tradicional Baniwa7Kuripako: doença, poder, conflito e cura. **Revista Estudos Amazônicos**, 2002. Disponível em www.ppgsca.ufam.edu.br

OLIVEIRA, Marcio; BACCARO, Fabricio; BRAGA-NETO, Ricardo e MAGNESSON. **Reserva Ducke: a biodiversidade amazônica através de uma grade**. Athenna: Manaus, 1999.

Entrevistas com lideranças, velhos sabedores e mulheres indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 005 - Como estudar as plantas medicinais?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1



Conteúdo: Como é a morfologia das plantas? Como surgem as plantas domesticadas? Como são preparados os medicamentos alopáticos e os fitoterápicos? Como é a medicina tradicional Baniwa/Kuripako? Quais são as plantas usadas pela comunidade para tratar doenças? Quem conhece, para que servem e como são usadas? Como estudar e ensinar interdisciplinarmente e nos diferentes níveis de ensino?

Referências:

OLIVEIRA, Márcio; BACCARO, Fabricio; BRAGA-NETO, Ricardo e MAGNESSON.

Reserva Ducke: a biodiversidade amazônica através de uma grade. Athenna: Manaus, 1999.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de, e HANAZAKI, Natália. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmacognosia**. 16(Supl.): 678-689, Dez. 2006

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores indígenas.

Observação direta e participante.

LIB 016 – Como Brancos e Índios usam as plantas medicinais?

Carga Horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as plantas medicinais mais usadas pelos não indígenas? Como são usadas? Para que serve cada Planta? O que é bioenergia? Quais as plantas usadas pelos pajés? Quais os conhecimentos da comunidade sobre plantas medicinais? Continuam sendo usadas? Quais podem ser comercializadas?

Referências:

CASTELLUCCI, S. et. al. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v.3, n.1, p.51-60, 2000.

GARNELO, L. SAMPAIO, L. ET AL. Medicina Tradicional Baniwa7Kuripako: doença, poder, conflito e cura. **Revista Estudos Amazônicos**, 2002. Disponível em www.ppgsca.ufam.edu.br



SILVA, V.A. **Etnobotânica dos índios Xucuru com ênfase às espécies do Brejo da Serra de Ororubá (Pesqueira- PE). 1997. 75p. Dissertação (Mestrado)-** Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores indígenas.

LIT 024 - Prática Profissional I

Carga Horária: 120 h **Créditos:** 4.0.4

Conteúdo: Reflexão das experiências nas escolas indígenas e não-indígenas, no ensino fundamental e médio, visando um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos.

6º Período

LIB 025 Pesquisa VI - Qual a visão do povo Baniwa/Kuripako sobre as mudanças climáticas?

Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

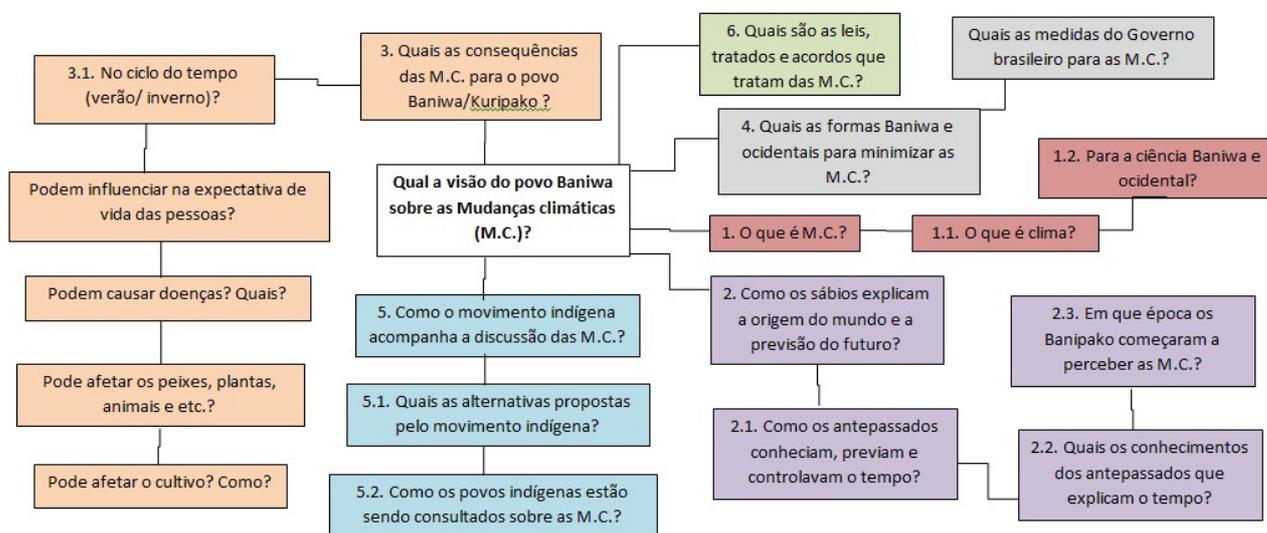
Meta: fortalecer e mostrar os conhecimentos dos Baniwa/Kuripako sobre a visão de mundo e mudanças climáticas

Produto: produção textual (artigo em português); folheto e documentário em Baniwa/Kuripako.

Seminário final com cientistas, instituições governamentais e velhos sabedores.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Qual a visão do povo Baniwa sobre as mudanças climáticas (M.C.)?



Referências:

BNDES; MCT. **Efeito Estufa e a Convenção sobre Mudança do Clima**. 1999.

GORE, ALBERT. **Uma Verdade Inconveniente. O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. Barueri, SP: Manole, 2006.

REZENDE, D. & MERLIN, S. **Carbono Social: Agregando valores as desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: Instituto Ecológico, 2003.

MIGUEZ, J. M. O Brasil e o Protocolo de Quioto, in **Cenbio Notícias**, vol.3, no 8, 2000.

SOARES, Terezinha de Jesus. **Efeito Estufa: a Amazônia e os aspectos legais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: Anais do I congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol.I. Conferências e Palestras, p. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.



Práticas Investigativas:

LIB 028 - O que é mudança Climática?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: O que é clima para a ciência Baniwa/Kuripako e ocidental? Quais são as leis, tratados e acordo que tratam das mudanças climáticas? Quais as origens das mudanças climáticas? Em que época os Baniwa/Kuripako começaram a perceber as mudanças climáticas? O que são serviços ambientais? O que os povos indígenas pensam a respeito dos serviços ambientais?

Referências:

BNDES; MCT. **Efeito Estufa e a Convenção sobre Mudança do Clima**. 1999.

GOPE, ALBERT. **Uma Verdade Inconveniente- O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. Barueri, SP: Manole, 2006.

MIGUEZ, J. M. **O Brasil e o Protocolo de Quioto**, in Cenbio Notícias, vol.3, no 8, 2000.

REZENDE, D. & MERLIN, S. **Carbono Social: Agregando valores as desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: Instituto Ecológica, 2003.

SOARES, Terezinha de Jesus. **Efeito Estufa: a Amazônia e os aspectos legais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

Entrevistas com velhos sabedores, professores e gestores Baniwa7Kuripako.

LIB 029 - O que é sustentabilidade?

Carga horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Porque se fala muito em sustentabilidade atualmente? Quando e onde teve começou esta discussão? O que é desenvolvimento sustentável? Quais os acordos e convenções que ocorreram sobre sustentabilidade? Qual a relação dos povos indígenas com a natureza? Quais as contribuições dos povos indígenas e dos Baniwa/Kuripako para esta questão?



Referências:

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

GIANNINI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a Natureza. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **Índios do Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

KLINSBERG, Bernardo. **Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo**. CEPAL (69). Santiago: CEPAL, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Entrevistas com velhos sabedores, professores e alunos Baniwa/Kuripako.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 030 - Como os sábios Baniwa explicam a origem do mundo e a previsão do futuro?

Carga Horária: 60 h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: como os antepassados conheciam, previam e controlavam o tempo? Quais os conhecimentos dos antepassados que explicam o tempo? Quais as consequências das mudanças climáticas para o povo Baniwa/Kuripako?

Referências:

Entrevistas com velhos sabedores e lideranças Baniwa/Kuripako

Oficinas participantes com a comunidade.

LIB 031 - Quais as formas para minimizar as mudanças climáticas na visão dos povos Baniwa/Kuripako e os ocidentais?

Carga horária: 60h **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: Quais as medidas tomadas pelo Governo Brasileiro e demais países para conter ou minimizar as mudanças climáticas? Como o movimento indígena tem acompanhado esta discussão? Quais as propostas dos povos indígenas para esta questão?



Referências:

BNDES; MCT. **Efeito Estufa e a Convenção sobre Mudança do Clima**. 1999.

GORE, ALBERT. **Uma Verdade Inconveniente. O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. Barueri, SP: Manole, 2006.

Entrevistas com lideranças e velhos sabedores Baniwa/Kuripako.

Oficinas participantes nas comunidades.

LIT 036 - Prática Profissional II

Carga Horária: 150 h **Créditos:** 5.0.5

Conteúdo: Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas de base e/ou escolas indígenas e/ou instituições públicas de educação, cultura e ambiente.

7º Período

LIB 026 Pesquisa VII – Quais são as alternativas econômicas realizadas pelos povos Baniwa/Kuripako?

Carga Horária: 150h **Créditos:** 5.0.5

Meta: Conhecimento/fortalecimento das ações econômicas para o povo Baniwa/Kuripako

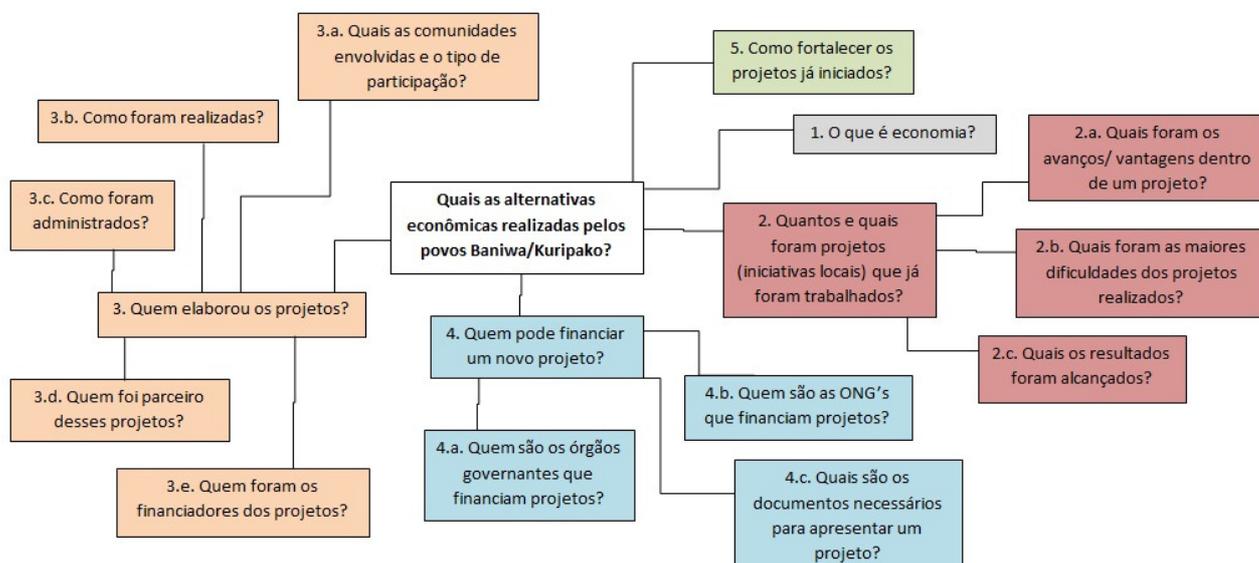
Divulgar as comunidades os problemas e possíveis soluções para os projetos em andamento

Fortalecimento os meios de sustentabilidade existentes e não existentes do povo Baniwa/Kuripako.

Produto: Texto de divulgação, Documentário em vídeo.

Conteúdo:

Mapa Conceitual: Quais as alternativas econômicas realizadas pelos povos Baniwa/Kuripako?



Referências:

- BATALLA, Guillermo Bonfil et al. **América Latina: etnodesarrollo, etnocidio**. Costa Rica: FLACSO, 1982.
- LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.39-47.
- LAFER, Bethy Mindlin. **A nova utopia indígena: os projetos econômicos**. In: **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981.
- RAMOS, Alcida Rita & ALBERT, Bruce (org.). **Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Edunesp/IRD/Imprensa Oficial, 2002.
- SCHROEDER, Peter. **Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.
- SOUSA, Cássio Noronha I.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos, ALMEIDA, Fábio Vaz R., WENTZEL, Sondra. (orgs.). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.



STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico/84.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participativas com a comunidade.

Práticas Investigativas:

LIB 032 - Quais as relações econômicas encontradas na sociedade Baniwa/Kuripako?

Carga Horária: 60 h Créditos: 3.2.1

Conteúdo: O que é economia? Como era o sistema econômico dos antepassados? O que vem sendo comercializado pelos Baniwa/Kuripako?

Referências:

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico/84.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.

SOUSA, Cássio Noronha I.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos, ALMEIDA, Fábio Vaz R., WENTZEL, Sondra. (orgs.). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

LIB 033 - Quais são os projetos desenvolvidos pelos Baniwa/Kuripako?

Carga Horária: 60 h Créditos: 3.2.1

Conteúdo: Como e quando foram realizados? Quem elaborou? Quais comunidades participaram? Como foram administrados? Quais as dificuldades encontradas na sua execução? Quais foram as vantagens e avanços? Quais os resultados alcançados?

Referências:

BATALLA, Guillermo Bonfil et al. **América Latina: etnodesarrollo, etnocídio.** Costa Rica: FLACSO, 1982.



LAFER, Bothy Mindlin. A nova utopia indígena: os projetos econômicos. In: **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981.

ALBERT, B. Ecologia, **Território e Contato na Amazônia Indígena: o caso dos índios Yanomami**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. Xerox, 34p. s/d.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento Sustentável, Bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIB 034 – Quais os processos de estudo para viabilidade de extração de recursos naturais?

Carga horária: 60 h Créditos: 3.2.1

Conteúdo: Quais as usos dos recursos naturais como breu barnco, uara e patauá? Como são extraídos? Como saber se eles podem ser extraídos sem causar sua redução como espécie? É viável extrai-los?

Referências:

SCHROEDER, Peter. Economia Indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

SOUSA, Cássio Noronha I.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos, ALMEIDA, Fábio Vaz R., WENTZEL, Sonda. (orgs.). Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico/84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

LIT037 - Prática Profissional III

Carga Horária: 150 h Créditos: 5.0.5

Conteúdo: Experiências a serem desenvolvidas junto as Associações indígenas e

comunidades indígenas.

8º Período

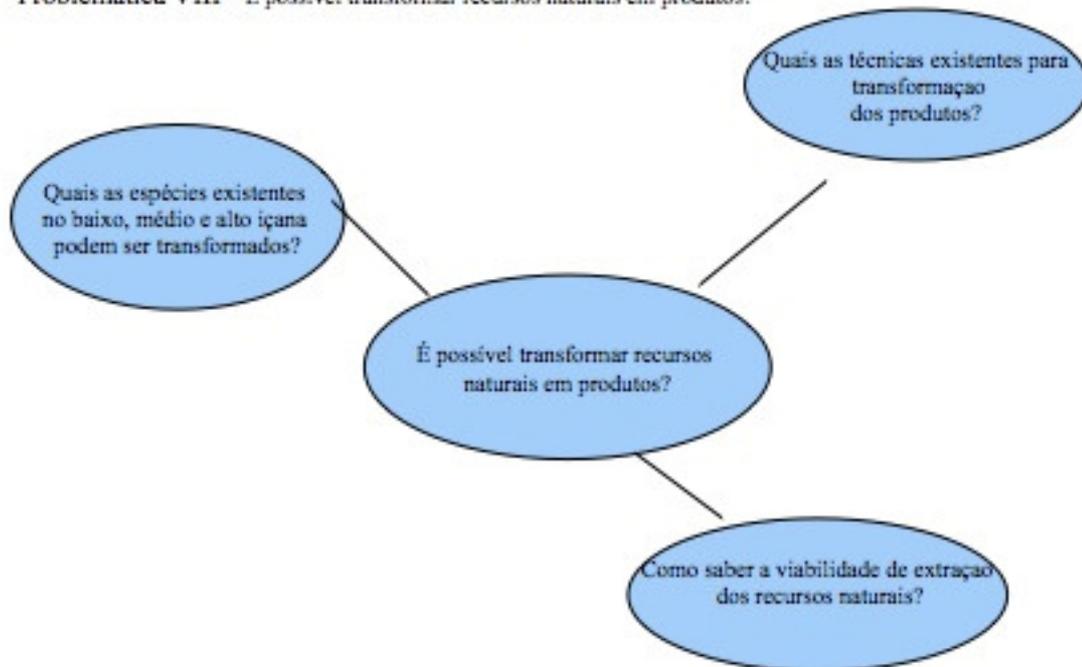
LIB 027 Pesquisa VIII – É possível transformar recursos naturais em produtos? Carga Horária: 150h Créditos: 5.0.5

Meta: Promover a sustentabilidade das comunidade dos povos Baniwa/Kuripako. Fortalecer e demonstrar os conhecimentos dos povo Baniwa/Kuripako.

Produto: amostras de recursos naturais tranformados

Conteúdo:

Problemática VIII - É possível transformar recursos naturais em produtos?



Referências:

ALBERT, B. **Ecologia, Território e Contato na Amazônia Indígena: o caso dos índios Yanomami**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. Xerox, 34p. s/d.

LOPES da Silva, A. "Tradição, Inovação e Criatividade: a análise comparativa de cosmologias vistas como processo." In **Anuário Antropológico/88**. Editora da UnB/Tempo Brasileiro. Rio/Brasília, 1991.



SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. 8 ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

Ribeiro, F.A.N **Sociedades Indígenas e o Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia: o caso dos Asuriní do Xingu**. III Encontro da ANPPAS. 23 a 26 de maio de 2006 Brasília – DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília, 2002.**

RIBEIRO, J.E.L. da S. et al. **Flora da Reserva Ducke: Guia de identificação das Plantas Vasculares de uma Floresta de Terra-Firme na Amazônia Central**. Manaus: INPA, 1999. 396-397.

Entrevistas com lideranças, professores, alunos indígenas.

Trabalho de campo com observação direta e participante.

Oficinas participantes com a comunidade.

Práticas Investigativas:

Práticas Investigativas:

LIB 035 – Quais as técnicas de transformação dos recursos em produtos?

Carga horária: 60 horas **Créditos:** 3.2.1

Conteúdo: como transformar recursos em produtos? Quais as tecnologias usadas pelos povos Baniwa e Kuripako na transformação dos recursos? Quais as tecnologias ocidentais para transformação de produtos?

Referências:

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350:

DIEGUES, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por**



uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>

trabalho de campo com observação direta

LIT 038 - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Carga Horária: 90 h Créditos: 3.0.3

Conteúdo:

Resultante do projeto de pesquisa e/ou memorial de pesquisa realizado por cada aluno ou em grupo ao longo do curso com a supervisão de um professor/orientador definido por ele. Por se tratar de um curso bilíngue, poderá ser escrito na língua portuguesa e/ou na língua de sua comunidade étnica e apresentando oralmente na língua de trabalho do aluno e em português.

A defesa do trabalho será mediante a apresentação pública a uma banca examinadora composta pelo orientador e mais dois membros convidados que, ao término da exposição e arguição irão avaliar o discente, expressando o resultado na ata de defesa pública. O presidente da banca fará a leitura da ata que, se configura no término dos créditos exigidos a obtenção do grau de licenciado em Educação Indígena.

Projetos Especiais

Carga Horária: 400 h

Conteúdo:

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias a produção do conhecimento e consequentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso.

Permitem articular conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso, de ensino/pesquisa e extensão, com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena e sobretudo atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc.,



oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

1.5 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação Contínua sociointerativa - contribui com o processo de pesquisa e colabora no direcionamento da mesma. Tem como objetivo fortalecer o interesse do aluno pela pesquisa e pelo conhecimento e não discriminá-lo no processo do ensino-aprendizagem. Avaliação qualitativa e sociointerativa não tem nota; dependerá do nível de envolvimento e desenvolvimento nas atividades de acordo com as metas e produtos definidos conjuntamente (discentes/docentes) das pesquisas e práticas investigativas, sendo verificado as seguintes condições quanto aos objetivos/meta: **A** (alcançado) **AP** (alcançado parcialmente), **ED** (em desenvolvimento) e **NA** (não alcançado e sujeito a reformulação)

b) Memorial de pesquisa (Portfólio) – auto-avaliação - Partindo de um roteiro, cada estudante irá construindo um portfólio com a memória de seu processo de formação, inclusive com uma produção textual refletindo este processo. Este instrumento dará continuidade ao memorial produzido para o processo de seleção.

c) Seminário de avaliação da comunidade (enquanto professor). No final de cada etapa haverá uma avaliação entre lideranças das comunidades e associações, professores e alunos onde será avaliado o desempenho e envolvimento do aluno no curso e no projeto que desenvolve junto a sua comunidade e o curso.

Critérios de desligamento e reprovação:

- frequência inferior a 75% em cada etapa e componentes curriculares;
- ausência integral em uma das etapas/semestres;
- demais problemas disciplinares serão resolvidos pelo colegiado juntamente com a coordenação do curso.

1.5.1. Avaliação do Projeto Pedagógico

A cada dois anos, haverá um Seminário de Avaliação do curso, denominado Yumuatirisá (encontro para discutir alguma questão, na língua Yegatu), quando



estudantes, professores, pró-reitoria de graduação e lideranças das comunidades e das associações avaliarão o desenvolvimento do curso conforme os critérios e princípios, perfil, proposta metodológica e objetivos estabelecidos para sua realização.

1.6- Gestão do Curso.

A gestão do curso esta organizada de forma colegiada composta pelo Conselho Universitário, pela Coordenação Geral (UFAM e FOIRN), pelos coordenadores pedagógicos de turma (indígena e não-indígena) e pela coordenação de Comunicação, Design e multimídia.

O Conselho Universitário da Licenciatura é formado por representante da FOIRN, UFAM, SEMEC, FUNAI, SEDUC, representantes dos discentes das turmas Baniwa, Tukano e Nheegatu, coordenadores indígenas de cada turma, lideranças tradicionais e representante docente. Dentre suas atribuições constam:

- Contribuir para o funcionamento pleno do curso de acordo com seus princípios;

- Zelar pela proposta pedagógica e metodológica;

- Apreciar recursos dos discentes e outros;

- Apreciar relatórios das atividades e projetos desenvolvidos pelas turmas;

- Indicar, sugerir e encaminhar projetos para obtenção de apoio e financiamentos;

- Aprovar a programação do curso por semestre;

- Indicar professores para o desenvolvimento dos componentes curriculares da UFAM e de outras instituições e coordenadores;

- apoiar a coordenação da avaliação anual do curso junto com as comunidades e na programação das etapas intensivas e intermediárias.

- **Coordenação Pedagógica Geral (UFAM/FOIRN).**

- planejar e organizar os encontros presenciais e atividades complementares;

- selecionar, avaliar e orientar o corpo docente em relação à proposta metodológica;

- verificar e acompanhar a logística para deslocamento do corpo docente e discente;



- articular as ações junto a UFAM e demais instituições parceiras;
- acompanhar o reconhecimento do curso e emissão de diplomas etc.
- pensar a capacitação permanente do quadro dos pólos;
- divulgar o curso;
- acompanhar o desenvolvimento das atividades nos pólos;
- encaminhar os projetos devidamente apreciados pelo Conselho deliberativo e consultivo do curso aos órgãos de financiamento;
- encaminhar a produção intelectual dos alunos para edição e publicação junto aos órgãos de financiamento;
- promover o intercâmbio entre alunos, pesquisas e instituições;

Coordenação pedagógica por pólo/Turma

- coordenar a realização dos encontros presenciais
- informar e documentar o curso (relatórios e demais documentação necessária ao funcionamento);
- organizar e encaminhar a produção intelectual dos alunos;
- promover a avaliação dos cursistas de acordo com os critérios estabelecidos;
- acompanhar e orientar as atividades dos alunos entre as etapas presenciais;
- gerenciar a logística;
- receber e encaminhar a coordenação geral os processos, projetos e reivindicações dos pólos;
- estimular e incentivar a participação dos docentes e discentes nas atividades dos pólos;
- zelar pelo funcionamento e manutenção dos equipamentos e estruturas do pólo;

Coordenação de Comunicação, Design e multimídia

- apoiar a organização de eventos que envolvam o curso;
- elaborar material de divulgação do curso (folder, cartazes, Banner etc);
- organizar, diagramar material para publicação dos cadernos de pesquisa da coleção Saberes Indígenas e da Coleção Histórias e Contos Indígenas elaborados pelos estudantes das turmas pertencentes ao curso;
- elaborar e manter o site da licenciatura atualizado;



- cuidar da divulgação da licenciatura junto aos meios de comunicação;

Vale ressaltar que o Curso da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovado pela Resolução do CONSUNI n° 028/2007, garantindo assim os direitos indígenas assegurados pela Convenção n°169 da OIT, pela Constituição Federal de 1988, pela Lei n° 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78 e 79 destacando ainda, em seu inciso 1°, que “os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas” e pelo Decreto n° 6.861/2007 .

Desse modo, esta iniciativa serve para pôr em prática um direito dos povos indígenas, assegurado pela Constituição: a participação ativa no planejamento de sistemas alternativos de educação, bem como na produção e divulgação de conhecimentos diferenciados.

1.7 - RELAÇÃO ENSINO-PESQUISA-PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Em função da proposta metodológica do curso “ensino via pesquisa” e de seus componentes curriculares, o curso envolve ensino, pesquisa e extensão no decorrer dos 04 anos.

Os estudantes podem participar dos programas institucionais da UFAM como de Iniciação Científica PIBIC bem como de projetos de extensão por meio dos projetos PACE e PIBEX e monitoria.

Os alunos de graduação são instigados e demandados a participarem em todas as atividades abertas do curso tal como organização e participação nos Seminários Temáticos, nas atividades de campo e nos grupos de estudos e de pesquisas.

A integração também se realiza por meio de trabalhos de campo realizados conjuntamente entre discentes da graduação e pós-graduação dos cursos da UFAM (Geografia, Antropologia, Linguística etc) e de demais universidades brasileiras como a UFSC, visando introduzir os discentes de graduação nos procedimentos e protocolos do ensino via pesquisa proposto pelo curso.

Todos os Projetos de pesquisa e extensão envolvem alunos dos diversos níveis e professores da graduação e pós-graduação tanto do programa, PPGEQG quanto do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e



Sustentabilidade da Amazônia/PPGCASA, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS e outros.

Também recebe estudantes de mestrado dos programas de pós-graduação da UFAM (PPGAS, PPGCASA, PPGGEO e Sociedade e Cultura na Amazônia) para realização de estágio docência.

Os principais grupos de pesquisa estão vinculados aos laboratórios pertencentes ao Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL.

Grupo de Pesquisa Dabukuri – Planejamento e Gestão do Território na Amazonia que tem como objetivo compreender a Gestão territorial em áreas protegidas a partir da reflexão dos seguintes temas: diagnóstico socioambiental em Unidades de Conservação; planejamento e mapeamento participativo em áreas protegidas (UC e Terras Indígenas); identidade, cultura e turismo; ecoturismo de base comunitária; Gestão do território em terras indígenas; educação escolar indígena e etnodesenvolvimento, geopolítica ambiental e economia ecológica.

Grupo de Pesquisa e Estudos Panamazônicos - Práticas de Pesquisa e Intervenção Social. O recorte deste grupo de pesquisa não está dado pelos objetos da pesquisa, senão pela abordagem teórico - metodológica que prioriza a compreensão da qualidade das práticas de pesquisa e da intervenção social produzida por agências ou instituições que se vinculam aos grupos de estudo. Também por seu interesse geo - estratégico dentro da Universidade Federal do Amazonas, Brasil, para dialogar com as tradições de conhecimentos e os saberes constituídos dentro da região pan-amazônica e suas fronteiras geográficas e gnoseológicas.

Grupo de Pesquisa História, Língua e Cultura Indígena. Tem como objetivos promover a documentação das línguas, cultura e histórias dos grupos indígenas da região; Treinamento de indígenas e não-indígenas para fazer documentação sobre língua e cultura. Organização de materiais bibliográficos sobre a história, língua e cultura dos povos indígenas do Amazonas visando ser um centro de referência para consulta e pesquisa nesta área. Compreensão da relação Língua e Sociedade e análise dos processos de territorialização linguísticas dos grupos indígenas que vivem em contextos urbanos.



2 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Na sede da UFAM em Manaus, contamos com uma biblioteca Geral, vários laboratórios instalados no Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL, onde funciona a sala de coordenação do curso com 03 computadores desktop, 02 notebooks, 02 impressoras A4, 01 A3 e uma plotter A0. Em São Gabriel da Cachoeira o curso conta com 03 deslizadores de 8,5 m com motor de polpa 40 HP para fazer o deslocamento dos professores. Está em processo de compra 01 barco de madeira tipo recreio de 14 m para transportar estudantes e materiais de São Gabriel para as comunidades-polos.

Laboratórios:

Geografia Humana (esta em processo de alteração do nome para Laboratório de Gestão do Território na Amazônia).

Localização: setor Norte - ICHL/Bloco Geografia História

Capacidade: 15 alunos em sala e 20 em campo

O Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia, mantém no Lagehu os seguintes equipamentos: 06 computadores desktop pentium 4, 01 impressora jato de tinta A4, 01 impressora laser jet A4, 01 impressora laser A3, 01 datashow, plotter com scanner de rolo A0, 01 máquina filmadora JVC profissional, 03 GPS, 05 notebooks, 03 armários de aço, 01 de madeira, bancada para 05 computadores, mesa de madeira, mesa de reunião, 01 geladeira, 03 máquinas fotográficas, 01 motor 40 HP. 01 bote de alumínio de 8m.

O LEPAPIS tem por objetivos: I. Realizar pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais na região panamazônica. II. Refletir as relações e os vínculos que sustentam as práticas de pesquisa e a intervenção social realizada pela academia junto com os sujeitos-co-autores da pesquisa.

Localização: departamento de Antropologia/ICHL, setor norte.

Equipamentos: 01 GPS, 03 notebooks, 01 máquina fotográfica, 01 máquina filmador.

Nas comunidades/polos onde são realizadas existem 24 computadores notebooks computadores, 03 impressoras multifuncional, 03 projetores multimídia, 03 máquinas fotográficas, 03 máquinas filmadoras para uso dos estudantes.



Na comunidade Indígena de Taracuí, rio Uaupés, funciona a turma Tukano, nas dependências da Escola Indígena Estadual Sagrado coração de Jesus, de propriedade da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, contando sala de aula, biblioteca, sala de informática, sala de internet com acesso pelo projeto Pontão da Cultura do Ministério da Cultura, 01 cozinha e refeitório e alojamento para professores.

Na comunidade de Cucui, no rio Negro, funciona a turma Nheengatu, denominado Campus da UFAM em Cucui, nas dependências da antiga Escola Estadual Tenente Joao, cuja infraestrutura foi construída pela Secretaria Municipal de Educação com 04 salas de aula, alojamento para alunos, alojamento para professores, cozinha (com fogão industrial e freezer), despensa, sala de estudos e biblioteca. O acesso a internet é realizado por meio de Internet comunitária pelo GESAC.

Na comunidade de Tunui, no rio Içana, funciona a turma Baniwa nas dependências da Escola Indígena Municipal Madzero, com 04 salas de aulas e cozinha e 02 malocas que são usadas também como sala de aula e estudos pelos alunos.

No município de São Gabriel existe uma biblioteca da UFAM que funciona no mesmo local da biblioteca municipal.

3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente é formado por profissionais de diversas áreas do conhecimento lotados no Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL da Universidade Federal do Amazonas.

Composição, formação e área de atuação do corpo docente

Nome	Função /Formação/área de atuação
Ivani Ferreira de Faria	Coordenadora geral Geógrafa/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Raimundo Nonato Pereira da Silva	Docente – coordenador de turma Nheengatu/antropólogo/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Lino João de Oliveira Neves	Docente – Coordenador Turma Baniwa/ antropólogo/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Frantomé Bezerra Pacheco	Docente – coordenador de turma Tukano/linguista/Línguas Indígenas/ Artes, Letras e Linguística
Mateus Coimbra de Oliveira	Docente – linguista/língua Indígena/ Letras e linguística
José Exequiel Basini Rodrigues	Docente – antropólogo/ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Otoni Moreira de Mesquita	Docente – Historiador e Artista plástico/artes plásticas/Ciências Humanas
Ivania Maria Vieira	Docente – Jornalista/ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Lidia Rochedo Ferraz	Docente – Psicóloga/ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Lilia Valessa Mendonça da Silva	Docente e coordenadora de Comunicação, Design e Multimídia – Design/Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Eneida Alice Gonzaga dos Santos	Docente – linguista/Letras e linguística
Cristina Cassia Borella	Docente – linguista/língua Indígena/ Letras e linguística
Welton Oda	Docente – Biólogo/Ciências Biológicas
Rainice Geraldine Pereira da Silva	Docente - linguista/língua Indígena/ Letras e linguística

Corpo Técnico administrativo

O curso conta com 02 bolsista trabalho, que fazem parte do programa da UFAM para a apoiar estudantes de baixa renda. Um no turno matutino e outro noturno vespertino.

ANEXOS

a – Resolução nº 028 de 29 de janeiro de 2007, de criação do curso.

b – Portaria nº 920/2012, que designa a Profa Dra Ivani ferreira de Faria como coordenadora do curso.

c- Ata de criação do colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante.

D – Ata de aprovação do Projeto Pedagógico pelo Núcleo Docente Estruturante

e – Ata de aprovação do Projeto Pedagógico pelo do Colegiado do Curso

f -Ata de aprovação do curso no CONDEP/ICHL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

